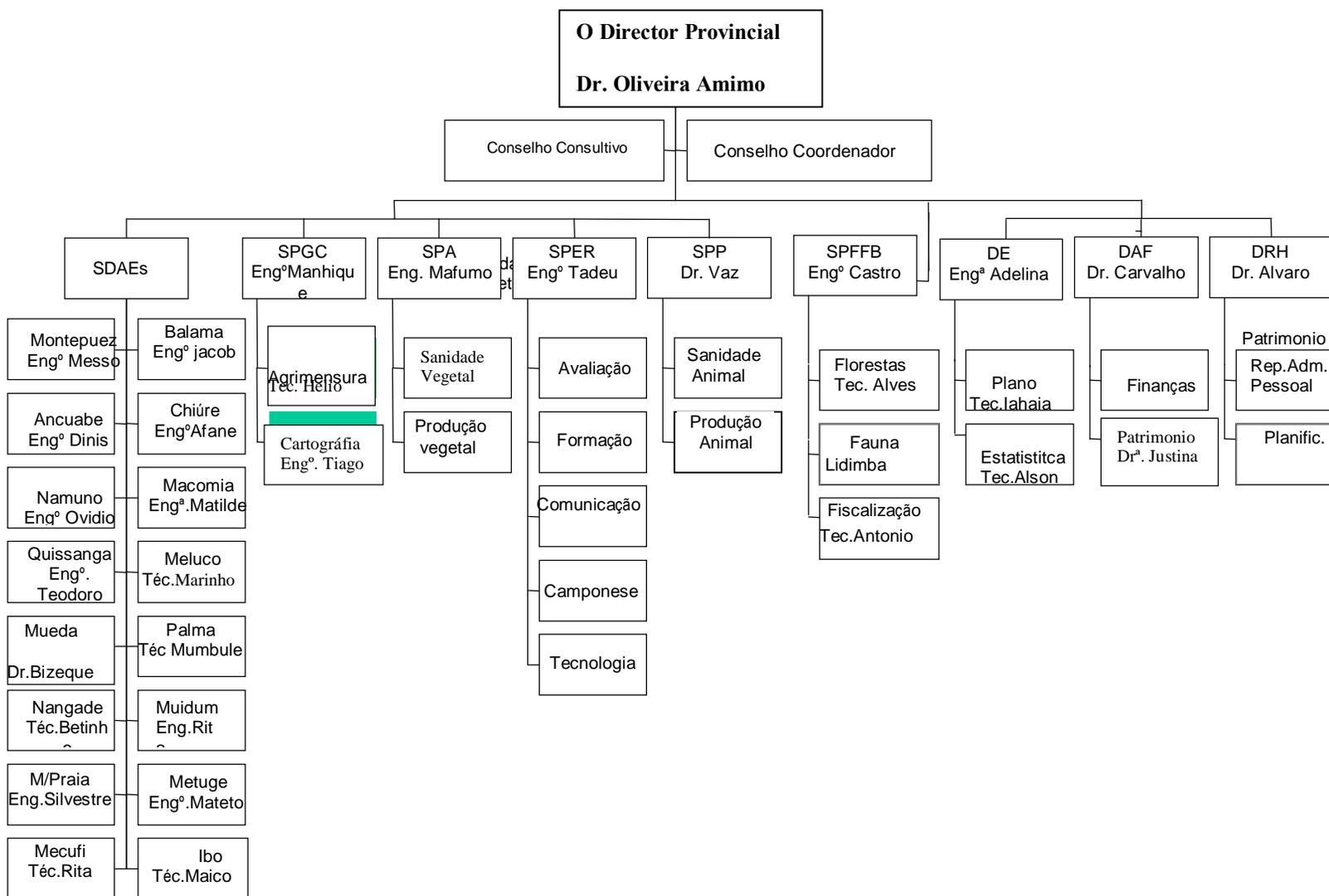


TÓPICOS ABORDADOS

ORGANIGRAMA DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE AGRICULTURA DE CABO DELGADO	3
BALANÇO DO QUINQUÉNIO 2004 ó 2008	4
RELATÓRIO BALANÇO ATÉ AO TERCEIRO TRIMESTRE DA CAMPANHA AGRICOLA 2008/2009	30
ACÇÕES RELEVANTES E DE IMPACTO PARA O SECTOR AGRÁRIO DE 2004 - 2009	36
PLANO DE ACÇÃO DE COMBATE A FOME.....	48
REVOLUÇÃO VERDE	85
BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DA REVOLUÇÃO VERDE EM CABO DELGADO	89
PLANO ESTRATEGICO A MEDIO E LONGO PRAZOS NO SECTOR A DA AGRICULTURA.....	110
SISTEMAS DE IRRIGA ÇÃO MAIS IMPORTANTES DA PROVINCIA.....	111
REGADIO DE N'GURI	111
REGADIO DE CHIPEMBE.....	115
LICENCIAMENTOSí ..	119
PROCESSO SIMPLIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE DIREITO DE USO E APROVEITAMENTO DE TERRAí í í í í í í í í í í í í í í í í í í ..	120
LICENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL.....	121
EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FAUNA BRAVIA.....	124
REGULAMENTO LEI DE FLORESTAS E FAUNA BRÁVIA	

ORGANIGRAMA DA DIRECÇÃO PROVINCIAL DE AGRICULTURA DE CABO DELGADO





**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO
DIRECÇÃO PROVINCIAL DE AGRICULTURA**

**BALANÇO DO QUINQUÊNIO
2004 – 2008**

PEMBA 6 MAIO / 2009

1. Introdução

A informação contida neste relatório balanço, reporta a execução do Quinquénio da Direcção Provincial de Agricultura desde o ano 2004 até ao ano de 2008.

Os objectivos gerais da Direcção Provincial de Agricultura podem-se resumir nos seguintes pontos:

- ❖ Criação da Riqueza da população rural através do Aumento da Produção e da Produtividade numa Base Sustentável da Utilização dos Recursos Naturais.
- ❖ Aumento dos Níveis de Produção e de Produtividade Agrícola, através da:
- ❖ Promoção da disponibilidade de sementes e outros insumos agrícolas para os produtores (sector familiar e privado) especificamente ao longo dos principais cursos de água (rios e lagoas);
- ❖ Promoção do Associativismo entre os produtores agrícolas tanto na produção como na Comercialização dos produtos agrícolas;

Objectivos específicos

Diversificar as Fontes de Rendimento em Famílias Produtoras do Algodão, através da:

- ❖ Intensificação da Produção de Culturas Seleccionadas (Soja, Arroz e Tabaco) com Recurso a Tecnologia;

Promover o Maneio Sustentável dos Recursos Florestais e Faunísticos com:

- ❖ Maneio dos Recursos Florestais.
- ❖ Operacionalização dos Contratos de Concessão Florestal.
- ❖ Treinamento da população afectada e adopção de uma Plataforma de mitigação do Conflito Homem/Animal.
- ❖ Estabelecimento de Pequenas Áreas de Conservação de Fauna.
- ❖ Prevenção e Controlo das Queimadas Descontroladas.
- ❖ Promoção da ocupação sustentável da terra orientada para as potencialidades da Província, através do Zoneamento da Província com Base nas Aptidões Culturais.

Promover o Desenvolvimento Rural:

- ❖ Aglutinando as várias iniciativas que são implementadas pelos vários intervenientes no sector.
- ❖ Promovendo as Microfinanças destinado a grupos e/ou associações de camponeses e aos camponeses de contacto (modelo) de uma determinada zona.
- ❖ Promovendo a Colaboração entre os vários intervenientes no sector.
- ❖ Promovendo Mercados Agrícolas e Feiras agro-pecuárias.
- ❖ Promovendo Agro-Processamento de pequena escala.
- ❖ Promovendo a melhoria da Qualidade dos Recursos Humanos:
- ❖ Apostando na formação dos técnicos em cursos de longa e curta duração.
- ❖ Prosseguindo com as acções de aposentação dos funcionários reunindo requisitos;
- ❖ Treinando o sector produtivo e comercial agrícolas.

2. Execuções do Quinquénio com base nos objectivos

É no seguimento destas linhas que a DPA apresenta as execuções do quinquénio por componentes.

Agricultura e Pecuária

- ❖ Assegurar o crescimento da produção e da comercialização agrícola. (A produção e comercialização de produtos agrícolas e as de rendimento cresceu, no caso da produção, de culturas alimentares esta cresceu em mais de 92% quando comparado com o ano base, 2004).
- ❖ Adequar as concessões as condições favoráveis de terra e dimensão, para a intervenção de agentes privados, no sentido de assegurar o processo tecnológico do sector. (Trabalho realizado durante o período em análise, mas, dependendo do sector privado nesta área o processo tecnológico manteve-se)
- ❖ Incentivar o processo de desenvolvimento de espírito associativo entre os produtores (O numero de associações ligados a assuntos relacionados com a agricultura e gestão dos recursos naturais cresceu em números como em acções de capacitações, isto também devido ao envolvimento de outras instituições como ITC, Aga Khan)
- ❖ Assegurar a circulação de excedentes agrícolas (Em termos de comercialização houve um crescimento tanto em culturas alimentares e de

- rendimento, devido a fortificação do Sistema de informação de mercados agrícolas no processo de divulgação de preços e produtos)
- ❖ Aumento do efectivo de gado bovino, como forma de melhorar a alimentação da população e a sua aplicação no apoio a agricultura (O efectivo do gado bovino aumentou nestes 5 anos em todas as espécies, bem como o número animais utilizados na tracção animal devido ao intensivo fomento verificado)
 - ❖ Incentivar a diversificação pecuária e a melhoria das condições de produção promovendo uma maior participação do sector privado; no sentido de orientar as acções a desenvolver, no sector agro-pecuário (houve um crescimento bem como aumento da participação do sector privado na sua aderência aos programas com ONGs e os Governos Distritais)

Florestas Fauna

- ❖ Assegurar a sustentabilidade dos recursos florestais e faunísticos (houve melhoria na fiscalização dos recursos florestais e faunísticos, em actividades de gestão e maneio dos fogos florestais, formações e capacitações em gestão dos recursos naturais ao nível das comunidades com envolvimento de ONGs)
- ❖ Incentivar a criação de indústrias, a jusante, para elevar o nível de incorporação acrescentando nos recursos (de acordo com a implementação do diploma ministerial 142/2007, que autoriza apenas a exportação de madeira processada de primeira classe os operadores florestais tiveram que aumentar o índice de madeira processada com instalações ou melhorias das serrações para transformação da madeira e sua posterior exportação em madeira serrada)

3. Agricultura

3.1 Culturas Alimentares

3.1.1 Evolução das produções

A produção agrícola da província é garantida pelo sector familiar e em determinadas culturas (legumes e culturas não características da província) pelos mercados externos a província. No concernente a culturas alimentares, grande parte da produção é destinada ao auto consumo e o excedente a venda.

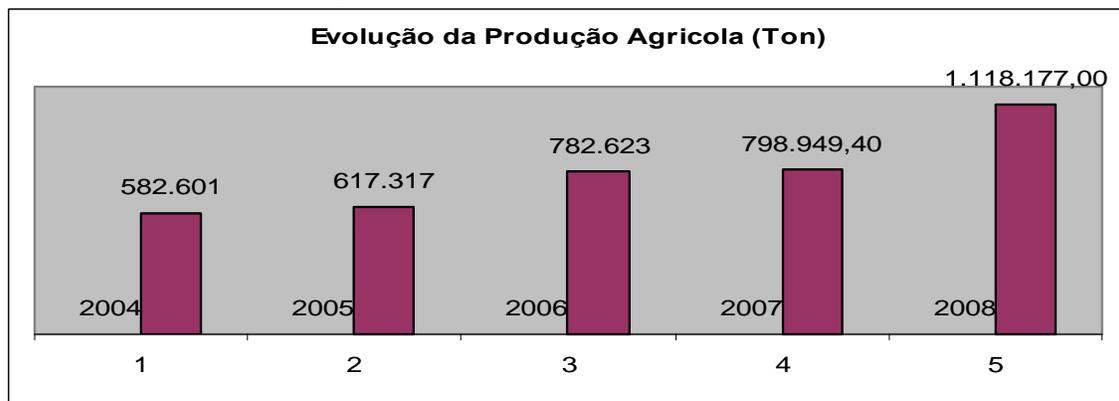
Nas culturas de rendimento esta se circunscreve as do algodão, castanha de caju e gergelim, onde o algodão é considerado como cultura de exportação de maior expressão e teve como destino de exportação os mercados da África do Sul, Indonésia e Portugal.

A castanha de caju a maior parte dela tem como destino mercados externos da Província. Também é de destacar o mercado Tanzaniano, isto é feito a partir das fronteiras que fazem limites entre a Província de Cabo Delgado e a República Unida da Tanzânia, nomeadamente os Distritos de Mueda, Nangade e Palma.

Quadro 1. Produções de Culturas Alimentares

Culturas	2004 Produção(Ton)	2005 Produção(Ton)	2006 Produção(Ton)	2007 Produção(Ton)	2008 Produção(Ton)	Tax cres % 2004 - 2008 (%)
Milho	119.129	140.151	150.954	137.440,40	188.476,00	58
Mapira	48.340	50.568	53.269	73.133,00	89.320,00	85
Arroz	30.062	28.708	39.091	35.225	47.440	58
Mexoeira	130	138	2.590	10.396	6.270	4723
Feijões	25.111	27.154	29.608	46.811	60.305	140
Amendoim	31.269	31.608	38.444	41.019	50.931	63
Mandioca	328.560	338.990	456.023	442.761	654.527	99
B.Doce	S/I	S/I	12.644	1.463	13.648	
Hortícolas	S/I	S/I	S/I	S/I	7.260	
Outros	0	0	0	10.701	0	
Total	582.601	617.317	782.623	798.949,40	1.118.177,00	92

Gráfico 1. Produção de culturas alimentares



As principais culturas praticadas na província são a mandioca, o milho a mapira e com grande expressão também as culturas de feijões e o amendoim. As outras culturas, que são culturas não monitoradas pelo aviso prévio (hortícolas, gergelim, tabaco, etc.) visam essencialmente à diversificação das fontes de rendimento.

Estima-se que ao nível de todo o país quantidades consideráveis da produção são perdidas durante as fase de antes e pós-colheita, devido aos vários factores adversos que se registam assim como as dificuldades existentes nos tratamentos pós-colheita e na conservação da produção.

Analisando a evolução durante o período, temos que desde a campanha 2004 em Cabo Delgado, verifica-se uma tendência de crescimento exponencial da produção em resposta ao melhoramento a assistência aos produtores, divulgação e adopção de novas tecnologias assim como disponibilização atempada dos insumos.

As culturas de Mapira e da mandioca, especialmente os feijões, contribuíram grandemente para o aumento da produção de cereais na campanha 07/08.

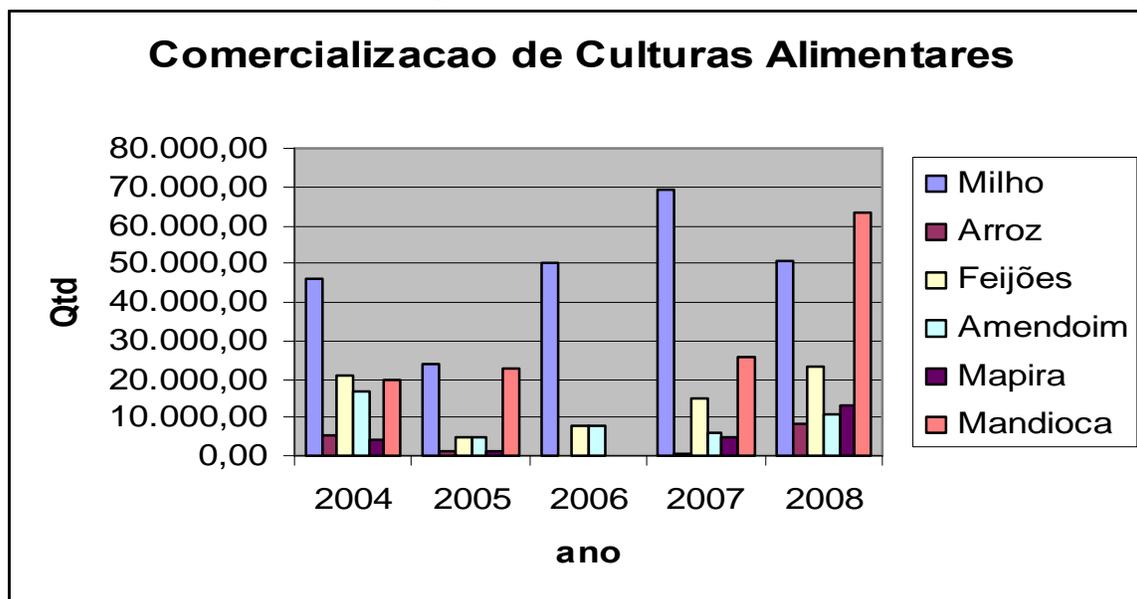
Comercialização de culturas alimentares

Quadro 2. Comercialização de culturas alimentares

Culturas	2004	2005	2006	2007	2008	Tax cres
Milho	45.838,30	23.902	50.311	69.404	50.920	11
Arroz	5.640,50	1.276		845	8.269	47
Feijões	20.754	4.981	7.757	15.207	23.282	12
Amendoim	16.612,10	4.973	7.500	6.240	10.726	-35
Mapira	4.048,30	1.094		4.667	12.860	218
Mandioca	19.949,70	22.489		25.584	63.043	216
Total	112.843	58.715	65.568	121.947	169.100	50

Fonte: DPIC

Gráfico 2. Comercialização de culturas alimentares



De 2004 a 2008, nota-se um crescente aumento das quantidades dos produtos agrícolas comercializados, o que pode estar relacionado com a existência de mercado, aumento da procura e aumento da produção.

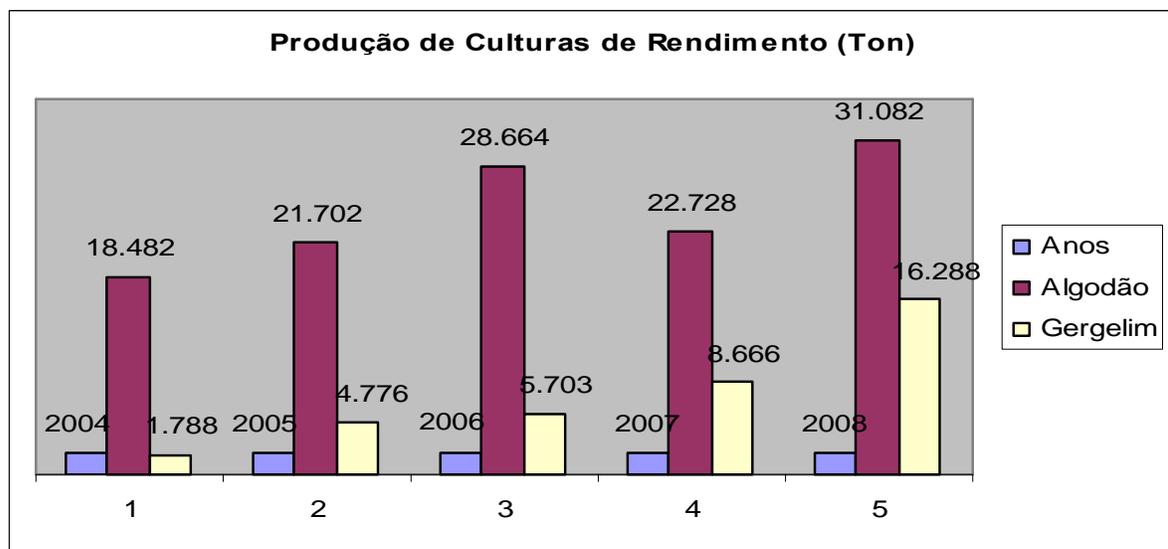
Contrariamente as restantes culturas, a cultura do amendoim registou um decréscimo na ordem de 35% do volume comercializado, o que pode de certa forma ter resultado da disponibilidade de semente ao nível do produtor e conseqüente redução da necessidade de compra.

3.2 Culturas de Rendimento

Quadro 3. Evolução das produções

Culturas	Anos de Referência						Taxa de Crescimento 2004 - 2008 (%)
	2004	2005	2006	2007	2008	Total	
Algodão	18.482	21.702	28.664	22.728	31.082	122.658	68
Gergelim	1.788	4.776	5.703	8.666	16.288	37.221	811

Gráfico 3. Produção de culturas de rendimento



3. 2.1.1 Algodão

O algodão actualmente é o principal produto de exportação para além da madeira, o seu destino principal é a exportação para os mercados da África do Sul, Indonésia e Portugal.

Durante o período em análise, o sector atingiu uma super produção no ano de 2006 tendo atingido 48000 toneladas e tendo sido comercializado quase na sua totalidade. Este aumento da produção verificado na campanha 05/06, resultou do

aumento da área cultivada sendo que, na campanha agrícola 2003/2004, foi planificada uma área de 46.500 hectares da qual foi realizada apenas 38.958 hectares.

3.4 Castanha de Caju

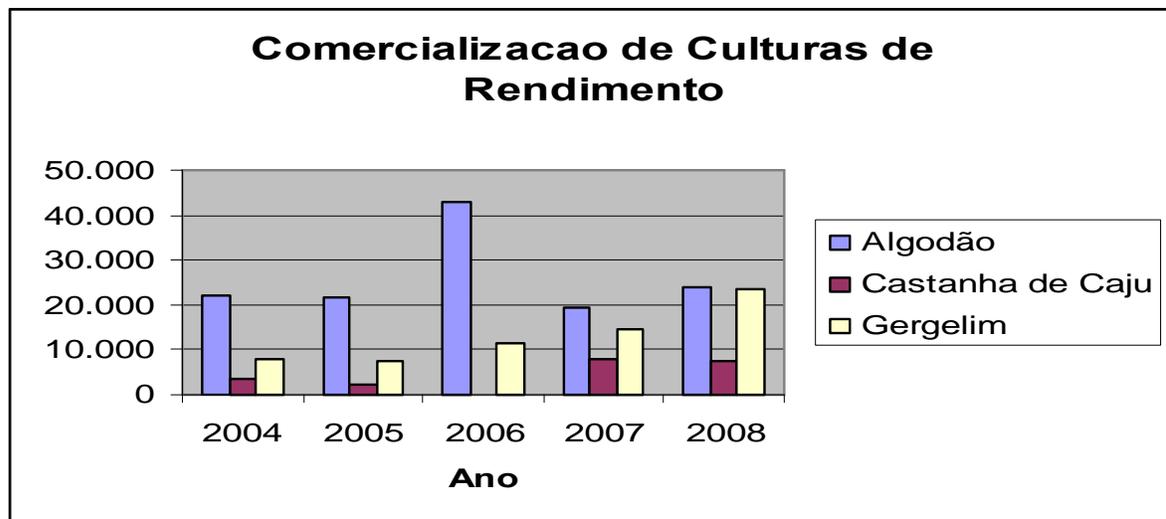
A produção de castanha de caju é realizada principalmente nos distritos de Chiúre, Macomia, Mueda, Nangade e Namuno pelo sector familiar cuja assistência técnica é garantida pelos Serviços Provinciais do Caju.

O sector do caju contou com a parceria das ONGs, UMOKAZI nos distritos de Pemba Metuge, Macomia, Mueda e Nangade e as Helvetas no distrito de Chiúre

Quadro 4. Comercialização de Culturas de Rendimento

Cultura	2004	2005	2006	2007	2008	Tax Cresc %
Algodão	22.241	21.677	43.110	19.547	23.736	7
Castanha de Caju	3.660	2.213	6.790,8	7.998	7.558,6	107
Gergelim	7.813,6	7.392	11.506	14.549	23.248	198
Total	33.715	31.282	54.616	42.094	54.543	62

Gráfico 4. Comercialização de culturas de rendimento



Para as culturas de rendimento de uma forma geral nota-se um crescimento na ordem de 62%, destacando-se a cultura de algodão no ano de 2006, onde obteve-se uma super produção, tendo-se comercializado um total de 43.110 toneladas. A cultura de gergelim foi a que teve um maior crescimento na ordem de 198%.

3.3. Aprovisionamento de Insumos

Quadro 5.

Indicador	2004 (Ton)	2005(Ton)	2006(Ton)	2007(Ton)	2008(Ton)	Taxa de Cresc. 2004-2008(%)
Semente						
Milho	23,81	0,92	144,578	33,45	19,18	-19
Arroz	6,14	9	13,75	0	50	714
Mapira	0,35	1,5	13,75	3	1,975	464
Amendoim	3,5	11,01	13,235	8,1	4,865	39
Fejões	5,48	1,97	11,1	6,01	12,45	127
Gergelim	1,75	4	5,65	0	2,16	23
Girassol	0	0	0	0	0	0
Batata Reno	0	0	6	6	20	0
Soja	0	0	0	0	0,45	0
Hortícolas	0	0,013	0	0,23	5,625	0
Total	41,03	28,413	208,063	56,79	116,705	184
Adubos	Toneladas					
Inorganicos	0	9	0	11	21	0
Compostos	0	0,4	0	13	14,462	0
Pesticidas (Lit)	0	8,327	0	0	13,85	0
Raticida (Kg)	0	0	0	0	1,55	0
Herbicidas (Lit)	0	240	0	0	2,6	0
Instrumentos	Unidades					
Enxada	9.500	0	20.912	20.912	1.500	-84
Catana	7.500	0	9.207	9.207	1.990	-73
Machado	0	0	552	552	1.500	0
Limas	13.800	0	7.825	170	3.800	-72
Foice	2.700	0	1.657	1.657	0	-100
Total	33.500	0	40.153	32.498	8.790	-74

Gráfico 5. Aprovisionamento de Semente

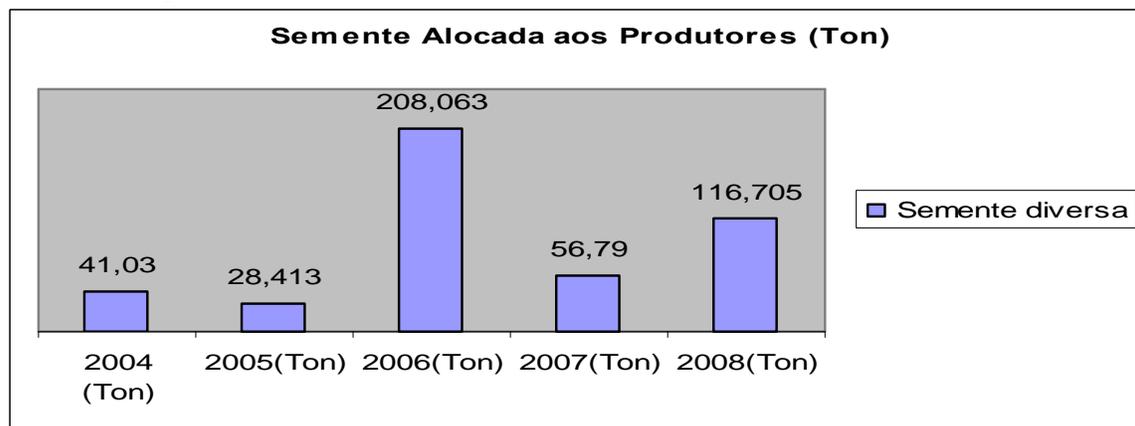
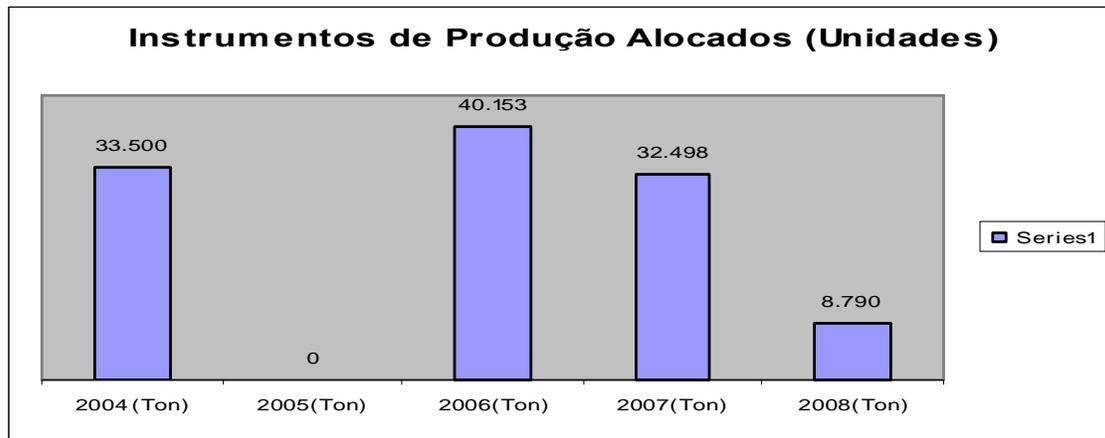


Gráfico 6. Aprovisionamento de Instrumentos de Produção



Com base nos gráficos acima apresentados, pode-se dizer que o fornecimento de sementes melhorou quando comparado com o ano base, tendo se registado o seu pico no ano de 2006, facto que de maneira pode ter contribuído para o aumento da produção do algodão verificado e da melhoria nas produções registadas daí em diante.

Quanto a disponibilização de instrumentos de produção também o ano de 2006 apresenta o seu pico tendo posteriormente se certificado um decréscimo devido a sustentabilidade apresentada pelos beneficiários em relação aos instrumentos recebidos nas campanhas anteriores.

4. Pecuária

No sector pecuário o governo, definiu as suas prioridades para o aumento do efectivo e produção de carne, com objectivo de melhorar a dieta alimentar na Província.

4.1 Evolução do Efectivo

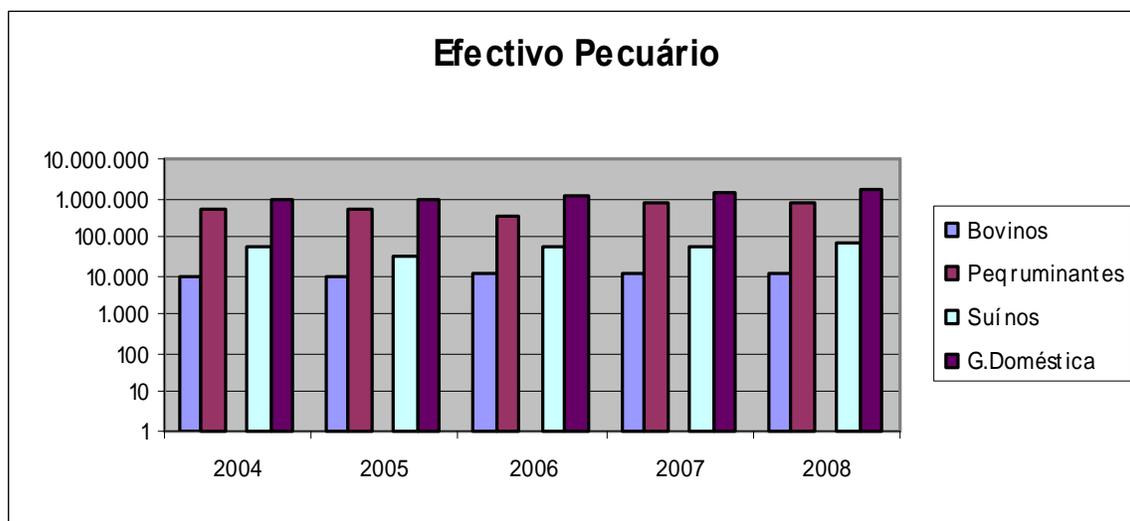
A província dispõe actualmente cerca de 500 criadores de gado bovino contra 201 criadores registados no ano 2004, onde os distritos de Montepuez, Pemba /Metuge, Mecúfi, Namuno, Balama, Chiúre, constituem os grandes potenciais de desenvolvimento desta actividades na Província de Cabo Delgado.

O crescimento do efectivo bovino não foi acentuado devido ao abate para o consumo e vendas para dentro e fora da província. Grande parte do efectivo encontra-se concentrado no sector privado que representa uma fracção muito reduzida no total do sector agro-pecuário. Segundo os arrolamentos efectuados, o efectivo passou de 9.205 cabeças no ano 2004 para 12057 no ano de 2008, com um crescimento na ordem de 31%.

Quadro 6. Evolução dos Efectivos

	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de Cresc.
Bovinos	9.205	9.084	10.902	10.953	12.057	31,0
Peq ruminantes	490.870	512.833	361.965	684.552	790.543	61,0
Suínos	53.859	31.529	61.204	61.515	62.760	16,5
G.Doméstica	837.518	870.340	1.236.110	1.414.678	1.805.587	115,6

Gráfico 6. Evolução dos Efectivos



O efectivo das galinhas foi o que registou um grande crescimento no quinquenio na ordem de 116%, com um crescimento gradual, seguido do efectivo dos pequenos ruminantes, bovinos e por ultimo os suínos. A baixa taxa de crescimento dos suínos deveu-se em parte a peste africana registada durante o quinquénio.

O sector familiar dedica-se mais a criação de espécies de pequeno porte por constituírem a principal fonte de rendimento familiar, através de trocas ou mesmo vendas. A criação do gado de pequeno porte está generalizada por toda a Província pois, não acarretam grandes custos na sua criação e dispensam grandes cuidados de manejo. Sendo este o sector (familiar) produtivo mais representativo na Província, a tendência naturalmente é de crescimento apoiado pelas intervenções levadas a cabo pelas ONGs (Helvetas, Progresso, Acção Agrária Alemã, Agha-Khan e Umokazi), que actuam no sector pecuário no âmbito do fomento de caprinos.

4.2 Produção de carnes

O sector pecuário caracteriza-se por possuir apenas quatro talhos localizados nos municípios de Pemba (3) e de Montepuez.

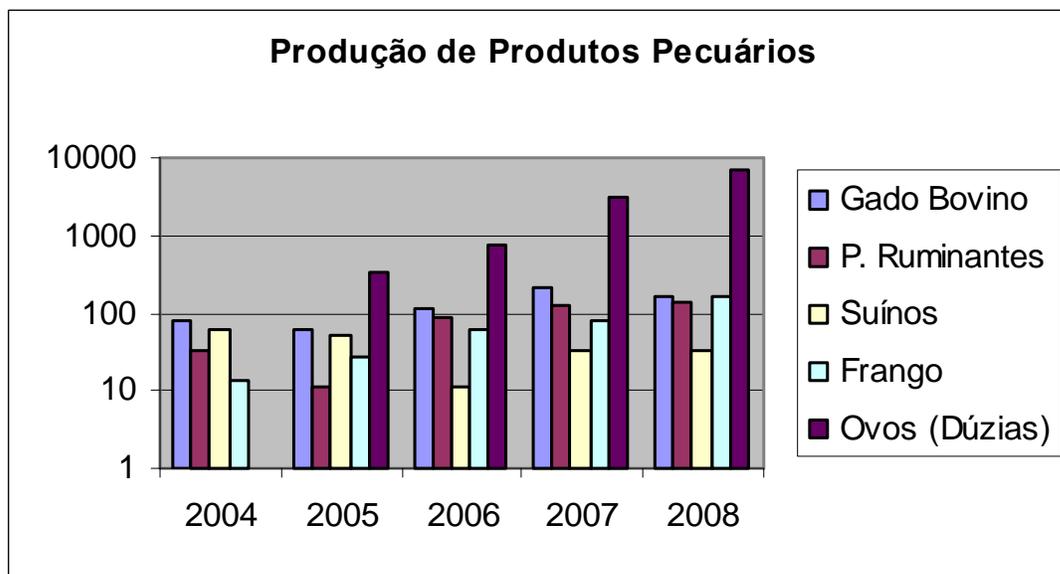
A produção de carne bovina é dominada pelo sector privado e a de pequenos ruminantes, suínos e frangos pelo sector familiar. Do total da produção de carne acumulada durante o

período em análise, o sector familiar representa apenas 34,0% isto, explica-se pela fraca capacidade de controlo e registo da produção alcançada neste sector produtivo.

Quadro 7. Produção de Produtos Pecuários

Espécie	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de Cresc.
Gado Bovino	79	63	115	208	170	114,3
P. Ruminantes	32	12	89	130	132	316,1
Suínos	63	50	11	33	34	-46,1
Frango	13	28	61	80	163	1132,1
Ovos (Dúzias)	0	335	747	3.086	6.739	
Total	187	488	1.024	3.537	7.237	1.516

Gráfico 7. Produção de Produtos Pecuários



No global a produção total de carne cresceu ao longo dos últimos cinco anos, como resultado do aumento do efectivo pecuário e fundamentalmente pelo aumento da procura da carne de diversas espécies para além da melhoria do sistema de abates e fluxo de informação dos Distritos para a Província.

Durante o ano de 2006, a produção da carne suína, no sector familiar sofreu um decréscimo de 83% comparativamente ao 2004. São apontadas como razões deste decréscimo a redução de abates neste sector, falta de informação proveniente de diversos Distritos e principalmente a peste suína africana que dizimava os suínos em alguns distritos da Província, nomeadamente Muidumbe, Mueda, Chiúre e Nangade.

O crescimento verificado em relação a produção da carne de pequenos ruminantes e frangos nos anos subsequentes ao ano base, é motivado pelos abates e existência de grande procura no mercado assim como a existência de muitos aviários e pequenos criadores de frangos.

5. Acesso à Rede de Extensão Rural
Quadro 8.

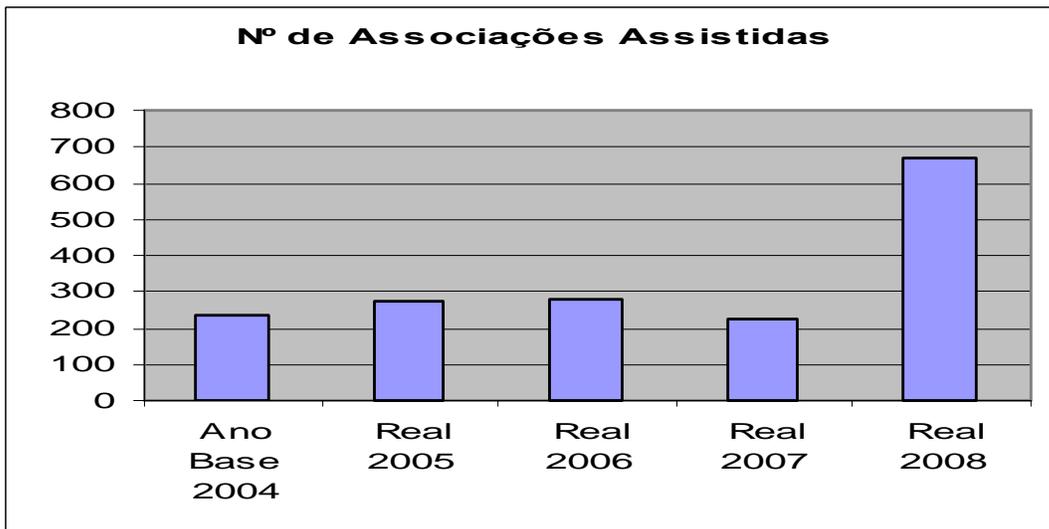
Distritos	Nº Extensionistas					Taxa de Cresc. (%)	Associações Assistidas					Taxa de Cresc. (%)	Produtores Assistidos					Taxa de Cresc. (%)
	Ano Base 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007	Real 2008		Ano Base 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007	Real 2008		Ano Base 2004	Real 2005	Real 2006	Real 2007	Real 2008	
Palma	0	0	2	2	2		0	0	0	17	37		0	0	0	240	715	-
Nangade	6	6	6	6	4	-33,3	24	13	13	0	80	233,3	1.710	1.710	1.348	2.544	1.245	-27,2
M. da Praia	0	0	4	4	9		0	0	0	0	40		0	0	0	196	2344	
Mueda	9	9	9	9	9	0,0	23	26	26	12	80	247,8	2.479	2.479	3.427	3.257	3.570	44,0
Muidumbe	7	7	6	6	5	-28,6	26	24	24	0	13	-50,0	2.141	2.141	1.758	1.661	2.500	16,8
Macomia	0	0	3	3	3		0	0	0	8	35		0	0	0	973	991	-
Meluco	0	0	2	2	2		0	0	0	0	90		0	0	0	807	642	-
Quissanga	0	0	3	3	3		0	0	0	0	31		0	0	0	735	887	-
Ibo	0	0	0	0	1		0	0	0	0	9		0	0	0	0	306	-
Mecufi	0	0	2	2	2		13	26	26	2	36	176,9	0	0	0	460	390	-
Metuge	0	0	2	2	2		13	43	46	12	11	-15,4	0	0	0	430	473	--
Ancuabe	0	0	3	3	3		0	0	0	4	21		0	0	0	990	970	-
Namuno	12	11	9	9	9	-25,0	24	23	23	20	27	12,5	3.227	3.227	3.046	2.337	1.709	-47,0
Balama	6	7	6	6	6	0,0	15	24	24	45	60	300,0	2.100	2.100	2.448	1.507	1.455	-30,7
Chiure	17	14	10	10	10	-41,2	54	43	43	54	50	-7,4	4.615	4.615	3.512	1.819	2.296	-50,2
Montepuez	22	23	14	12	12	-45,5	43	54	55	50	51	18,6	6.650	6.650	6.417	2.285	2.101	-68,4
Província	78	77	81	79	82	5,1	235	276	280	224	671	916,4	22922	22922	21956	20241	22594	-1,4

Gráfico 8. Efectivo de Extensionistas



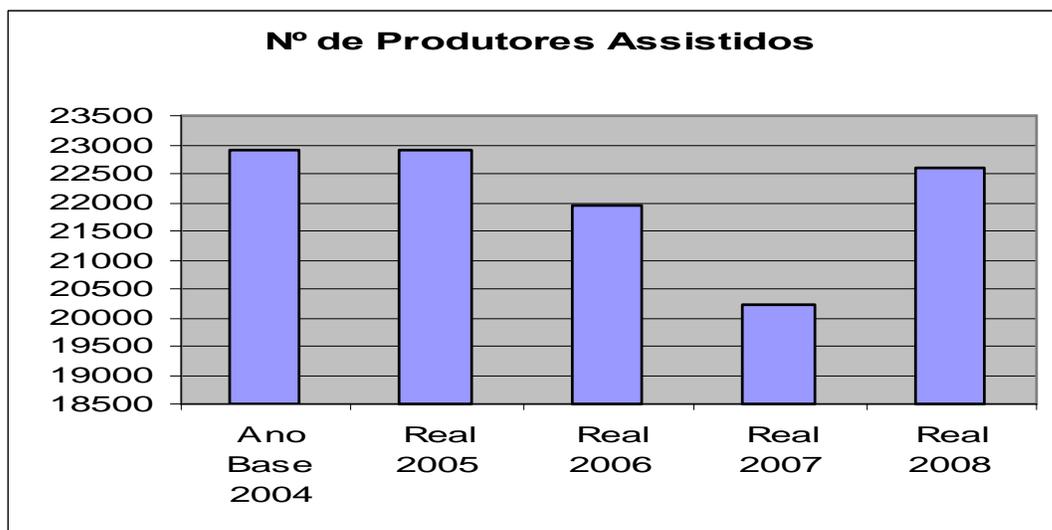
No concernente ao efectivo dos extensionistas, houve um aumento considerável na ordem de 5%, apesar da queda registada em 2007, que deveu-se principalmente a retirada do PAMA, que era potencial parceiro na área de extensão.

Gráfico 9. N. De Associações Assistidas



Relativamente ao número de associações assistidas, verifica-se um crescimento de 18% com 235 extensionistas no ano de 2004 e 671 no ano de 2008.

Gráfico 10. N. De Produtores Assistidos



No ano de 2007, como foi dito anteriormente, com a retirada do PAMA e consequente redução do efectivo de extensionistas, originou também a redução de numero de produtores assistidos, mas contudo no ano de 2008 verificou-se uma subida considerável face a entrada em funcionamento do PRONEA e implementação do Plano de Acção para a produção de Alimentos.

6. FLORESTAS E FAUNA BRAVIA

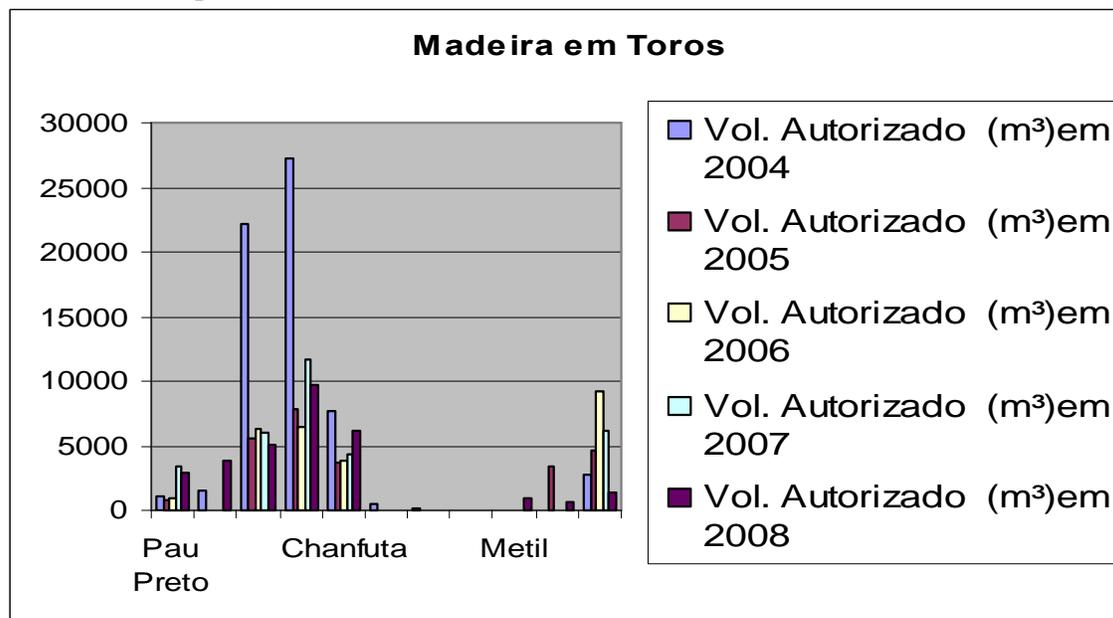
Em termos florestais e faunísticos, Cabo Delgado é uma das Províncias potencialmente ricas; apresenta um corte anual admissível de cerca de 84.000 a 120.000 metros cúbicos/ano de madeira de diversas espécies. Apesar desse enorme potencial, o grau de industrialização na área florestal ainda é relativamente baixo, facto que tem causado grande preocupação a nível da Província, uma vez que apesar da legislação vigente relativa a proibição da exportação da madeira da primeira classe em toros, grande parte da madeira continua ainda a ser exportada em toros.

Em termos de fauna bravia, ocorrem na Província espécies como elefantes, búfalos, leões, cabritos do mato, leopardos, facoceros, Macacos, hipopótamos e pala-palas, espécies que se distribuem fundamentalmente pelos principais cursos de água.

Quadro 8. . Exploração florestal de Madeira em toros por espécie

Espécies	Vol. Autorizado (m³)em 2004	Vol. Autorizado (m³)em 2005	Vol. Autorizado (m³)em 2006	Vol. Autorizado (m³)em 2007	Vol. Autorizado (m³)em 2008	Taxa de crescimento
Pau Preto	1.011,30	720,0	930	3.329,5	2910,5	188
Pau Ferro	1.515,00				3899,7	157
Umbila	22.162,50	5.610,0	6.280	5.923,2	5016,36	-77
Jambire	27.264,40	7.896,0	6.528,40	11.667,2	9660,541	-65
Chanfuta	7.645,50	3.734,5	3.860,30	4.242	6128,184	-20
Metonha	509,50					-100
Messinge	81,00					-100
Mefuma	10,00					-100
Metil	70,00				855	1121
Muanga		3.389,0			555	
Outras	2.793,00	4.611,0	9.159,7	6.083	1315	-53
Total	63.062,20	25.960,50	26.758,40	31.244,90	30.340,29	-52

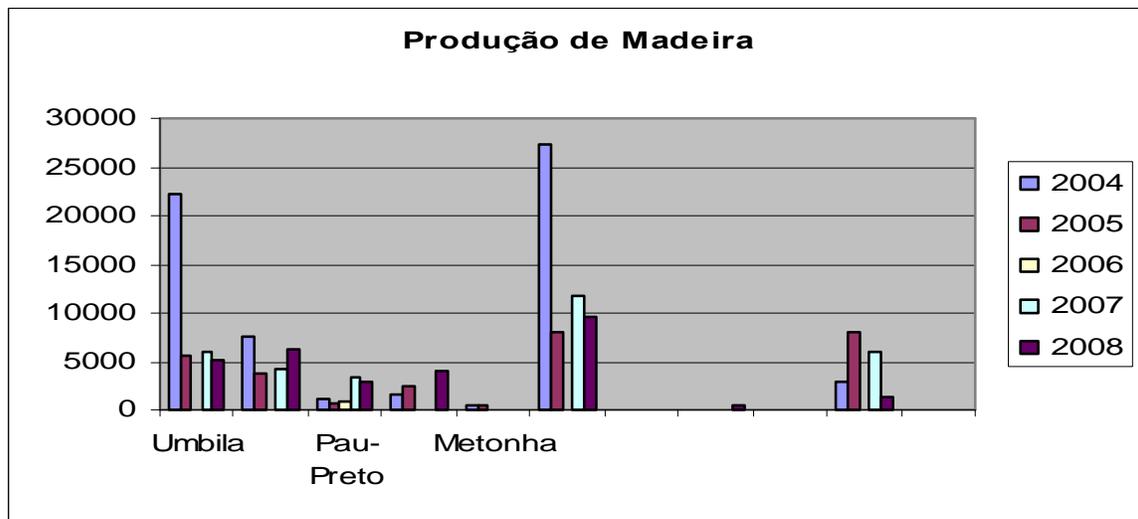
Gráfico 11. Exploração de Madeira



Em relação ao licenciamento da madeira e o volume autorizado, nota-se um decréscimo da quantidade de madeira autorizada de 2004 para 2008 na ordem de 52%, este decréscimo deveu-se a um maior controle nas quantidades autorizadas.

Quadro 9. Produção de Madeira

Espécie (m ³)	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de Crescimento
Umbila	22.162,5	5.610	6,280.0	5.923,2	5016,36	-77
Chanfuta	7.645,5	3.734,5	3,860.3	4.242	6128,184	-20
Pau-Preto	1.011,3	720	930	3.329,5	2910,5	188
pau-ferro	1.515,0	2.406	3,872.7		3899,7	157
Metonha	509,5	510				
Jambire	27.264,4	7.896	6,528.4	11.667,2	9660,541	65
Muanga			3,815.0		555	
Outros	2.954,0	8.000	1,472.0	6.083	1315	55
Total	63.062,2	28.876,5	26,758.4	31.244,90	29.485,29	-97

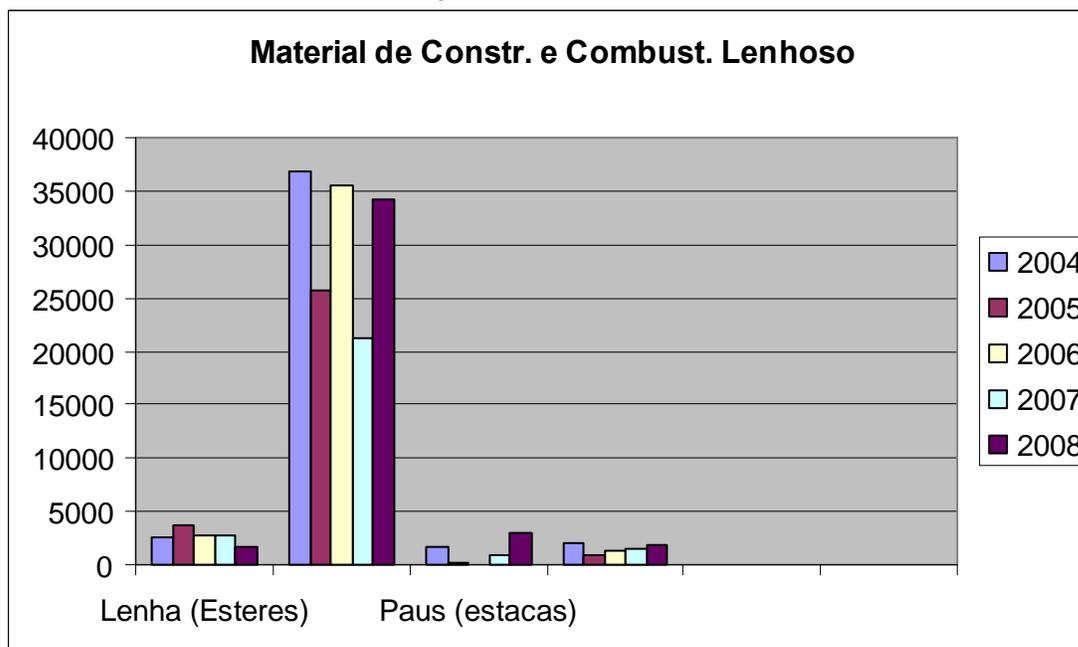
Gráfico 11. Produção de Madeira

Na produção de madeira nota-se um decréscimo de 97%, decréscimo este que se deveu a um melhor control nas concessões e maior fiscalização para o corte, assim como também a exigência de plano de manejo as concessionárias para a exploração de madeira.

Quadro 10. Exploração de Material de Construção e Combustível Lenhoso

Produto	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de Crescimento
Lenha (Esteres)	2.690,0	3.726	2.797	2.882	1.675	-38
Carvão(Estetres)	36.830,0	25.633	35.525	21.145	34.236	-7
Paus (estacas)	1.618	268	423.84	975	3.065,2	89
Bambus(Esteres)	2.066,3	875	1.261,2	1.520	1.867,03	-10
Palha (Ton)			53	50		

Gráfico 12. Material de Construção e Combusteis Lenhosos



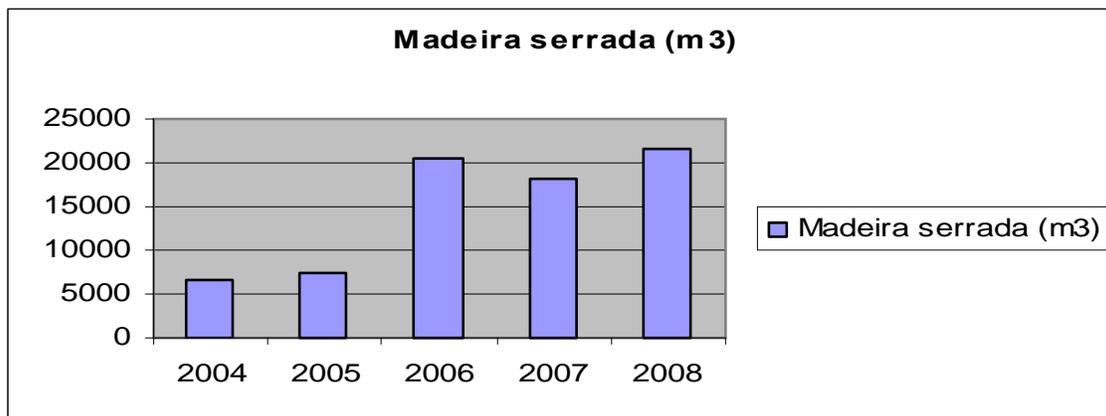
Para o material de construção e combustíveis lenhosos, verifica-se um crescimento de 89% na exploração de estacas devido ao aumento das construções para habitação em proporção ao crescimento populacional registado no censo 2007. em relação a lenha, carvão nota-se um decréscimo devido ao facto de a população ter possivelmente encontrado outras fontes alternativas de combustível. Para o bambu a redução da sua exploração deveu-se principalmente a tendência actual para a construção de habitações com novas estruturas (uso de material convencional).

Quadro 11: Volume processado

Tipo de Produto	Volume Processado					Taxa Cresc
	2004	2005	2006	2007	2008	
Madeira serrada (m ³)	6.513,556	7.362,465	20.478,533	18.074	21.552,33	231

O aumento do volume da madeira processada deve-se a implementação do diploma ministerial 142/2007, que autoriza apenas a exportação de madeira processada de primeira classe e ao aumento de consumo interno da madeira processada.

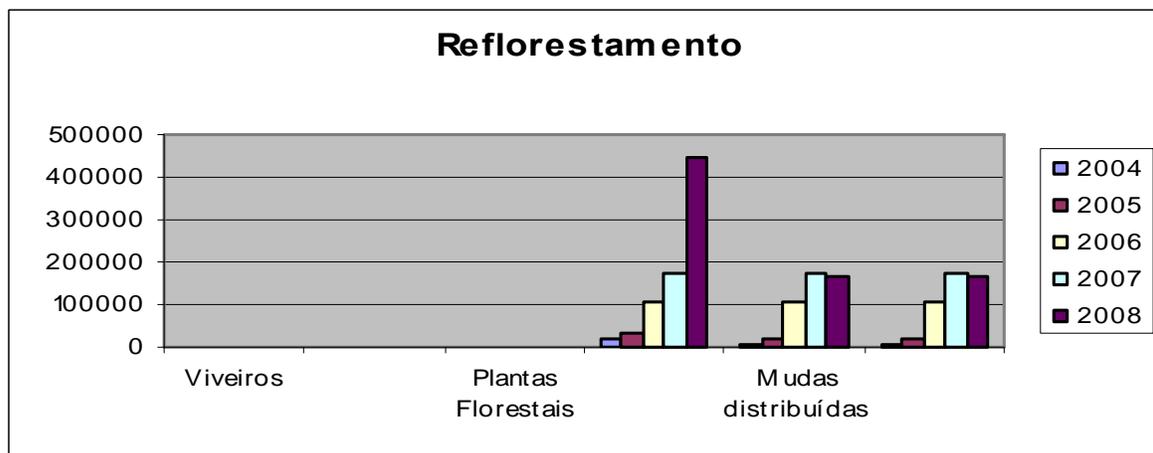
Gráfico 13. Exploração de Madeira



Quadro 11: Reflorestamento

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	Tax cres	de
VIVEIROS							
N.º de Viveiros	2	2	2	5	5	150	
PLANTAS FLORESTAIS							
Mudas Produzidas	20.000	32.000	109.000	172.522	450.000	2150	
Mudas distribuídas	10.000	18.000	109.000	172.522	170.000	1600	
Mudas plantadas	10.000	18.000	109.000	172.522	170.000	1600	

Gráfico 14. Exploração de Madeira



Verifica-se uma tendência de aumento de número de mudas tanto produzidas assim como de mudas distribuídas e plantadas, devido a introdução do programa de produção e plantio de mudas ao nível escolar, e a parceria entre diversas instituições do Governo provincial em aderir ao programa.

6.1. FAUNA BRAVIA

Conflito Homem/Fauna Bravia

Conflito Homem Fauna bravia: actualmente nota-se uma redução dos danos causados assim como das vítimas Humanas devido a alocação atempada de armas para afugentamento e coordenação com outras instituições assim como a formação e capacitação de caçadores comunitários

Quadro 12 Fauna – Conflito homin-animal

Distr	Animal envolvidos e abatido					Danos causados				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008
Palma	Envolv ido 1 leao, 2 leopaa rdos	Elefan te e Leopa rdo	Elefante Bufalo Leão	Elefante Leão	Elefante Leão, 4 animais mortos	11 morto s	1 morto e 1 ferido, distruic ao de cultura s	10 Mort os. 5 Ferid os	4 morto s 12 ha	14 mortos e 3 feridos , 12 ha

Nangade		leao	Crocodi lo		Elefan te	1		1
					Croco dilo	morto		morto e 1 ferido, 162 ha
M.Praia	1leao	1Elefa nte envol vido e abatid o	Elefante Crocodi lo Hipopo, e mortos 1 Elefante 1 Hipopot amo	Elefant e Crocod ilo	Elefante Crocodil o, mortos 2 elefante s e 1 crocodil o	13 morto s	3 morto s	1 morto, e 3 ferido s 96ha 2 palhot as
	2 leopar dos	Elefan te e leao, 1 elefan te abatid o	Elefante Leão Hipopot amo	Elefante Crocodil o Hipopota mo		2 feridos	5 Mort os e 59 ha	2 morto s 2 ha
Mueda			Elefante Leão Hipop, abatidos 1 Leão 1 Hipop	elefante	Elefante Crocodil o, 1 elefante morto		1 Mort os	1 morto
Muidumbe		Elefan te	Elefante	Elefant e, 1 elefante abatido	Elefante , 1 animal morto	2 Mort os, 94,9h a	1 morto, 48ha	1 morto e 48ha
Macomia								

Meluco

Leão e leao	Leao	Leao	4	76	6	1
Elefante, 1 leao abatido	Elefante e Porco	Elefante Porco	4 pessoas mortas e 3 feridos e 4 cabrito s	76 cabritos mortos	6 morto e 4 ferido s, 44 planta s de mandioca e 3 celeiro s e 43 ha	1 morto e 6 cabrito s devora dos, 43 ha e 3 celeiro s

Quissanga

Elefante e Búfalo, 1 leao e 1 bufalo abatidos	Elefante Crocodilo e abatidos 3 elefante s	Elefante Rato e Porc. Leopard o, 3 animais abatidos	1 morto e Distrução de cultur as	3 morto s	3 morto s, 3 ferido s 41 ha	6 morto s e 41 ha
---	--	---	----------------------------------	-----------	-----------------------------	-------------------

Pmetuge

elefante	Crocodilo e crocodilo abatido	Crocodilo e crocodilos 2 mortos	1 morto	2 morto s 1 ferido	2 mortos
----------	-------------------------------	---------------------------------	---------	--------------------	----------

Mecufi

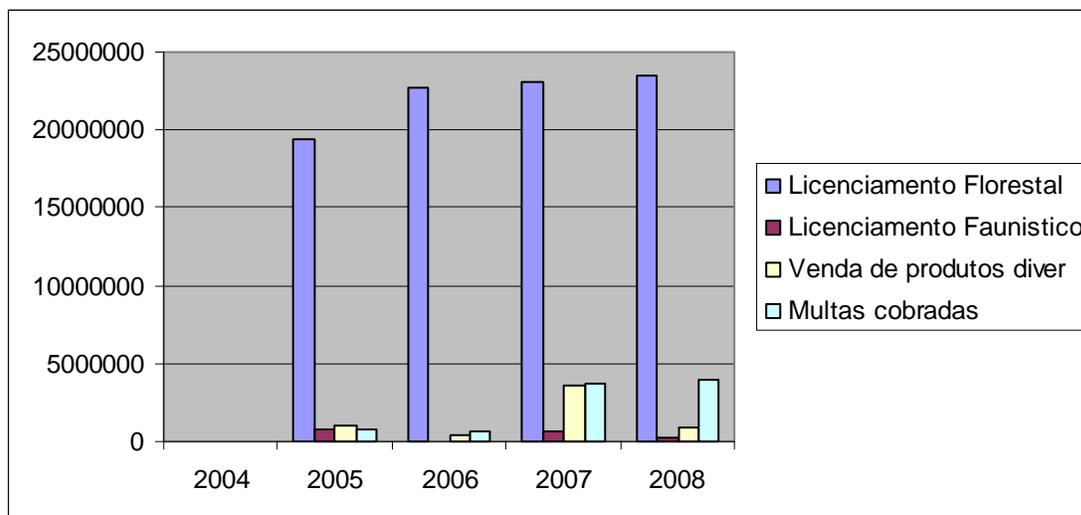
Hipopotamo	Leao	Leao	3 morto s, 3 Cães	1 cao e 3 bois devora dos	2 morto, 1 cao e 3 bois devora dos
Leão	Crocodilo Hipopotamo, mortos 3 animais	Crocodilo Hipopotamo, mortos 3 leoes	2 Cabritos 3 Cano as		

Ancuabe	Elefante	elefante	4	1
	Macacos		morto e 3 ha	morto
Montepuez	Elefante		127ha	
	Crocodilo, 1 elefante abatido			
Namuno				
Balama	Elefante, 6 animais mortos		71,5 e 8 celeiros	
Chiure	elefante		6ha	

Quadro 13: Receitas colectadas (mil contos)

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	Tax Cres %
Licenciamento Florestal	-	19.333.384,650	22.737.122,10	23.025.745,63	23.415.922,25	21
Licenciamento Faunístico	-	775.000,00	-	689.000,00	284.625,00	-63
Venda de produtos diver	-	1.027.866,826	408.654,50	3.508.821,81	876.728,00	-14
Multas cobradas	-	730.156,587	579.662,15	3.669.276,42	3.989.122,66	446
Total	-	21.092.183,063	23.725.438,75	30.892.843,86	28.566.397,77	35

Gráfico 15. Receitas



No concernente ao licenciamento floresta e multas cobradas, verifica-se um crescimento considerável devido a melhoria no sistema de cobrança de multas e de fiscalização. Para o licenciamento faunístico e a venda de produtos diversos, verifica-se um decréscimo de 63 e 14 % respectivamente devido ao redução de numero de animais a abater e também devido aumento do volume dos produtos entregues a instituições publicas.

6.2. Maneio Comunitário de recursos Naturais

6.2.1. Maneio Comunitário de Recursos Naturais “Ponto de Situação do 20% em 2005”

Posta em prática a implementação do Diploma Ministerial 93/05 de 4 de Maio, relativo ao direito das comunidades locais sobre 20% das taxas cobradas pelo Estado para exploração florestal, foi formado um conselho de gestão de recursos naturais constituído por 7 aldeias na área de concessão florestal da Comadel no distrito de Nangade. Este conselho é constituído por 7 comités e já tem uma conta bancária aberta para onde serão canalizados os 20 % das taxas de exploração destinadas a esta comunidade.

6.2.2. Maneio Comunitário de Recursos Naturais “Ponto de Situação do 20% em 2006”

Com a divulgação no seio das comunidades do Diploma Ministerial 93/2005, estas sentiram-se motivadas a envolverem-se na fiscalização dos recursos existentes na sua zona. Esta abordagem foi concretizada no presente ano com a entrega na comunidade de Nangade, Distrito de Nangade de cerca de **506.000 Mtn** correspondentes a 20% das taxas cobradas pela exploração florestal em 2005 e 2006. Posteriormente foram entregues cerca de **673.000** e **192.000 Mtn**, respectivamente às comunidades de Lipeula e Muilo-Muirite, Distrito de Mueda. No Distrito de Balama, trabalhou-se na organização da comunidade para o efeito, mas tem-se estado a encerrar dificuldades na abertura da conta bancária comunitária devido a falta de Bilhetes de Identidade por parte das comunidades.

Paralelamente a este trabalho, o Sector tem estado a trabalhar com as comunidades que já receberam os valores para a assistência na utilização dos valores recebidos em programas comunitários.

6.2.3. Maneio Comunitário de Recursos Naturais “Ponto de Situação do 20% em 2007”

No ano em análise, foram organizadas 61 comunidades em comités de gestão para a recepção e utilização dos 20% das taxas de exploração florestal cobradas, dos quais 6 estão a implementar no terreno Projectos locais.

Foram entregues no presente ano **2.840.150 Mt**, beneficiando a cerca de 27.681 habitantes, nos distritos de Nangade, Mueda, Muidumbe, Montepuez, Balama e Namuno. O valor entregue corresponde a 40 % do valor total a ser recebido pelas comunidades referente a 2005 e 2006 e que ainda se encontra em poder do sector.

6.2.4. Maneio Comunitário de Recursos Naturais “Ponto de Situação do 20% em 2008”

Posta em prática a implementação do Diploma Ministerial 93/05 sobre os 20% para as comunidades das áreas exploradas. Neste contexto, foram organizadas 78 comunidades em comités de gestão de recursos naturais para a recepção e utilização dos 20% das taxas de exploração florestal cobradas como forma de incentivar as comunidades no sentido de garantir a exploração regrada dos recursos.

Foram entregues em 2008, 3.370.768,00 Mt, beneficiando cerca de 27.681 habitantes, nos distritos de Balama, Namuno, Montepuez, Ancuabe, Macomia, Muidumbe, Mueda, Mocímboa da Praia e Nangade.

7. Principais constrangimentos

7.1 Constrangimentos Internos

O sector de agro-pecuário, ressentiu-se e ainda resente-se da falta de recursos humanos em quantidade e/ou de qualidade e ainda de infra-estruturas agrárias capazes de dar resposta as crescentes exigências do sector na prestação de serviços públicos agrários eficientes e de qualidade.

Actualmente existe um número considerado funcionários carecendo de integração no aparelho do Estado que de certo modo influencia negativamente na fraca moral dos técnicos traduzida pela sua fraca produtividade dos mesmos.

Os meios circulantes existentes não foram suficientes para uma cobertura efectiva dos distritos na difusão de tecnologias, mensagens e acções de monitoria e avaliação do sector agro-pecuário e pesqueiro.

Faltou de meios de controlo no tocante ao conflito Homem/Animal.

8.2 Constrangimentos Externos

A ocorrência de desembolsos tardios por parte dos doadores, comprometeu a execução atempada e total dos planos previstos no sector.

O aprovisionamento em medicamentos veterinários e de insumos agrícolas na província foi e ainda é dependente de mercados externos a província.

As campanhas de tratamentos zoossanitários e fitossanitários em alguns casos não foram bem sucedidas dada a resistência das populações ao pagamento das vacinas e dos tratamentos químicos.

Existe falta de pasto em largo período do ano e no tempo seco as queimadas descontroladas reduzem a existência de pasto. Os criadores de gado bovino principalmente do sector familiar, apresentam dificuldades financeiras para suportar uma alimentação suplementar dos animais

No sector algodoeiro, os preços de compra do algodão desmotivaram a prática desta cultura e o mais agravante é que os produtores unidos em associações não possuem conhecimento em matéria de gestão de negócios.

Existiu e existe exportação descontrolada de castanha para Tanzânia a partir dos distritos de Mueda e Nangade. Esta actividade é praticada principalmente pelos comerciantes informais tanzanianos e moçambicanos.

A coordenação interinstitucional melhorou mais ainda não é a desejada, carecendo de um maior envolvimento das partes na prossecução dos objectivos de cada uma das instituições.

O sector produtivo queixa-se da falta de crédito para o desenvolvimento da actividade agrária.

RELATÓRIO BALANÇO ATÉ AO TERCEIRO TRIMESTRE DA CAMPANHA AGRÍCOLA 2008/2009

Precipitação

Na campanha agrícola, 2008/2009, o início da queda pluviométrica foi registada a partir do mês de Outubro de 2008. Os níveis de precipitação verificados permitiram a satisfação das necessidades hídricas das culturas nos primeiros estágios de desenvolvimento.

A precipitação média acumulada a nível da Província foi superior a da campanha 2007/2008 ao registar 1.450.70 mm nos meses de Outubro a Maio, com maior precipitação média acumulada nas zona Centro e Norte ao registar 532.1 mm e 612.5, respectivamente.

Contudo, a partir da 3ª década de Dezembro verificou-se uma interrupção da precipitação o que se arrastou até a 1ª década de Fevereiro, tendo provocado stress hídrico e conseqüente perda de áreas, principalmente na cultura de arroz.

Área cultivada de Culturas Alimentares

A área cultivada na campanha em análise foi de 985.947 hectares de culturas alimentares diversas, contra 829.071 hectares planificados, o que representa uma realização de 119% e um crescimento de 17%, quando comparando com os 843.481 hectares semeados na campanha 2007/2008.

As principais culturas semeadas foram o milho (201.402ha), mapira (119.515ha), mexoeira (9.220ha), arroz (164.248ha), feijões (102.406ha), amendoim (67.668ha), mandioca (310.789ha), batata doce (3.945ha) e hortícolas (6.754ha).

A província conta com cerca de 255.000 agregados familiares, com uma média de cultivo por cada agregado que varia entre 1,5 a 3,0 hectares. Os rendimentos atingem 1,5 toneladas por hectares no milho, 1,8 toneladas por hectare no arroz e 8,5 toneladas por hectare na mandioca.

Da área cultivada, foi perdida 10.253 hectares de culturas diversas, sendo, 8.020 ha devido ao stress hídrico verificado na cultura do arroz e os restantes 2.233 ha causados pelo ataque de pragas e doenças, afectando 12.816 famílias em toda a província.

Produção de Culturas Alimentares

Para a campanha prestes a terminar, foi planejada uma produção de 1.327.245 toneladas de produtos alimentares diversos, das quais até ao período em balanço foi alcançada uma produção de 1.535.206 toneladas, o que representará uma realização de 16 pontos percentuais acima do planejado e um crescimento de 37% quando comparado com os 1.118.177 toneladas de igual período do ano 2008.

De salientar que do grupo de cereais, foram produzidas 419.137 toneladas contra as 357.470 toneladas do planejado, o que representa uma realização de 117% e um crescimento de 26% quando comparado com as 331.506 do ano anterior.

Relativamente as leguminosas, foram produzidas 143.980 toneladas contra as 137.731 toneladas planejadas, o que corresponde a uma realização de 105%, e um crescimento de 29% quando comparado com as 111.236 toneladas de igual período de 2008.

Para o grupo das raízes e tubérculos, foram produzidas 968.223 toneladas, das 829.190 planejadas para o ano obtendo uma realização de 117% e um crescimento de 45% quando comparadas com as 688.175 toneladas produzidas em 2008.

Quanto as culturas de rendimento, até ao 3^o trimestre, foram produzidas 45.541 toneladas contra as 54.259 planejadas, o que corresponde a uma realização de 84% e um decréscimo de 4 de comparativamente as 47.370 toneladas obtidas no terceiro trimestre de 2008.

Com esses níveis de produção, espera-se que a província venha alcançar a segurança alimentar até o período de início da próxima campanha agrícola.

No âmbito do PAPA tinham sido planejados para a cultura de milho 5.000 hectares, tendo sido realizados 4.995,5 correspondentes a 99,9% de realização. Para a cultura do arroz tinha como meta 2.500 hectares tendo sido realizados 2.505 equivalentes a 100,2% de realização.

Sector do Cajú

Foram produzidas 186.093 mudas, contra as 300.000 planejadas, o que representa uma realização de 62% e um decréscimo de 9%, quando comparada com as 205.377 produzidas em igual período da campanha 2008.

Das mudas produzidas, foram distribuídas 34.737, contra 240.000 planejadas, representando uma realização de 14% e um crescimento de 28%, quando comparadas com as 27.111 de igual período do ano de 2008, beneficiando 414 produtores.

Na presente campanha, foram enxertados 186.093 mudas, contra as 158.240 mudas de igual período da campanha passada, o que representa um crescimento de 18%.

Para a produção de mudas de cajueiros, a Província conta com 7 viveiros localizados nos distritos de Macomia, Nangade, Mueda, Namuno, Ancuabe, Chíure e Quissanga.

Foram treinados 64 produtores, em técnicas de propagação vegetativa nos distritos de Namuno e Ancuabe.

No âmbito do programa de tratamento químico contra oídio, foram disponibilizados químicos à todos os distritos, tendo sido tratados até ao período em balanço 1.371.085 cajueiros, dos 1.400.000 planificados, o que representa uma realização de 98% e um decréscimo de 4% quando comparado com os 1.422.998 cajueiros tratados em igual período de 2008.

Comercialização da Castanha de Caju

A campanha de comercialização 2009/2010, será oficialmente aberta no próximo dia 16 de Outubro corrente, no distrito de Balama, aldeia Mecuti.

Para a presente campanha de comercialização, a província prevê comercializar 9 mil toneladas de castanha de caju. Em termos de preparação, está previsto para a primeira quinzena de Outubro, se as condições financeiras estiverem criadas um treinamento/ reciclagem aos técnicos e aos comerciantes sobre o regulamento, normas de pós colheita, venda colectiva a ser ministrado nos distritos de Nangade, Macomia e Montepuez.

Está-se na fase de contratação dos fiscais para a recolha de informação ao longo da bacia do Rovuma, cruzamento de Assue e rio Lurio.

Produção de culturas de rendimento

Área cultivada

Na campanha 2008/2009, foram lavrados um total de 75.381 hectares, contra 74.855 hectares do planificado, representando uma realização de 100%, e um decréscimo de 6% quando comparado com os 80.054 de igual período do ano anterior.

Para a cultura do algodão, foram lavrados cerca de 40.677 hectares, dos 50.000 planificados, representando uma realização de 81% e um decréscimo de 14%, quando comparado com os 47.087 de igual período do ano de 2008, com envolvimento de 54.702 produtores.

O decréscimo verificado de 14%, deveu-se a devolução da semente por parte dos produtores ao fomentador devido a queda intensiva de chuvas e o abandono da prática do algodão para produção da cultura de gergelim.

Relativamente a cultura de gergelim, foram lavrados 34704 hectares, dos 24.855 hectares planificados, o que representa uma realização de 120% e um crescimento de 5 quando comparados com os 32.976 há do ano anterior.

Produção

A produção de culturas de rendimento sobre a área cultivada na presente campanha, estima-se em 54.258 toneladas, sendo 35.970 toneladas de algodão e 18.288 toneladas de gergelim.

Pecuária

Evolução dos efectivos

O efectivo pecuário ao nível da província registou um aumento em todas espécies pecuárias, devido a vários factores conjugados, dentre eles existência de pastagem abundante, existência de mais fontes de abeberamento a melhoria na assistência técnica, bem como o surgimento de novos criadores, técnicas de conservação de alimentos para a época de carência, assim como o programa de fomento pecuário em curso na Província..

Durante o trimestre em análise foram distribuídas apenas 29 cabeças de gado bovino contra 17 do igual período do ano transacto, havendo um aumento na ordem de 70.5%

No tocante a tracção animal, foram distribuídas 30 juntas de bovinos, das quais 15 fomentadas pela ADAP e 15 pela AMA para igual numero de famílias no distrito de Montepuez.

O crescimento dos efectivos pecuários, das espécies bovinas, pequenos ruminantes e galinhas, deveu-se ao melhoramento na assistência técnica veterinária, surgimento de novos criadores e o fomento pecuário com o envolvimento das ONG e do FIIL ao nível dos distritos.

Produção de Carne

Foi registada uma produção global de 345,1 toneladas de carne diversa (bovina, pequenos ruminantes e suína), contra 576 toneladas do planificado, representando uma realização de 60% e um crescimento de 5 %, quando comparado com as 330 toneladas de igual período do ano 2008.

O crescimento registado deveu-se ao aumento dos efectivos pecuários, a melhoria do controlo dos registos da produção de carne, aumento dos níveis de consumo com destaque para a carne de pequenos ruminantes e frango e do controlo higio-sanitário.

No concernente a carne de frango, foi registada uma produção de 137.5 toneladas, contra 95 toneladas planificadas, representando uma realização de 144 % e um crescimento de 112%, quando comparado com as 65 toneladas de igual período do ano 2008.

Na produção de leite, registou-se uma produção de 1.465 litros, contra 3.120 do planificado, o que representa uma realização de 47% e um crescimento de 123%, quando comparado com os 615 de igual período do ano de 2008.

Quanto a produção de ovos, registou-se uma produção de 2.545 dúzias, contra 993 planificadas, representando uma realização de 256% e um decréscimo 23%, quando comparado com as 3.300 de igual período do ano de 2008.

Florestas e Fauna Bravia

Segundo a legislação florestal em vigor, a actividade de abate e arraste da madeira deve ser realizada de 1 de Abril a 31 de Dezembro de cada ano.

Para a campanha florestal 2009 deram entrada 75 processos de pedidos de licença simples e 28 pedidos de licenciamento para concessões florestal,. Destes destes 44 pedidos em regime de licença simples foram autorizados com um volume de 12.450 m³ de madeira de diversas espécies e 17 pedidos em regime de concessão florestal com um volume de 22.456,1 m³.

De salientar que houve uma redução de pedidos autorizados, tanto para as licenças simples como para as concessões florestais em que a redução das licenças simples deveu-se a orientação da DNTF no ultimo FORUM de consulta a sociedade civil de reduzir o nº de operadores de licenças simples na ordem de 30%.

Em relação ao combustível lenhoso e material de construção, foram licenciados 1711 st de lenha, 40.278 sacos de carvão, 367 esterres de estacas e 998.5 esterres de bambu.

Para a Campanha Florestal 2009, foram planificados para a exploração de madeira 41.800 m³ de madeira de espécies diversas.

Para material de construção e combustível lenhoso deram entrada 158 pedidos e foram autorizados para explorar as seguintes quantidades: Carvão 135.500 esterres, lenha 6.9500 esterres, estacas 6.650 esterres e 8.700 esterres.

Maneio Sustentável de Recursos Naturais

Durante o período em referência, foram formados 14 comités de gestão no âmbito dos 20% resultantes da taxa de exploração de recursos florestais nos distritos de Ancuabe, Mecúfi, Meluco, Pemba-Metuge, Palma e Mocimboa da Praia onde foram canalizados 4.050.300,45 Meticais.

Reflorestamento

Durante o período em referência, foram plantadas um total de 33.000 mudas de espécies diversas numa área de 142,5 ha. Devido as condições climatéricas, as actividades de produção de mudas serão retomadas no terceiro trimestre com o início da época chuvosa.

De referir que as mudas fruteiras foram adquiridas na província de Manica que foram distribuídas nos locais acima referido.

Madeira Serrada

A província de conta com um parque industrial de 17 serrações operacionais, das quais 2 possuem licença simples de exploração florestal, 10 possuem concessões, 4 compram de operadores licenciados e 1 presta serviços de serragem a terceiros perfazendo um universo global de 27 empresas de processamento de madeira das quais 4 estão inoperacionais e 7 operacionais.

Foram serrados 7.675,062 m³ de madeiras diversa, contra 18.000m³ do planificado, o que representa uma realização de 50% e um decréscimo de 38%, quando comparado com os 14.355, 10m³ de igual período do ano de 2008. Esta redução deveu-se à interrupção das actividades de algumas unidades de processamento aliada a crise financeira internacional que esta a afectar o sector de imobiliário.

ACÇÕES RELEVANTES E DE IMPACTO PARA O SECTOR AGRÁRIO DE 2004 - 2009

1. CAMPANHA AGRÍCOLA 2004/2005

- ❖ No âmbito do fomento, foram distribuídas 66 cabeças de gado bovino contra 54 em 2004. Distribuídos 969 pequenos ruminantes, registando uma diminuição de 2.649 em relação ao ano anterior. Paralelamente ao programa de fomento, a DPA distribuiu 34 juntas de tracção animal com respectivos implementos agrícolas (25 Carroças e 25 Charruas). no âmbito do Programa Nacional de Tracção Animal, tendo beneficiado a 47 famílias dos Distritos de Balama, Namuno, Montepuez, Chiure e Pemba Metuge. Foram também adquiridas mais 50 novilhos para tracção animal de modo a reforçar as juntas distribuídas.
- ❖ Foram produzidas no período em referência 50.000 mudas de diferentes espécies nativas e exóticas onde 32.000 foram produzidas pelas comunidades locais e 18.000 mudas por algumas concessões florestais.
- ❖ No âmbito dos serviços de extensão, a formação de promotores em diferentes áreas de acção e a contínua promoção do associativismo contribuíram para o aumento do número de camponeses assistidos de 22.922 em 2004 para 37.456 em 2005 correspondendo esta cifra, a um crescimento de 63.4 %.
- ❖ No âmbito de agro-processamento a DPA recebeu no período em referência 2 máquinas para o processamento de arroz que foram alocadas para os distritos de Mocímboa da Praia e Montepuez.
- ❖ Reabilitação da barragem do Sunho que serve não só para irrigação mas também consumo de água da população. Início da construção da represa de Mize com a participação do INGC e outra em Meloco que conta com a participação da CARE.
- ❖ Foram adquiridas 200 bombas pedestais, tendo beneficiado a 184 famílias.
- ❖ Redução do preço do químico para o tratamento de cajueiros pago ao produtor de 330. Meticais /l de fungicida para 30.
- ❖ A interdição da exportação de madeira em toros das espécies da primeira classe ditou o aumento das unidades de processamento de 14 em 2004 para 17 em 2005

e consequentemente um crescimento em termos de processamento de cerca de 13 %.

2. CAMPANHA AGRICOLA 2005/2006

- ❖ No âmbito do fomento, o sector continuou a fornecer animais aos produtores dos diferentes distritos priorizando a tracção animal, onde foi possível distribuir 76 juntas de bois a igual número de produtores incluindo os implementos agrícolas, contra 34 juntas de bois fornecidas no igual período do ano transacto que corresponde a um crescimento de 123.5 %. Concernente ao gado bovino para a criação, foram distribuídos 27 bovinos, beneficiando a 8 famílias o que representa um decréscimo na ordem 59.1 %.
- ❖ Para o reflorestamento, foram produzidas na província cerca de 109.000 mudas das quais 22.300 de espécies florestais, 77.200 de cajueiros e as restantes 10.100 de diferentes fruteiras.
- ❖ No âmbito dos serviços de extensão, foi feito um curso de formação de todos os chefes dos postos administrativos em matéria de Extensão Agrárias.
- ❖ A DPA relançou na campanha 2005/2006 o Programa de fomento da Cultura de Batata Reno. Para a implementação deste programa a DPA adquiriu 26 toneladas de semente de batata Reno que foi distribuída a 8 distritos da Província, nomeadamente: Namuno, Balama, Chiúre, Montepuez, Ancuabe, Quissanga, Muidumbe e Mueda, onde camponeses envolveram-se no cultivo em cerca de 13 hectares uns usando irrigação via moto bombas outros a regadores manuais.
- ❖ Foram estabelecidos cerca de 200 campos novos de cajueiros com uma media igual ou superior a 50 mudas de cajueiros em cada campo e estabelecidos 57 viveiros para produção de mudas.
- ❖ Na área da investigação foram montados 11 ensaios (7 em Montepuez, 3 em Namuno e 1 em Metuge) de demonstração com 14 variedades melhoradas de milho para promover a sua adopção ou seja, dar oportunidade ás famílias camponesas organizadas em associações ou grupos de agricultores e singulares, de produzir a sua própria semente a partir de variedades seleccionadas de acordo com as condições agro climáticas da zona, produtividade e palatabilidade.
- ❖ Foram disponibilizadas 60 toneladas de sementes diversas, 16.858 unidades de instrumentos agrícolas e 100.000 estacas de mandioca pela AGA KHAN para os distritos de Quissanga, Macomia, Ancuabe, Metuge e Meluco.

- ❖ Para a campanha 2005/2006, foram distribuídas 69.319 mudas de cajueiro nos distritos potenciais nomeadamente: (Nangade, Mueda, Macomia, Quissanga, Ancuabe, Balama, Montepuez, Namuno, Pemba Metuge, Chiure e Mecufi), destacando-se o distrito de mueda com 27.687 mudas para fazer face ao elevado índice de queimadas descontroladas que se tem registado.
- ❖ Foram também distribuídas cercas de 15.000 socas de ananaseiro beneficiando 14 grupos dos distritos de Namuno e Balama.
- ❖ Foram também produzidas cerca de 109.000 mudas das quais 22.300 de espécies florestais, 77.200 de cajueiro e as restantes 10.100 de diferentes fruteiras.
- ❖ Foram distribuídas e plantadas 848 mudas em 14 escolas nos distritos de Nangade, Macomia, Mueda, Chiure, Quissanga e Namuno.
- ❖ foram construídos um total de 53 tanques piscícolas e povoados 41 tanques localizados nos distritos de Namuno, Balama, Montepuez, Ancuabe e Mueda;

3. CAMPANHA AGRÍCOLA 2006/2007

- ❖ No concernente ao gado bovino para a criação, foram distribuídos 202 bovinos a novos criadores nos Distritos de Pemba cidade (11), Pemba Metuge (50), Mecufi (12), ancube (52), Chiure(31), Namuno (17), Montepuez (16), Mocimboa da praia (8) e Balama (5) com envolvimento da DPA e Governos Distritais no âmbito do fundo de investimento local.
- ❖ Foi ainda fomentada uma incubadora com capacidade de 64 ovos, para produção de pintos de 1 dia, a uma associação do Distrito de Balama.
- ❖ Foram produzidas cerca de 305.657 mudas das quais 152.922 de espécies florestais, 152.735 de cajueiros e outras fruteiras.
- ❖ No âmbito dos serviços de extensão, Foram assistidas 609 associações, contra 307 planificadas o que representa uma realização de 198%.
- ❖ Aumento das áreas de cultivo na ordem de 10% culturas de rendimento e 11%, para as culturas alimentares;
- ❖ Expansão da tracção animal para os distritos de Quissanga, Ancuabe

- ❖ Aquisição de multicultivadoras e tractores com alfaías agrícolas para os distritos de Pemba-Metuge, Mocímboa, Macomia, Muidumbe, Quissanga e Chiúre;
- ❖ Produção de 200 mil mudas de cajueiros e 100 mil de fruteiras diversas;
- ❖ Produção de 24 mil mudas diversas no distrito de Nangade;
- ❖ Produção de 5.118 plantas de *Jatropha*, 53 de cajueiros, 1.709 de fruteiras e 1.717 plantas de sombra no distrito de Mocimboa da Praia, fazendo um total de 8.331 plantas.
- ❖ Aquisição de 280 juntas e respectivos implementos agrícolas;
- ❖ Reactivação de 4 viveiros florestais nos distritos de Mecufi, Pemba/Metuge, Muidumbe e Mueda;
- ❖ Construção de 8 represas e reabilitação de 15 outras nos distritos de Mueda, Montepuez, Chiúre, Ancuabe, Meluco, Balama e Nangade;
- ❖ Construção de 1 dique para a retenção de água sobre o rio Ngorongoro no distrito de Mocimboa da Praia numa área de 1-250 m² beneficiando o sector familiar na produção de hortícolas.
- ❖ Aumento do número de extensionistas de 84 para 105.
- ❖ Na campanha 2006/2007, o Programa de fomento da Cultura de Batata Reno teve continuidade com a aquisição e alocação de 20 toneladas de semente de variedades BP1 e Mnandi para os distritos de Namuno (2 ton), Quissanga (0.5 ton), Montepuez (8 ton), Ancuabe (0.5 ton), Muidumbe (4 ton), Mocimboa da Praia (1 ton) e Mueda (4 ton). Igualmente foi cultivada uma superfície de 10ha sendo Namuno 1 ha, Quissanga 0.25 ha, Montepuez 4 ha, Ancuabe 0.25 ha, Muidumbe 2 ha, Mocimboa da Praia 0.5 ha e Mueda 2 ha.
- ❖ A produção da cultura do gergelim verificou um crescimento de 52% comparativamente a campanha transacta, ao atingir uma produção de 8.666,2 toneladas.
- ❖ Produzidas seis toneladas de soja pelos produtores no âmbito da produção local de sementes;
- ❖ No âmbito do programa escolar, realizou-se de 08 a 28 de Julho, uma capacitação sobre técnicas básicas de produção agro-pecuária

direccionado a 203 participantes da Direcção Provincial de Educação e Cultura dentre eles, Coordenadores das Zonas de Influências Pedagógica, Chefes de produção escolar dos Serviços Distritais de Juventude e Tecnologia e responsáveis de Internato, o curso teve lugar no Centro de Investigação Agrária de Mapupulo- Montepuez. A capacitação tinha por objectivo potenciar as escolas com recursos humanos capazes de responder as exigências actuais de fazer da escola um jardim verde, melhorar os índices de produção e produtividade a nível das escolas e melhorar a dieta alimentar nas escolas e sobretudo nos Centros Internatos.

- ❖ Foram formados 298 vacinadores comunitários, com vista ao aumento da cobertura vacinal que cresceu na ordem de 184.0%.

Raiva - Quanto a esta doença foram vacinados um total de 4.677 cães.

Newcastle - Contra esta doença foram vacinados 146.784 aves.

Carbunculo Hemático e Sintomático - Concernentes a estas doenças foram vacinados 10.236 e 3.950 respectivamente.

4. CAMPANHA AGRICOLA 2007/2008

- ❖ A Província registou uma produção de culturas alimentares em 1.118.177 toneladas contra 798.949 da campanha transacta. Verificando se um crescimento de 40%.
- ❖ A cultura de Algodão atingiu uma produção de 31.082 toneladas, contra 22.728 da campanha transacta representando um crescimento em 36%.
- ❖ Foram tratados 1.422.998 cajueiros, beneficiado 20.371 homens e 3.750 mulheres em toda a Província.
- ❖ Foram distribuídas para o sector familiar cerca de 8.790 unidades de instrumentos de produção nomeadamente 1.500 enxadas, 1.990 catanas, 1.500 machados e 3.800 limas. Para além das sementes e os instrumentos de produção, foram também alocados agroquímicos, sendo 21.000 kgs de adubo inorgânico (Ureia), 14.462,50 de adubo composto (NPK), 1.580 Kgs de raticidas e 2.600 de herbicidas.
- ❖ Lançamento do Projecto regional de Agricultura de conservação, decorrido no dia 8 de Dezembro de 2008 no Pemba Beach Hotel, dirigido por Sua Excia Sr Ministro da Agricultura e contou com a participação da representante da FAO para Mocambique e Suazilandia, dos Sr Directores Nacionais de Extensão Agrária, Director Geral do IIAM , representante da DNSA, dos senhores Directores Provinciais de Agricultura de Cabo

Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Manica, Sofala e Inhambane, técnicos da DPA , entre outros convidados.

- ❖ Capacitados 36 extensionistas dos distritos da zona sul da província (Balama, Namuno, Chiúre e Montepuez) em matéria de associativismo (procedimentos simplificados para constituição, registo e reconhecimento de associações) e sobre Monitoria e Avaliação (Fichas de M&A). Esta capacitação teve lugar no Centro de Investigação Agrária de Mapupulo situado no distrito de Montepuez e teve a duração três dias úteis.

- ❖ Reciclagem técnica de 82 extensionista e supervisores com a duração de 2 semanas, realizou se entre os dias 12 a 24 de Maio de 2008 uma reciclagem técnica de 82 extensionistas da rede pública em temas ligados a políticas e estratégias do sector agrário, extensão agrária, tecnologias de produção e assuntos transversais tais como meio ambiente, recursos naturais e HIV/SIDA. Esta reciclagem teve lugar na Cidade de Pemba.

- ❖ Com vista ao aumento de áreas de cultivo, foram fomentadas 58 juntas de bois onde os principais interveniente foram a DPA, a ADAP (Associação de Desenvolvimento Agro-Pecuário para o Sector Familiar)com 25 juntas e OMM (organização da Mulher moçambicana) com 4 juntas de bois, contra 25 Juntas do ano anterior, correspondendo uma aumento na ordem de 132%.

- ❖ No periodo em análise foram fomentados 864 pequenos ruminantes nos Distrito de Pemba Metuge, Mueda, Macomia e Nangade, com envolvimento de ONG's, e Fundo de Desenvolvimento de Iniciativas Locais, contra 822 do ano passado. Este conheceu um decréscimo na ordem de 37,4%

- ❖ Os SPFFB no ano 2008 produziram cerca de 400.000 mudas de diversas espécies florestais nos principais viveiros da província, sendo Mapupulo, Macomia, Quissanga, Mueda e Nangade.

- ❖ No concernente a produção comercial, a empresa TreeFarm, produziu e plantou no distrito de Mueda concretamente na aldeia Nandimba 50.000 ha para o estabelecimento de plantações comerciais usando eucaliptos e teca no distrito de Mueda.

- ❖ Para fazer face a situação do conflito Homem- Fauna Bravia, em 2008 foram formados e treinados 35 caçadores comunitários nos distritos potenciais, foram compradas e distribuídas aos distritos 16 armas de calibre 375 e 600 munições de calibre 375 e 500 cartuchos de calibre 12.

- ❖ A provincia de Cabo Delgado, assim como as restantes provincias do pais estão envolvidas na Implementação da Revolucao Verde e do Plano de acção para a produção de alimentos para a campanha em curso, tambem denominada de õCampanha das Campanhasö. Neste Ambito, e numa primeira fase, a Direcção Provincial de Agricultura de cabo delgado envolveu no processo 8 distritos nomeadamente Nangade, Mueda e Muidumbe - Zona Norte, Pemba Metuge ó Zona Centro e Montepuez, Namuno, Balama e Chiure ó Zona Sul. Para os distritos envolvidos foram planificados um total de 5000 Hectares de Milho e 2500 hectares de arroz para os distritos de Muidumbe e Balama .

- ❖ A Provincia beneficiou de 10 tractores para a implementação do PAPA, tendo por receber numa primeira fase 5 tractores e os restantes no segundo trimestre. Ate ao momento a provincia recebeu 5 tractores sendo 1 no distrito de Balama, 1 Mueda, 1 Pemba Metuge, 1 Chiure e 1 Muidumbe.

- ❖ Projecto de processamento de mandioca, foram adquiridas 3 maquinas para o processamento da Mandioca tendo beneficiado as seguintes comunidades:

Tabela de distribuição de maquinas de proc. De mandioca

Distrito	Posto Administrativo	Localidade	Quantidade de maquinas
Nangade	Posto Sede	-	1
Palma	Posto de Ulumbe	Naquissengue	2
Total			3

Fonte: D.P.A-D.E-2008

- ❖ A luz dos Projectos de Desenvolvimento Local financiados pelo MINAG no ano de 2008, a Provincia de Cabo Delgado adquiriu e alocou para o projecto de Produção Escolar 6 Motocultivadoras, 5 Motobombas com respectivos acessórios, 25 kg de gergelim, 790 kg de Feijão Nhemba e 1.480 kg de Milho.

Tabela de distribuição de motobombas e motocultivadoras

Distritos	Itens				
	Milho (kg)	F. Nemba (kg)	Gergelim (Kg)	Motobombas	Multicultivadoras
Namuno (EP2)	60	100	0	1	1
Chiure (EP2 Ocu)	180	80	15	1	1
Ancuabe (ES Mariri)	150	120	0	0	0

Quissanga (EABilibiza)	330	120	0	0	1
Muidumbe (ES Luanda)	210	50	0	1	1
Montepuez (Lar dos Estude)	400	300	10	1	1
Nangade (ES Nangade)	150	20	0	1	1
Total	1480	790	25	5	6

Fonte: D.P.A-S.P.A-2008

- ❖ Foram tratados 1.422.998 cajueiros, tendo beneficiado 20.371 homens e 3.750 mulheres em toda a Província.
- ❖ Foram produzidas 102,570 e distribuídas 35.606 mudas de cajueiros
- ❖ Fomento Pecuário e Tracção Animal, Foram treinadas e distribuídas 155 juntas de bois com seus implementos para o aumento das áreas de produção;

Instituição	Quantidade de Juntas
DPA	100 * (apenas 29 foram distribuídos)
ADIPSA	40
AMA	15
TOTAL	155

Fonte: D.P.A-S.P.A-2008

- ❖ **Construção de Currais Modelo para Suínos** Foram eleitos os distritos de Mueda e Montepuez para a construção de Pocilgas modelo, tendo beneficiado os Postos Administrativos de Namanhumbiri em Montepuez e aldeia Mpeme posto administrativo de Mbuo, distrito de Mueda.
- ❖ **Reflorestamento.** Durante o ano de 2008 os S.P.F.F.B produziu cerca de 400.000 mudas de diversas espécies florestais para a actividade de reflorestamento;
- ❖ **Conflito Homen Fauna Brávia.** Para mitigação do conflito Homen Fauna Brávia, foram formados 35 caçadores comunitários nos distritos potenciais, compradas e distribuídas aos distritos 16 armas de calibre 375 e 600 munições de calibre 375 e 500 cartuchos de calibre 12.

- ❖ Posta em prática a implementação do Diploma Ministerial 93/05 sobre os 20% para as comunidades das áreas exploradas, foram organizadas 78 comunidades em comités de gestão de recursos naturais para a recepção e utilização dos 20% das taxas de exploração florestal cobradas como forma de incentivar as comunidades no sentido de garantir a exploração regrada dos recursos. Foram entregues em 2008, 3.370.768,00 Mt, beneficiando cerca de 27.681 habitantes, nos distritos de Balama, Namuno, Montepuez, Ancuabe, Macomia, Muidumbe, Mueda, Mocímboa da Praia e Nangade.
- ❖ A Direcção Provincial de Agricultura através do MINAG, adquiriu na província de Manica 25.000 mudas melhoradas de fruteiras. Foram adquiridas na província da Zambézia 3.000 sementes de coqueiros. Este material foi distribuído nos distritos de acordo com a tabela que se segue.

Espécie	Quantidade	Distrito
Litcheiras	5.000	Mueda
Abacateiras	5.000	Namuno
Tangerineiras	5.000	Balama
Mangueiras	5.000	Chiúre
Laranjeiras	2.000	Ancuabe (Escola Secundaria de Marire)
Laranjeiras	1000	Mocimboa da Praia
Laranjeiras	2.000	Muidumbe
Sub total	25.000	
Coqueiro	1.250	Mecufi
Coqueiro	200	P.Metuge
Coqueiro	1.400	Chiure
Coqueiro	150	Ancube
Sub total	3.000	

Fonte:S.P.F.F.B-2009

- ❖ **Maneio de Recursos Naturais e Apicultura** Para o projecto supracitado foram adquiridas 299 colmeias, 50 cavaletes, 50 alavancas, 50 fatos, 50 esporões, 50 baldes, 50 fumigadores, 25 rolos de arame, 50 pares de luva, 50 pares de bota, 50 escovas, 50 marcaras, 50 garfos, 200 chapas de zinco, 50 litros de tinta branca, 20 pinceis de 4/5 polegadas.

Beneficiários

Distrito	Comunidade	Colmeia	Kits	Observação
Chiure	Sede	170	7	Todas as colmeias
Montepuez	Mahepe	61	2	

Balama	Tatango	33	2	encontram se povoadas e ja produzem mel aos produtores
Mueda	Lipelua	25	2	
	Negomano	10	2	
Total		299	15	

- ❖ Durante o ano de 2008, foram reabilitada uma represa e construção de outras três nos distritos de Namuno e Montepuez.

Reabilitação da Represa de Meloco. A represa foi reabilitada e cobre uma área de 15 ha para irrigação e consumo humano, desta feita, a represa beneficia 4 associações de camponeses e cerca de 1000 habitantes do posto sede de Meloco.

Construção de represas. Foram construídas e entregues 3 represas no distrito de Montepuez, nas aldeias de Merupe, Mitale e Unidade,

Represa de Merrupe. Está situa se a 50 km a oeste de Montepuez, a sua construção já foi Concluída, irá cobrir uma area de 15 ha, beneficiará 50 camponeses.

Represa de Mitale. Localiza-se a 38 km a sul do Distrito de Montepuez e cobrindo uma área de 20 ha e cerca 60 beneficiarios.

Represa de Unidade. Localiza-se a 20 km a norte do Distrito de Montepuez e cobre uma área de 10 ha e cerca de 30 beneficiarios.

5. CAMPANHA AGRICOLA 2008/2009

- ❖ Nesta campanha, foram enxertados 186.093 mudas, contra as 158.240 mudas de igual periodo da campanha passada, o que representa um crescimento de 18%.
- ❖ Foram treinados 64 produtores, em técnicas de propagação vegetativa nos distritos de Namuno e Ancuabe.
- ❖ No âmbito do programa de tratamento químico contra oídio, foram disponibilizados quimicos à todos os distritos, tendo sido tratatados 1.084 cajueiros
- ❖ Programa de relançamento da cultura da batata reno

Tabela de Beneficiários e áreas de produção de Batata reno

Distritos	Beneficiarios	Qtd.Semente (Ton)	Área (Ha)	P.Estimada (Ton)
Ancuabe	1 escola	1	0,5	4
Chiure	7 produtores	2	1,0	8
M. da Praia	1 assoc	2	1,0	8
Mueda	2 assoc, 1 esc e 2 produtores	6	3,0	24
Muidumbe	2 Assoc (22) produtores	11	5,5	44
Nangade	1 escola e 2 assoc e 1 prod	6	3,0	24
Quissanga	1 escola e 2 prod	2	1,0	8
TOTAL		30	15,0	120

Fonte: S.P.A-2009

- ❖ Foram assistidas 721 associações agro-pecuárias de camponeses com um total de 7.830 membros dos quais 4.871 homens e 2.959 mulheres.
- ❖ Foram vacinados contra raiva 3.525 cães, verificando-se um crescimento de 6%, quando comparado aos 3.321 de igual período do ano 2008.
- ❖ Foram banhados 187.000 bovinos, verificando-se um crescimento de 19%, quando comparado com as 157.000 de igual período do ano de 2008.
- ❖ Foram vacinados 175.000 aves, representando um crescimento de 9%, quando comparado com as 160.000 de igual período do ano de 2008.
- ❖ No âmbito da cobertura vacinal, foram formados 245 vacinadores comunitários, contra 210 de igual período do ano de 2008, o que corresponde a um crescimento de 17%.
- ❖ Durante o período em referência, foram plantadas no âmbito do reflorestamento um total de 33.000 mudas de espécies diversas numa área de 142,5 ha.
- ❖ No concernente ao manejo comunitario dos recursos naturais no período em referência foram formadas 13 comités de gestão nos distritos de Ancuabe, Pemba-Metuge, Palma e Mocímboa da Praia e canalizados 4.287.318,00 Mts provenientes dos 20% das taxa de exploração florestal e faunística.

PLANO DE ACÇÃO PARA O COMBATE À FOME NA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO.

I – Introdução

Sua Excelência o Presidente da República visitou a Província de Cabo Delgado pela segunda vez, de 12-16 de Maio do corrente ano, onde manteve encontros com o Governo Provincial, líderes comunitários e com a população no geral. Nesses encontros, inteirou-se da forma como o Programa Quinquenal do Governo está sendo cumprido.

Na sessão extraordinária do Governo Provincial alargado aos Administradores Distritais, o Chefe de Estado orientou para que os dirigentes e os órgãos do Governo Provincial apresentassem os seus planos e programas melhor sistematizados e planificados.

Assim, o Governo da Província de Cabo Delgado, na base dessas orientações e das instruções do Ministro da Administração Estatal, de 19 de Junho de 2006, elabora o **Projecto do Plano de Acção para o Combate à Fome na Província de Cabo Delgado.**

O Projecto do Plano apresenta uma abordagem do conceito da fome na perspectiva do Governo Provincial, visando melhorar a compreensão do que é fome, levando a formulação de ideias realistas que possam ser traduzidas em planos para o aumento da produção agro-pecuária e pesqueira até aos níveis que permitam combater a fome na Província.

Com efeito, o projecto de Plano apresenta de uma forma sistematizada os elementos que integram o actual sistema de produção na Província (organização, recursos humanos, infra-estruturas, recursos materiais e financeiros) e avalia o modo como os mesmos se interagem para o alcance dos objectivos da produção.

O projecto apresenta ainda uma análise da forma como o Governo Provincial estrutura e desenvolve o seu plano de actuação tendo como ponto de partida a família, com a premissa de que esta é o principal agente da produção na zona rural onde vive a maioria da população da Província.

Por outro lado, no presente projecto o conceito de recursos humanos é alargado a todos os intervenientes na área agro-pecuária e pesca, tendo como perspectiva a extensão da estrutura da Direcção Provincial de Agricultura até a aldeia, garantindo assim, o seu enquadramento para acções ligadas a planificação da produção a formação técnico-científica e profissional bem como a definição de metas de produção e padrões de qualidade.

O sector das infra-estruturas no projecto é dado um papel preponderante, tendo em conta a sua mais valia no armazenamento de água e produtos, escoamento dos excedentes, bem como na garantia permanente da água nos campos de produção.

No domínio da tecnologia, o projecto dá atenção particular à produção, conservação e melhoramento da semente, bem como a utilização progressiva da tracção animal, da maquinaria e do uso de adubos, fertilizantes e pesticidas em pequena e média escala. Nesta área, igualmente se dá atenção à conservação e a transformação dos produtos agrícolas.

No Projecto, aborda-se, embora de forma sumária, o modo como as actividades agro-pecuárias e pesqueiras são financiadas no sentido de visualizar um sistema financeiro capaz de garantir ao sector familiar o acesso a esquemas de micro-crédito que o permitam crescer e desenvolver novas iniciativas capazes de provocar um desenvolvimento exponencial.

O Projecto do plano, sendo apresentado no momento em que a Província se prepara para realizar o balanço semestral das suas actividades e está a preparar o PES 2007 constitui mais valia, tem como referência o Plano Quinquenal do Governo 2005-2009, o PARPA II e o PES 2006.

Deste modo, a elaboração do presente Projecto do Plano de Combate a Fome do Governo na Província de Cabo Delgado, responde as orientações do MAE, nomeadamente, Produção Agrícola; Produção Pecuária; Agro-Processamento; Produção de fruta; Comercialização Agrícola; Reserva Alimentar, reforçando parte das suas prioridades e princípios associados ao combate a doença e ao analfabetismo.

No combate a fome, o projecto de Plano perspectiva que a família deve produzir o suficiente para garantir a sua reserva e segurança alimentar durante todo o ano contando com os seus próprios recursos.

No combate a doença, o projecto de Plano prevê que a família deve criar condições e hábitos de higiene, de alimentação e praticas de medidas preventivas, sobretudo contra a malária, diarreia e HIV/SIDA.

No combate ao analfabetismo, o projecto de Plano aponta que a família deve ter como princípio básico a educação para facilitar o entendimento ou a percepção das tecnologias e melhorar a sua aplicação e nesta óptica também os líderes comunitários, raparigas são tidas como um grupo alvo na educação.

É assim que O Governo da Província de Cabo Delgado apresenta o seu Projecto do Plano de Combate a Fome com as seguintes partes:

- Conceito
- Situação Actual
- Estratégia
- Acções
- Conclusão
- Anexos.

II – Conceito

Fome

Nutricionistas conceituados, procuram apresentar elementos que possam dar uma dimensão mensurável da fome na espécie humana, daí que entendam que fome, é a ingestão de alimentos em quantidades inferiores a 2500 kcal, valor considerado médio para que o homem possa exercer as actividades normalmente.

O conceito de fome é subjectivo e incomensurável, apenas perceptível pelas suas consequências e efeitos nos seres humanos.

Na Província de Cabo Delgado, para efeitos deste trabalho, o nosso entendimento é que para além do citado no parágrafo anterior, que é uma situação estática, há uma dinâmica permanente de insuficiência de alimentos, podendo atingir em alguns casos a ausência total, cujas evidências sobre os indivíduos afectados se apresentam com a diminuição de imunidade às doenças, dificuldades de assimilação de conhecimentos, retardamento mental com efeitos cumulativos e irreversíveis.

Dada a dificuldade de conceptualizar a fome, consideramos válida no plano prático-teórico o valor apresentado de 2500Kcal como ponto de instabilidade entre fome e não fome.

III- Situação Actual

Estado Nutricional na Província

Na Província de Cabo Delgado, a população da costa alimenta-se essencialmente de produtos marinhos e da mandioca seca, enquanto que a do interior tem nos cereais e leguminosas a sua alimentação básica, não contando com proteínas que possam resultar do consumo de carne e peixe. Esta situação, aliada aos hábitos culturais e religiosos, faz com que os níveis nutricionais não consigam atingir os valores mínimos pela deficiente combinação no seu consumo.

Liderança

O processo de combate à fome é parte integrante do Plano Quinquenal do Governo que tem como objectivo principal o combate à pobreza absoluta, operacionalizado no PARPAII e no PES 2006 em implementação.

A liderança do processo a nível da Província reside nos diferentes dirigentes dos órgãos estatais territoriais e nas lideranças comunitárias.

A nível do Governo Provincial, a responsabilidade dos processos de organização e implementação dos programas de produção agrícola e pesqueiros, elementos principais no combate à fome, residem na Direcção Provincial da Agricultura (DPA).

A actual estrutura orgânica da DPA não tem acompanhado as sucessivas reformas operadas nos últimos anos nos órgãos centrais que superintendem as áreas de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

A estrutura orgânica e o plano da DPA, assim como as suas orientações metodológicas, não alcançam com eficiência e eficácia necessárias os territórios da Província, sobretudo a partir do Posto Administrativo.

Recursos Naturais

Condições Agro-pecuárias na Província

De acordo com a história da agricultura da Província e com as características dos solos, poder-se-ão identificar três zonas agrárias, a saber:

- Zona da faixa litoral, que é no geral plana, com algumas ligeiras elevações e com vegetação e solos de aptidão agro-pecuária variável.
- Zona do planalto de Mueda e Macomia, de solos profundos, permeáveis e sujeitos a fenómenos de lavagem mais ou menos intensa. Nesta zona, pratica-se um regime de exploração intensiva e de rotação das culturas de milho, amendoim, feijões, mandioca, mapira, mexoeira, arroz entre outras. Criam-se caprinos, suínos e aves, em regime livre. No triângulo Mocimboa da Praia/Palma/Nangade,

existem formações florestais altas e medianas, por vezes densas, sempre verdes, com madeira preciosa.

- Zona do interior, que abrange os distritos de Montepuez, Balama, Namuno, Chiúre, Ancuabe e Meluco, de solos vermelhos alaranjados e amarelados, normalmente profundos, drenados por vários rios e seus afluentes, e com boa aptidão para a agricultura. A mosca tsé-tsé tem condicionado sobremaneira o desenvolvimento da actividade pecuária (bovinos). As culturas mais vulgares desta zona são amendoim, feijões, mandioca, mapira, milho, arroz, algodão entre outras, praticadas em regime semi-intensivo.

Em termos de produção de cereais, nomeadamente milho e mapira, notabilizam-se os distritos interiores de Balama, Chiure, Montepuez, Namuno, Ancuabe, Muidumbe, Mueda e Nangade.

Na cultura de arroz destacam-se os distritos de Pemba/Metuge, Quissanga, Muidumbe, Mocimboa da Praia e Palma. Quase todos os distritos da Província produzem a mandioca e os feijões.

Os distritos costeiros de Mecufi, Macomia, Mocimboa da Praia e Palma possuem solos inférteis e por isso dedicam-se mais a culturas tolerantes à seca, como é o caso da mexoeira e dos tubérculos.

Quanto às culturas de rendimento, o algodão é produzido em todos os distritos da zona sul da Província, nomeadamente Ancuabe, Balama, Chiure, Montepuez e Namuno. No entanto, existe potencial para a sua produção nos distritos de Quissanga, Meluco, Mueda e Nangade.

No que concerne ao plantio de fruteiras, a mangueira e a papaieira, adaptam-se em quase todos os distritos da Província. Os citrinos e a bananeira estão mais restritos aos distritos com clima fresco como é o caso de Balama, Namuno, Muidumbe, Mueda e Nangade, sendo o ananaseiro adaptável para os distritos de Macomia e Palma.

Relevo, Vegetação e Fauna

A vegetação acompanha de certo modo, a disposição do relevo, encontrando-se do mar para o interior, mangais, seguidos sucessivamente por planícies savanas de árvores de pequeno e médio porte.

Na região do interior a vegetação é variável, entre savanas, matas abertas e pradarias.

Fauna

As principais riquezas faunísticas da Província ocorrem nas regiões Norte e Centro, nomeadamente nos Distritos de Nangade, Mueda e Macomia, onde existe uma grande variedade de espécies raras e de valor turístico, algumas das quais em vias de extinção

(rinocerontes pretos, cocones de luzeiro, impalas de johnstoni). Existe ainda um número considerável de outras espécies de mamíferos, destacando-se os elefantes, búfalos, leopardos, hipopótamos, gazelas, zebras, pala-palas, macacos, porcos-bravos, hienas, gazelas, cudos, cabritos, para além de inúmeras espécies de aves.

Em quase todos os distritos da Província, registam-se espécies diversificadas de animais de pequeno porte e de aves, de rara beleza.

A Província dispõe das seguintes áreas potenciais de conservação:

- Reserva de Cabo Delgado, que se situa no Distrito de Mueda com uma área de 214.000 hectares, que se constitui como que uma extensão da Reserva do Niassa;
- Entre o Rio Messalo e Quiterajo, em que predominam, o elefante, porco-bravo, hiena, leão, leopardo e búfalo;
- Toda a zona litoral, de Quiterajo a Pemba, com elefante, porco-bravo, hiena, leão, leopardo, cudo, búfalo, cabritos e macacos;
- Junto às quedas do rio Lúrio, onde podem ser encontrados o leão, o leopardo, o porco-espinho, a hiena e o crocodilo.

Os crocodilos abundam nos rios de curso permanente. Nos últimos anos, os elefantes generalizaram-se em quase toda a Província, provocando conflito homem/animal.

Terra

A Província de Cabo Delgado tem uma superfície de 82.625 Km² incluindo 4.758 Km² de águas interiores. Dos 82257742Km² de superfície continental (8.225.774.200 ha) dos quais apenas 735.954 ha Lavrados entre culturas alimentares e de rendimento.

Recursos Hídricos

Costa

No plano da água a Província dispõe de uma costa de 425 Km que vai da foz do Rovuma a Foz do Rio Lúrio dentro da Zona Económica de Exclusão (ZEE) de Moçambique.

Chuvas

A precipitação média anual oscila entre os 800 - 1200 mm. Os valores máximos registam-se na zona norte da província, no planalto de Mueda, e os mínimos na zona costeira da metade sul da província.

Distinguem-se na maioria dos distritos duas estações com temperaturas que variam entre 25 ó 27°C que coincidem com a estação chuvosa (Novembro ó Abril), e a outra mais suave entre 22 ó 25°C (Maio ó Outubro).

Bacias Hidrográficas

Rios e Lagos

A Província conta com uma importante rede de 5 (cinco) bacias hidrográficas sendo de destacar as dos rios Rovuma, Messalo, Montepuez, Megaruma, Lúrio.

A nível de cada distrito, destacam-se os rios de curso não permanente afluentes ou subafluentes dos rios acima mencionados com destaque para Muaguide, Nango, Mize.

A Província conta com lagoas importantes como Nangade, Chai, Bilibiza, Nguri, Lidede, Nicuita.

Infra-estruturas

Sistemas de Armazenamento e Controlo da Água

A Província conta com a barragem de Chipembe no distrito de Balama que armazena aproximadamente 23 milhões m³ de água com potencial para irrigar cerca de 2000 há contudo, neste momento encontra-se inactiva.

O regadio de Nguri, é outro sistema de armazenamento de água localizado no distrito de Muidumbe no vale do rio Messalo, com capacidade para irrigar uma área de 1000 há, estando neste momento inactivo.

A Província conta ainda com represas localizadas nos distritos de Namuno (Meloco, Nacaca), Montepuez (Mapupule), Balama (Møpire e Kuekue), Ancuabe (Nandule, Mbonja, Mariri e Ntique), Pemba Metuge (Metuge e Sunho), Macomia (sede do distrito) e Mecufi (Murrebué 1 e 2); Quissanga (Bilibiza), Mocímboa da Praia (Sistema de Quinhevo). Importa referir que algumas das represas de momento estão inoperacionais, nomeadamente nos distritos de Ancuabe e Pemba Metuge, Macomia, Mecufi e Mocímboa da Praia.

Sistemas de Irrigação

A Província possui sistemas de regadio construídos que se encontram neste momento destruídos, não podendo por isso, cumprir com a sua função por inoperacionalidade.

Sistemas de Armazenamento e Conservação de Produtos

A armazenagem e conservação de produtos alimentares a nível da Província de Cabo Delgado é feita maioritariamente em celeiros familiares para os cereais, enquanto que para os produtos marinhos a sua conservação é através da secagem e a salmoura.

A capacidade de armazenagem de destaque para os cereais, resume-se as infra-estruturas do antigo Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) ora privatizadas; enquanto que para a conservação do pescado é feito através dos sistemas de frios implantados nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Ibo, Macomia e Pemba.

Sistemas de Processamento

Os principais sistemas de processamento de cereais implantados na Província são 227 moageiras, virados para a transformação do milho, 9 descascadeira de arroz e 2 unidades para o camarão. Enquanto isso, há a destacar 2 unidades de processamento da castanha de caju e 6 unidades de prensa de óleo alimentar.

Sistemas de Comunicação

A infra-estrutura viária vicinal e terciária, encontra-se degradada constituindo uma das alegações para prática do baixo preço na comercialização e para o agravamento dos preços dos insumos agrícolas com efeitos negativos na mobilização da população para produção.

As estradas primárias e secundárias que ligam os distritos à capital Provincial tem zonas de difícil acesso, devido essencialmente a grande degradação dos pavimentos de rodagem e a destruição de obras de arte, destaca-se apontes sobre o rio Nango no distrito de Mocímboa da Praia que limita a capacidade de transporte para os distritos da zona norte e o desabamento da ponte sobre o rio Muaguide no distrito de Meluco que corta a comunicação com a sede do distrito.

O sistema de comunicação de rede fixa cobre todos os distritos com excepção de Namuno, Balama, Meluco, Nangade, Palma. A rede de telefonia móvel, cobre os distritos de Palma, Mocímboa, Mueda, Quissanga, Macomia, Ibo, Chiure, Montepuez, Pemba Metuge e a cidade de Pemba.

A rede nacional de energia cobre apenas o distrito de Pemba Metuge e capital Provincial. Em todos os outros distritos apenas funcionam sistemas isolados nas capitais distritais.

Recursos Humanos

O conceito tradicional dos recursos humanos ligados à produção agro-pecuária familiar e a pesca artesanal não inclui nem confere o devido destaque aos chefes de famílias e às

lideranças comunitárias, situação esta que dificulta a responsabilização na produção, o enquadramento, capacitação, aperfeiçoamento e educação dos produtores.

O Governo Provincial identifica como potencial dos recursos humanos ligados a área de agro-pecuária e pesca, as lideranças do Governo nos diferentes escalões e da comunidade, incluindo os técnicos do sector (superiores, médios, básicos e elementares), extensionistas e os chefes de família que por si só constitui um grupo de aproximadamente 325.000 pessoas.

O desempenho dos recursos humanos envolvidos na produção e produtividade agro-pecuários e nas fainas pesqueiras é relativamente baixo, essencialmente devido a práticas costumeiras que ao longo dos tempos não incorporaram os conhecimentos que a humanidade vem se beneficiando da sinergia entre os povos.

Agravam este quadro, a baixa qualificação técnica científica e profissional dos técnicos, a concentração dos técnicos mais qualificados na capital Provincial e a sua distribuição irregular pelos distritos, não permitindo a alteração dos modos e métodos de produção no campo.

Por outro lado, doenças endémicas frequentes na região tais como malária, diarreias, lepra bem como as infecções do HIV/SIDA com as suas doenças oportunistas reduzem o tempo e a intensidade do trabalho.

Recursos Materiais

Área Agro-pecuária

Semente

Na Província, a semente dos cereais (milho, mapira, arroz e mexoeira) maioritariamente usada pela população, é produzida pelo camponês, que a conserva e protege, usando métodos tradicionais, carecendo por isso, de um tratamento adequado, pondo em questão o seu poder germinativo e para além do elevado índice de perdas.

O Governo assegura a distribuição de sementes aos produtores nas zonas de baixa produção, beneficiando camponeses que não tiveram excedentes para sementes.

Na Província existe um centro de produção e multiplicação de sementes no distrito de Montepuez (Mapupulo), que pela sua capacidade de produção não consegue responder às necessidades da Província em sementes.

Em alguns distritos existem camponeses que dada a sua capacidade de produção foram seleccionados para multiplicação da semente.

Em relação as sementes do algodão e de gergelim, os fomentadores têm se responsabilizado no seu fornecimento à população.

Em relação as estacas de mandiocqueira o distrito de Palma tem tido um papel de relevo no seu fornecimento, dada a adaptabilidade e a resistência das mesmas em relação a doença do caule (Strike Brown disease), enquanto que as ramas de batata-doce são multiplicadas nos distritos de Pemba Metuge, Namuno e Montepuez.

Quanto as fruteiras, existem quatro viveiros públicos nos distritos de Nangade, Macomia, Ancuabe e Namuno.

Equipamentos

O equipamento básico de produção é a enxada, associada a catana e ao machado aplicados na lavoura e desmatamento. Neste momento, embora não haja conhecimento das quantidades desses instrumentos nas mãos dos produtores há certeza, através das informações da população na governação aberta, de que a Província tem deficit.

A Província dispõe neste momento de 160 juntas de bois e charruas destinadas a lavoura e transporte na base da tracção animal nos distritos de Chiúre, Namuno, Balama, Montepuez e Pemba Metuge. Entretanto, não dispõe de nenhuma multi-cultivadora.

Os tractores existentes, em número de 60, são empregues apenas pelos madeireiros no transporte e arrasto de toros, estando a maioria obsoleto, por isso, apresentam níveis baixos de disponibilidade técnica.

As bombas de irrigação movidas a motor, em número de 10 não têm expressão na Província. Apenas há a destacar a existência de 200 bombas pedestrais.

Na Província de Cabo Delgado, os animais selvagens (Elefantes, Macacos, Porcos) se transformaram em praga para a agricultura, assim a Província distribuiu aos distritos afectados armas e cartuchos para o seu afugentamento e abate.

O nível de utilização de adubos, fertilizantes, pesticidas e fungicidas na Província é baixo. Há apenas a destacar o seu uso na produção do algodão e dos cajueiros.

Área da Faina Pesqueira

Em toda a Província apenas existe um estabelecimento na cidade de Pemba que comercializa artes e aprestos de pesca, o que mostra ser insuficiente se tivermos em linha de conta que os 425 Km de costa existem 15.875 (Censo Pesca Artesanal 2002) pescadores distribuídos em 141 Centros de Pesca localizados nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Quissanga, Ibo, Macomia, Pemba Metuge e Mecufi.

O circuito de comercialização de redes não garante a satisfação do mercado o que leva a que os pescadores usem a rede mosquiteira como alternativa na pesca com todos os perigos para o equilíbrio ecológico marinho.

O maior número de barcos utilizados na pesca é de fabrico artesanal, esta situação faz com que os níveis de captura sejam baixos, associado ao facto de a maioria dos motores serem de pequena cavalagem e fora de bordo, o que não lhes permite a propulsão com garantia em mar alto. Esta situação, obriga os pescadores a recorrerem ao uso da vela como elemento de propulsão.

Recursos Financeiros

Na Província de Cabo Delgado não existe um sistema financeiro orientado para o apoio aos camponeses com a excepção dum pequeno sistema de micro-credito dirigido por uma ONG.

No Plano Económico e Social (PES), a componente financeira é pouco efectiva no processo de promoção da produção agrícola.

Há a destacar que os 7 milhões MTn descentralizados aos distritos pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento é um passo importante para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e pesqueira. No entanto, após a visita presidencial a maioria dos distritos os reorientou em grande medida para a promoção da produção agro-pecuária e pesqueira.

Síntese da Situação Actual

Pontos Fortes

- Estabilidade Política em todo território
- Organização territorial e administrativa até a aldeia
- População activa, organizada, mobilizada e enquadrada
- Força de trabalho maioritariamente camponesa
- Existência de terras produtivas férteis
- Existência de potencialidades hídricas

Pontos Fracos

- Estrutura da DPA na Província tem interrupção no escalonamento territorial (Posto Administrativo e localidade)
- Prevalência de doenças endémicas, malária, diarreias, lepra
- Contínuo crescimento de infecções por HIV/SIDA
- Fraca capacidade de apoio às populações organizadas pelos órgãos locais (Registo das associações, insumos, tecnologias e capacitação)
- Ausência e degradação da infra-estrutura (comunicações, estrada, energia, barragens, represas, irrigação, armazenamento e conservação)
- O actual uso de instrumentos de produção (enxada, catana, machado) aliado ao emprego de tecnologias e métodos tradicionais não garantem a possibilidade da criação de reserva alimentar segura
- Não existência de linhas de crédito para a agricultura ao nível da Província
- Existência de conflito permanente homem ó animal (elefantes, macacos e

- porcos)
- Existência de cheias e estiagem cíclicas
 - Prevalência de queimadas e desmatamento descontroladas
 - Dificuldade de se assumir a escola como um pólo de desenvolvimento
 - Fraco sistema de planificação, monitoria e avaliação

IV – Quadro Estratégico

Visão

População da Província de Cabo Delgado com alimentos em quantidade e qualidade
(Reserva alimentar e Segurança alimentar)

Missão

Mobilizar, organizar e enquadrar a população e a sociedade para combater a fome.

Objectivo

Produzir alimentos em quantidade e qualidade garantindo a segurança alimentar às populações.

Estratégias

- Garantir a comunicação permanente em todos os órgãos do Governo Local.
- Enquadrar os órgãos de governação local em particular a nível do Posto Administrativo e da Localidade, no sentido de se organizarem e estruturarem-se para garantir a direcção efectiva e a orientação metodológica à população e a sociedade na área da agro-pecuária e pesca, tendo sempre como ponto de referência a estratégia contida no Plano Quinquenal do Governo e da Província.
- Reforçar a capacidade institucional de planificação e estabelecer indicadores, metas realísticas e sistemas de monitoria a todos níveis.
- Melhorar o desempenho dos recursos humanos ligados a área da agro-pecuária e da pesca através da reorientação correcta do pessoal da DPA, aliado a acções de capacitação, treino e formação baseado numa política que consista na preparação de formadores para converter os actuais extensionistas, em formadores e estes por sua vez em formadores para os líderes comunitários, chefes da aldeia, chefes de produção das aldeias. Este processo será extensivo aos chefes das famílias.
- Continuar a realizar campanhas de educação sanitária as populações sobre cuidados de higiene individual, colectiva bem como no tratamento da água e dos alimentos antes do seu consumo, uso redes mosquiteiras, anti-palúdicas e confecção de rehidratantes sempre que a situação assim o justificar.
- Aproveitar os recursos hídricos de que a Província dispõe e com a população providenciar a recuperação, o desenvolvimento das infra-estruturas de retenção da água, bem como garantir a sua gestão, operação e manutenção tendo em conta sempre a capacidade local.
- Desenhar e construir um sistema de silos escalonados a jurisdição territorial, bem como avançar para uma política de manutenção das estradas terciárias e vicinais que tenha em conta o uso de mão-de-obra intensivo com base nas associações ou organizações de combatentes da Luta de Libertação Nacional, Jovens, Mulheres, Desmobilizados de Guerra, bem como da População organizada tendo em conta a descentralização dos recursos financeiros da Província para o distrito.
- Facilitar o acesso da enxada aos camponeses, e atrair provedores de equipamentos de produção e transformação que tenha como filosofia o balanço dos equipamentos a ser usados nos três tipos de produção possíveis na Província (enxada, junta e tractor) de modo a permitir saltos tecnológicos harmonizados.

- Garantir provedores para área dos insumos de produção (pesticidas, sementes, artes e aprestos de pesca).
- Mobilizar instituições internas e externas a Província que possam garantir o financiamento em condições vantajosas às actividades dos camponeses, pescadores e dos agentes económicos.
- Garantir alocação e o abastecimento do equipamento necessário para afugentamento de animais
- Criar mecanismos de responsabilização das comunidades locais sobre as queimadas e a desmatação descontroladas

V - Acções /actividades

Organização

- Implantar ao nível dos Postos Administrativos e das Localidades uma estrutura da área da Agro-pecuária e pesca com técnicos que possam promover àquele nível soluções aos problemas que ocorram, operacionalizando assim a Lei 8/2003, no que se refere as Secretarias Administrativas dos Postos e das Localidades;
- Prosseguir com o processo de reorientação dos técnicos superiores, médios e básicos da DPA, afectando-os em regiões onde eles possam multiplicar e valorizar os seus conhecimentos técnicos profissionais;
- Iniciar com o processo efectivo de enquadramento dos professores e dos alunos no sistema de produção agro-pecuária e pesca aproveitando o facto de viverem organizados e escalonados (materializando o principio de transformar a escola em pólo de desenvolvimento);
- Para cada tipo de produção, estabelecer metas realísticas em função da mais valia de cada região para toda a cadeia de liderança e estabelecer mecanismos claros e fáceis de monitoria;

- Mobilizar e promover o interesse das empresas ligadas a área de Telecomunicações para maior celeridade na instalação do sistema telefónico da rede fixa e móvel que cubra o território da Província;
- Continuar com o processo da instalação do sistema de rádios e comunicação na capital Provincial, sedes Distritais e Postos Administrativos;
- Mobilizar os órgãos de comunicação social em especial os televisivos e da rádio para expandirem a sua cobertura ao todo território da Província.

Recursos Humanos

- Contratar 125 técnicos superiores sendo agro-pecuários, biólogos, economistas e Juristas;
- Contratar 40 técnicos médios profissionais de agro-pecuária, pesca e contabilidade a distribuir para todos os distritos da Província;
- Contratar 45 técnicos básicos elementares de planificação agrária e contabilidade a distribuir para todos os distritos da Província;
- Formar os actuais extensionistas para dirigir processos de formação aos líderes comunitários, chefes de famílias, professores como extensionsistas;
- Criar e operacionalizar 1 centro de divulgação de informação de técnicas de agricultura e nutricionais (Centro de Conhecimento) no distrito de Montepuez;
- Proporcionar cursos modulares de capacitação e formação para os 16 Administradores Distritais, com os seus respectivos Chefes de Postos Administrativos (40), Chefes de Localidade (134), chefes das aldeias, chefes de produção e Autoridade Comunitárias, em matéria de desenvolvimento e extensão rural;
- Criar facilidades e incentivos na formação de grupos de associações de produtores nos distritos com elevado potencial agrícola;
- Treinar e capacitar camponeses e pescadores em técnicas básicas de produção e de captura;
- Motivar para que cada agregado familiar aumente a sua área de produção, de actual 1.2 hectares para 3.0 hectare. Esta subida, significará um incremento dos actuais 761,000 hectares para 2,456,000 hectares;
- Promover e priorizar a educação na Província em áreas ligadas aos processos de produção e transformação dirigidas aos sectores agro-pecuário e pescas;

- Desenvolver programas de educação nutricional às populações, no quadro da governação aberta bem como introduzir nos currículos escolares (programas opcionais da educação);
- Institucionalizar na governação aberta a educação e passagem de mensagens de higiene individual e colectiva bem como de combate e prevenção do HIV/SIDA, Malária, Diarreias;
- Disseminar a informação às famílias sobre as formas de uso dos alimentos e seus aspectos nutricionais em todos os distritos;
- Produzir e distribuir 250 brochuras/ano de orientação técnica aos promotores e produtores do sector familiar para além da realização de programas mensais de rádio difusão e televisão comunitária sobre técnicas de manejo alimentar, sanitário, reprodutivo e produtivo do gado usando língua local nos distritos de Chiure, e Mueda;
- Garantir a existência de preservativos, rede mosquiteiras e medicamentos anti-maláricos e anti-lepróticos;
- Transformar a Escola Básica Agrária de Bilibiza em Instituto Médio Agrário.

Infra-estruturas

- Orientar a população para o reconhecimento de zonas onde se pode construir represas e pequenas barragens
- Continuar com a reabilitação dos sistemas de armazenamento de água existentes;
- Construir 8 represas e reabilitar 15 em diferentes distritos da Província Balama (Chipembe); Namuno (Meloco); Montepuez (Nropa; Nicanda; Namanhumbiri, Napaha); Ancuabe (Nandule, Metoro); Mecufi (Merrebue); Pemba-Metuge (Sunho); e Chiure (Chiure-Velho);
- Construir pequenos sistemas de regadio, mobilizar esforços para reabilitação e operacionalização dos regadios de Chipembe e de Nøguri para a produção intensiva de arroz e hortícolas;
- Promover uso de moto-bombas e de bombas pedestrais;
- Construir 7 tanques carracicidas públicos, currais e mangas de tratamento do gado bovino nos distritos de Balama, Namuno, Montepuez, Ancuabe, Pemba/Metuge, Chiure, Mecufi;
- Continuar a construir 200 tanques piscícolas nas zonas do interior nos distritos de Namuno, Balama, Montepuez, Ancuabe, Nangade e Muidumbe;

- Construir sistemas de frio, de conservação e armazenamento de produtos pesqueiros;
- Promover a construção de silos escalonados à jurisdição territorial a partir da aldeia, tendo em conta a possibilidade da utilização de técnicas e materiais locais sempre que as condições assim o permitam, e garantir a gestão local;
- Promover a construção de 279.963 celeiros melhorados em todos os distritos de acordo com o número de agregados familiares envolvidos na produção agrícola;
- Incentivar a reabilitação de armazéns e a disponibilização de agro-químicos para a conservação de alimentos numa base regional com início nos distritos de maiores excedentes agrícolas (Balama, Nangade, Ancuabe);
- Implantar 3 unidades semi-industriais de transformação do milho com toda a cadeia de valor nos distritos de Balama, Nangade e Mueda;
- Implantar 160 moageiras de milho nos distritos de Chiure, Balama, Namuno, Montepuez, Nangade e Mueda;
- Implantar 10 descascadeiras de arroz nos distritos de Chiure, Quissanga, Namuno, Montepuez e Palma;
- Implantar mais 2 unidades de processamento da castanha de caju nos distritos de Macomia e Nangade;
- Implantar mais 15 unidades de processamento de óleo em todos distritos da província;
- Promover acções que incentivem a criação de tanques para aquacultura em particular a do camarão;
- Implantar mais 3 casas agrárias nos distritos de Balama, Chiure e Nangade;
- Estabelecer 4 farmácias veterinárias em Pemba, Chiure, Montepuez, Mueda;
- Manter as estradas terciárias e vicinais transitáveis com o uso da mão-de-obra intensiva, na base dos fundos descentralizados, contando para o efeito com as populações enquadradas nas associações, dar prioridade aos combatentes da Luta de Libertação Nacional, Mulher, Jovens e Desmobilizados de Guerra.

Recursos materiais e insumos

- Garantir o aprovisionamento atempado da semente, das estacas da mandioqueira e ramas de batata-doce;

- Introduzir o cultivo da batata reno em 20 hectares nas baixas dos distritos de Balama, Chiure, Montepuez, Namuno, Pemba/Metuge e Muidumbe;
- Garantir que o Centro de Mapupulo em Montepuez cumpra com o seu objectivo de investigar, produzir e multiplicar a semente que se adapte a região;
- Construir 3 bancos regionais de sementes com responsabilidades para a produção e multiplicação de sementes nos distritos de Mocimboa da Praia, Pemba-Metuge e Montepuez;
- Extender a experiência dos bancos distritais de sementes para os Postos administrativos;
- Multiplicar a experiência existente de camponeses que produzem sementes melhoradas nas suas comunidades e garantir o seu tratamento adequado;
- Realizar pelo menos uma feira de sementes e insumos agrícolas em cada distrito, no início de cada campanha agrícola numa base anual;
- Adquirir e distribuir 1225 juntas de tracção animal e respectivos implementos agrícolas, e distribuição e treinamento a igual número de famílias de produtores;
- Adquirir e distribuir 100 cabeças de gado bovino leiteiro às associações e privados nos distrito de Mecufi, Pemba/Metuge, Montepuez e Balama;
- Garantir a compra fora da Província, de gado bovino num total de 5.720 animais para os distritos de Balama, Chiure, Namuno, Montepuez e Ancuabe e aumentar a população do gado caprino e ovino dos actuais 590.000 efectivos para cerca de 6.740.351;
- Garantir o aprovisionamento de 250 *Kits/ano* em medicamentos para os animais (aves e gado);
- Garantir o aprovisionamento atempado de enxadas, catanas e machados e outros apetrechos como limas, foices;
- Iniciar a introdução da mecanização agrícola adquirindo multi-cultivadores, tractores e moto-bombas;
- Garantir o aprovisionamento ao sector pesqueiro de equipamentos de artes e aprestos (barcos, redes, anzóis, bóia, entre outros);
- Aumentar os actuais níveis de produção pesqueira, de 955 toneladas ano para 1837 toneladas ano, através da introdução e do aperfeiçoamento de técnicas

melhoradas de pesca, processamento e conservação em todos os distritos costeiros;

- Produzir 2.707.522 mudas de cajueiros em todos os distritos da Província com exceção do distrito de Ibo;
- Produzir e distribuir 264.866 mudas de mangueiras nos distritos de Pemba/Metuge, Muidumbe, Mecufi, Chiure e Montepuez;
- Produzir de 88.289 mudas de citrinos nos distritos de Ancuabe, Balama, Meluco, Pemba/Metuge, Muidumbe, Mueda, Nangade e Namuno;
- Produzir e distribuir de 423.786 socas de ananaseiros nos distritos de Chiure, Macomia, Metuge, Mocimboa da Praia, Montepuez, Palma Quissanga e Ibo;
- Produzir 423.786 mudas de goiabeiras em todos os distritos;
- Produzir 1.177.834 mudas de papaeiras em todos distritos;
- Produzir 1.727.389 socas de bananeiras nos distritos de Muidumbe, Ancuabe, Pemba/Metuge, Balama, Montepuez e Quissanga;
- Produzir e distribuir 500.000 mudas de abacateiras nos distritos de Macomia, Balama, Namuno, Pemba/Metuge, Muidumbe, Nangade e Mueda;
- Produzir e distribuir 250.000 mudas de litcheira nos distritos de Balama, Mueda, Macomia e Muidumbe;
- Promover a criação de animais em áreas comunais de pastagem segura de feras;
- Garantir a aquisição e distribuição de armas para o afugentamento de animais.

Recursos financeiros

- Incentivar os distritos (Conselhos Consultivos) a utilizarem o orçamento descentralizados em áreas de combate a fome;
- Garantir que os 7 milhões de MTn descentralizados para os distritos em 2006 sejam aplicados integralmente em programas de desenvolvimento e capacitação do distrito;
- Continuar a mobilizar e a interessar parceiros para o estabelecimento de linhas de crédito orientadas para a produção agro-pecuária e pesqueira em condições que permitam vantagem aos camponeses e pescadores;
- Divulgar preços e mercados de produtos agrícolas;

- Incentivar os grupos de comerciantes emergentes através dos programas de micro-finanças rurais.

Vi - Conclusão

O Governo da Província de Cabo Delgado considerou que para a elaboração do presente Projecto foi importante a apresentação da situação actual na área agro-pecuária e pesca o que permitiu uma boa análise para a elaboração do plano ora solicitado e servirá de base para a preparação do PES 2007 em curso.

Neste sentido, apresentamos o Projecto do Plano de Acção de Combate a Fome que contém as linhas de acção a serem seguidas pelo Governo da Província de Cabo Delgado, na implementação das actividades eleitas como sendo as mais prioritárias.

No seu todo, as acções ora em Projecto, se baseiam no PARPA II e tem o seu enquadramento nos objectivos do PQG 2005-2009, e no PES 2006.

Com a implementação do presente plano de acção a produção de bens alimentares atingirá em 2009, cerca de 2.390.000 toneladas de produtos alimentares diversos, o que corresponderá a 3.7 kg per capita, superando-se assim, as quantidades mínimas actuais de 1.1 kg/dia de consumo por pessoa em Cabo Delgado.

Ademais, estima-se uma produção de carne em 2009 em cerca 580 toneladas ano.

Todavia, põe-se como factores de risco do presente plano, as doenças endémicas, como o HIV/SIDA, a tuberculose e a malária, que reduzirão a força produtiva dos intervenientes.

As principais áreas de intervenção supracitadas foram agrupadas e sistematizadas numa matriz operacional, onde se identificam os objectivos, acções, indicadores, metas e responsabilidades, conforme as matrizes em anexo.

O presente Projecto do Plano de Combate a Fome da Província de Cabo Delgado tem como horizonte temporal de curto prazo de segundo semestre de 2006 até ao primeiro semestre de 2007; e de médio prazo de 2007 à 2009.

O orçamento necessário para sua implementação estima-se em 558.272.135 MTn.

Pemba, 09 de Julho de 2006

VII -ANEXOS

Matriz Operacional de Acções Para o Combate a Fome

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
1	ORGANIZAÇÃO							
1.1	Implantar ao nível dos Postos Administrativos e das Localidades uma estrutura de técnicos da área Agro-pecuária e pesca	No de Postos com Técnicos agro-pecuários		----- -	-----	-----	-----	
1.2	Reorientar técnicos superiores, médios e básicos da DPA			----- -	-----			
1.3	Enquadrar os professores e os alunos no sistema de produção agro-pecuária e pesca;	No de professore e alunos treinados		----- -	-----	-----	-----	
1.4	Planificar e estabelecer metas realísticas de produção em função de cada região;	No de planos elaborados		----- -	-----	-----	-----	
1.5	Mobilizar e promover o interesse das empresas	No de distrito	Cell	-----	-----	-----	-----	

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
	ligadas a área de Telecomunicações	cobertos sistema de telefonia	7 Fixo 12	-				
1.6	Instalar do sistema de rádios e comunicação na sedes Distritais e Postos Administrativos;	No de distritos e Postos com rádios	16 sedes 12 PA	13 PA				
1.7	Mobilizar o sinal televisivos para os distritos.	Nos distritos com sinal TV	4					
2	RECURSOS HUMANOS							
2.1	Reforçar a área da agro-pecuária e pesca com técnicos superiores,	No de técnicos contratados						
	Agrónomos		22	5	16	16	16	

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
	Veterinários		4	2	5	5	16	
	Biólogos		1	1	5	5	5	
	Economistas		2	1	5	6	8	
	Juristas		1	2	3	2	2	
2.2	Contratar 40 técnicos médios profissionais de agropecuária e pesca a distribuir para todos os distritos da Província;	No de técnicos contratados						25.200.000
	Agro ó pecuários		121	4	6	8	12	
	Contabilistas		16	2	2	3	3	
2.3	Contratar 45 técnicos básicos elementares de planificação agrária a distribuir para todos os distritos da Província;	No de técnicos contratados						4.240.000
	Agro ó pecuários		107	3	7	8	12	
	Contabilistas		0	2	3	3	7	
2.4	Formar os actuais extensionistas para dirigir processos de formação aos líderes comunitários, chefes de famílias, professores como extensionsitas;	Extensionistas formados	84	0	9	9	9	2.754.500

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
2.5	Criar e operacionalizar 1 Centro de Conhecimento no distrito de Montepuez;	Um centro criado	0	1	0	0	0	700.000
2.6	Proporcionar cursos modulares de capacitação e formação para os 16 Administradores Distritais, 40 Chefes de Postos; 134 Chefes da Localidade;	No de cursos realizados No de participantes	0	1	1	1	0	128.000
2.7	Proporcionar cursos modulares de capacitação e formação para 873 Chefes da Aldeia, 873 Chefes de Produção; 1018 Autoridades Comunitárias e 325.000 Chefes de Família	No de cursos realizados No de participantes	0	1	1	1	0	256.000
2.8	Criar associações de produtores nos distritos com elevado potencial agrícola;	Numero de associações criadas	307	0	95	10	8	10.256.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
2.9	Treinar e capacitar camponeses e pescadores em técnicas básicas de produção e de captura;	No de Camponeses treinados	0	162	118	76	71	900.000
2.10	Aumentar as áreas de produção do sector familiar de 1.2 hectares para 3.0 hectare.	Ha cultivados por família	1.2	1.2	1.8	2.5	3.0	
2.11	Desenvolver programas educativos nas escolas ligadas a produção agrícola;	No de escolas com programas de produção	0	0	80	100	200	1.500.000
2.12	Desenvolver programas de educação nutricional às populações e nas escolas	No de programas realizados No de escolas com	0	8	16	16	16	0

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
		programas	0	0	80	100	200	0
2.13	Disseminar mensagens de educação e higiene individual e colectiva na prevenção do HIV/SIDA, Malária, Diarreias;	No de mensagens dadas	16	16	32	32	32	
2.14	Produzir e distribuir 250 brochuras/ano de orientação técnica aos promotores e produtores do sector familiar	No de boletins publicados	0					
2.15	Garantir preservativos, rede mosquiteiras e medicamentos anti-maláricos e anti-lepróticos;	No de preservativos e medicamentos						
2.16	Transformar a Escola Básica Agrária de Bilibiza em Instituto Médio Agrário.	Instituto médio agrário criado	0	0	1	0	0	
3	INFRA-ESTRUTURAS							
3.1	Orientar a população para o reconhecimento de zonas onde se pode construir represas e pequenas barragens	Locais identificados	0	16	32	48	80	0

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
3.2	Continuar com a reabilitação dos sistemas de armazenamento de água existentes	Numero de represas reabilitadas	3	1	4	6	10	10.000.000
3.3	Construir 8 represas e reabilitar 15 em diferentes distritos da Província	No de represas construídas	0	1	2	3	2	28.000.000
		No de represas reabilitadas	3	3	4	4	4	
3.4	Mobilizar esforços para reabilitação e operacionalização dos regadios de Chipembe e de Nguri para a produção intensiva de arroz e hortícolas;	Hectares irrigados	0	0	1	1	0	
3.5	Promover uso de moto-bombas e de bombas pedestrais;	No moto bombas adquiridos	0	8	15	18	20	2.385.000
		No						

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
		bombas pedestais adquiridas No de beneficiários	200	200	100	150	200	1.500.000
3.6	Construir de 7 tanques carracidas públicos, currais e mangas de tratamento do gado bovino nos distritos;	No de tanques carracidas construídos	0	8	15	18	20	2.800.000
3.7	Construir 200 tanques piscícolas nos distritos do interior nda Província	No de tanques piscícolas construídos	0	50	100	150	200	780.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
3.8	Construir sistemas de frio para conservação e armazenamento de produtos pesqueiros;	No de sistemas construídos	0	0	1	1	1	
3.9	Construir 3 silos escalonados regionais;	No de silos construídos	0	0	1	1	1	4.500.000
3.10	Construir 279.963 celeiros familiares melhorados em todas as aldeias	No de celeiros construídos	----- -	----- -	-----	-----	-----	
3.11	Reabilitar armazéns e disponibilizar agro-químicos para a conservação de alimentos numa base regional;	No de armazéns reabilitados	0	0	1	1	1	1.070.000
3.12	Implantar 3 unidades semi-industriais de transformação do milho nos distritos de Balama, Nangade e Mueda;	No unidades semi-industriais implantadas	0	0	1	1	1	1.500.000
3.13	Implantar 160 moageiras de milho nos distritos de	No de	227	16	34	50	60	9.000.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
	Chiure, Balama, Namuno, Montepuez, Nangade e Mueda;	moageiras instaladas						
3.14	Implantar 10 descascadeiras de arroz nos distritos de Chiure, Quissanga, Namuno, Montepuez e Palma;	No de descascadeiras implantadas	9	2	3	2	3	500.000
3.15	Implantar mais 2 unidades de processamento da castanha de caju nos distritos de Macomia e Nangade;	No de agro processadores implantados	3	0	1	1	0	
3.16	Implantar mais 15 unidades de processamento de óleo em todos distritos da província;	No de prensas manuais implantadas No distritos com	6	0	5	5	5	750.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
		prensas						
3.17	Promover acções que incentivem a criação de tanques industriais para aquacultura em particular a do camarão;	No de tanques criados	1	0	1	0	0	
3.18	Implantar 3 casas agrárias nos distritos de Balama, Chiure e Nangade;	Numero de casas agrárias	1	1	1	1	0	4.500.000
3.19	Estabelecer 4 farmácias veterinárias em Pemba, Chiure, Montepuez, Mueda;	No de farmácias	0	0	2	2	0	6.500.000
3.20	Manter as estradas terciárias e vicinais transitáveis.	Km de estradas reabilitadas						
4	RECURSOS MATERIAIS E INSUMOS							
4.1	Aprovisionar Insumos para as populações (semente, adubos, pesticidas e herbicidas, estacas da mandiocqueira e ramas de batata-doce);	Quantidade de insumos adquiridos (Ton)	100	140	210	350	500	30.695.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
4.2	Introduzir o cultivo da batata reno nas baixas dos distritos de Balama, Chiure, Montepuez, Namuno, Pemba/Metuge e Muidumbe;	Ha de batatas cultivadas	0	20	30	40	50	8.000.000
4.3	Investigar, produzir e multiplicar a semente no Centro de Mapupulo em Montepuez ;	Ton de sementes produzidas Variedades de sementes melhoradas	0	0	3	4	5	14.000.000
4.4	Construir 3 bancos regionais de sementes nos distritos de Mocimboa da Praia, Pemba-Metuge e Montepuez;	No de bancos construídos	0	0	1	1	1	1.530.000
4.5	Extender a experiência dos bancos distritais de sementes para os Postos administrativos;	No de PA com bancos de sementes	0	0	3	3	3	765.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
4.6	Multiplicar o número de camponeses produtores de sementes melhoradas nas suas comunidades;	No de produtores de sementes	5	5	6	7	9	2.500.000
4.7	Realizar uma feira anual de sementes e insumos agrícolas em cada distrito;	No de feiras realizadas	2	5	16	16	16	2.400.000
4.8	Adquirir e distribuir 1225 juntas de tracção animal e respectivos implementos agrícolas, e distribuição e treinamento a igual número de famílias de produtores;	No de juntas adquiridas	160	162	280	256	427	31.400.000
		No de carocas adquiridas	160	162	280	256	427	19.570.000
		No de Charruas	160	162	280	256	427	3.925.000
		No de grades	0	162	280	256	427	1.987.000
4.9	Adquirir e distribuir 100 cabeças de gado bovino leiteiro para os distritos de Mecufi, Pemba/Metuge,	No de animais	20	25	25	25	25	31.490.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
	Montepuez e Balama;	adquiridos						
4.10	Comprar gado bovino num total de 5.720 animais para os distritos de Balama, Chiure, Namuno, Montepuez e Ancuabe	Numero de animais comprados	9997	480	1220	1220	2800	69.640.000
4.11	Adquirir e distribuir 4.400 cabeças de gado caprino para os distritos da zona Norte	No de animais adquiridos	590.000	2000	800	800	800	1.680.000
4.12	Garantir 250 Kits/ano em medicamentos para os animais (aves e gado);	No de kits	200	250	250	250	250	500.000
4.13	Aprovisionar Kits utensílios agrícolas (enxadas, catanas e machados e outros apetrechos);	Unidades de utensílios	2000	3700	30000	40000	50000	4.887.000
4.14	Introduzir a mecanização agrícola adquirindo multi-cultivadores, tractores e moto-bombas;	No de tractores e multi-cultivadoras adquiridas	0	5	10	15	0	37.000.000
4.15	Aprovisionar sector pesqueiro de equipamentos de artes e aprestos (barcos, redes, anzóis, bóia, entre outros);	No estabelecimento comerciais	----- -	----- -	-----	-----	-----	

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
4.16	Aumentar níveis de produção pesqueira, de 955 toneladas para 1837 toneladas ano;	Ton de pesca/ano	955	1050	1155	1670	1837	
4.17	Produzir 2.707.522 mudas de cajueiros em todos os distritos da Província com excepção do distrito de Ibo;	No de mudas produzidas	135.000	150.000	812.257	812.257	1.083.009	40.612.830
4.18	Produzir e distribuir 264.866 mudas de mangueiras nos distritos de Pemba/Metuge, Muidumbe, Mecufi, Chiure e Montepuez;	No de mudas	3600	5000	79.460	132.433	52.973	3.972.990
4.19	Produzir de 88.289 mudas de citrinos nos distritos de Ancuabe, Balama, Meluco, Pemba/Metuge, Muidumbe, Mueda, Nangade e Namuno;	No de mudas distribuídas	5500	7000	26.487	44.145	17.658	1.324.350
4.20	Produzir e distribuir de 423.786 socas de ananaseiros nos distritos de Chiure, Macomia, Metuge, Mocimboa da Praia, Montepuez, Palma Quissanga e Ibo;	No de socas distribuídas	20000	0	127.135	169.514	127.135	3.390.296
4.21	Produzir 423.786 mudas de goiabeiras em todos os distritos;	No de mudas distribuídas	1000	1500	84.757	211.893	127.135	2.750.000
4.22	Produzir 1.177.834 mudas de papaeiras em todos distritos;	No de mudas	2000	5000	353.350	706.700	117.783	942.267

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
4.23	Produzir 1.727.389 socas de bananeiras nos distritos de Muidumbe, Ancuabe, Pemba/Metuge, Balama, Montepuez e Quissanga;	No de socas distribuídas	1000 0	2500 0	690.95 7	518.217	518.217	11.918.902
4.24	Produzir e distribuir 500.000 mudas de abacateiras nos distritos de Macomia, Balama, Namuno, Pemba/Metuge, Muidumbe, Nangade e Mueda;	No de mudas distribuídas	2000	3000	150.00 0	200.000	150.000 0	6.780.000
4.25	Produzir e distribuir 250.000 mudas de litcheira nos distritos de Balama, Mueda, Macomia e Muidumbe;	No de mudas distribuídas	1000	1500	75.000	100.000	75.000	15.420.000
4.26	Promover a criação de animais em áreas comunais de pastagem segura de feras;	No de areas identificadas	0	1	8	0	0	110.000
4.27	Garantir a aquisição e distribuição de armas para o afugentamento de animais.	No de armas adquiridas	40	----- -	-----	-----	-----	
5	RECURSOS FINANCEIROS							

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
5.1	Incentivar os distritos (Conselhos Consultivos) a utilizarem o orçamento descentralizados em áreas de combate a fome;	No de priorizam actividades combate a fome	----- -	----- -	-----	-----	-----	
5.2	Garantir que os 7 milhões de MTn descentralizados para os distritos em 2006 sejam aplicados em programas de desenvolvimento e capacitação do distrito;	No distritos com projectos de combate a fome	----- -	----- -				112.000.000
5.3	Mobilizar parceiros para o estabelecimento de linhas de crédito para a produção agro-pecuária e pesqueira;	No de instituições de crédito	----- --	----- -	-----	-----	-----	
5.4	Divulgar preços e mercados de produtos agrícolas;	Nos boletins informativos	0	104	25	27	52	1.040.000

No	Acções	Indicador	Meta					Orçamento MTn
			* 2005	2006	2007	2008	2009	
5.5	Incentivar os grupos de comerciantes emergentes através dos programas de micro-finanças rurais.	No de comerciantes beneficiários	0	1	1	1	2	

* Refere-se a Situação Actual

REVOLUÇÃO VERDE

CONCEITO DE REVOLUÇÃO VERDE EM MOÇAMBIQUE

A *Revolução Verde* é um processo de busca de soluções para o aumento da produção e produtividade agrária, através do uso sustentável de:

- ❖ Semente melhorada;
- ❖ Fertilizantes e pesticidas;
- ❖ Irrigação;
- ❖ Instrumentos de trabalho, uso de tracção animal e tractor;
- ❖ Tecnologia apropriada; e
- ❖ Políticas adequadas de apoio aos produtores, em especial os organizados em associações, tendo em vista:
- ❖ O aumento da produção e produtividade agrária de forma competitiva e sustentável .

PRINCÍPIOS DA REVOLUÇÃO VERDE

- ❖ Assenta numa base sócio-económica e cultural dos camponeses;
- ❖ Considera as características agro-ecológicas de cada local;
- ❖ Liderança e Coordenação do MINAG na execução do programa;
- ❖ Criatividade e maximização do uso dos recursos locais (não dependência exclusiva do OE);
- ❖ Descentralização de competências, recursos humanos, materiais e financeiros para os distritos;
- ❖ Promoção da auto-estima dos produtores, evitando a distribuição gratuita de recursos;
- ❖ Implementação de programas específicos, com metas claras e responsabilização na execução.

PRINCIPAIS PILARES

1. Acesso e uso racional dos Recursos Naturais;
2. Acesso a Tecnologias melhoradas;
3. Acesso aos Mercados e informação (nacionais e internacionais);
4. Maior acesso aos Serviços Financeiros (banca comercial e finanças rurais);
5. Formação do Capital Humano e Social.

ACESSO A RECURSOS NATURAIS

- ❖ Fazer o zoneamento do território nacional, planeamento do uso da terra, e legislação que evite o risco de colisão dos assentamentos humanos com a fauna bravia e com os grandes investimentos;
- ❖ Promover o estabelecimento de plantações para fins energéticos e de conservação;
- ❖ Promover a indústria de processamento de produtos florestais;
- ❖ Fortalecer programas de prevenção, monitoria e controlo de queimadas;
- ❖ *Dinamizar os programas locais de piscicultura;*
- ❖ Reforçar programas de redução do conflito homem-fauna bravia.

ACESSO A TECNOLOGIAS MELHORADAS

- ❖ Melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços de investigação e extensão agrária;
- ❖ Incrementar a utilização de tecnologias de irrigação;
- ❖ Colher e divulgar tecnologias apropriadas disponíveis noutros países (ex: Brasil e Índia) em toda a cadeia de produção e valor;
- ❖ Promover o uso de insumos agrícolas (sementes melhoradas, pesticidas, fertilizantes e drogas carracidas);
- ❖ Melhorar e estender os serviços de assistência sanitária para animais e plantas;

- ❖ Intensificar o uso da tracção animal na agricultura e no transporte;
- ❖ Promover iniciativas de produção e processamento de insumos no País;
- ❖ Promover a pesquisa para a melhoria do valor nutricional dos alimentos e divulgar métodos de processamento local (Contribuindo para o combate ao HIV/SIDA).

ACESSO A MERCADOS E INFORMAÇÃO

- ❖ Nas zonas onde ainda persistem problemas de comercialização e escoamento da produção agrária, o Governo Central deve apoiar os Governos Provinciais na tomada de medidas especiais no âmbito da Estratégia de Comercialização Agrária;
- ❖ Desenvolver infra-estruturas rurais tais como estradas, armazéns, etc;
- ❖ Normar e controlar a qualidade dos produtos, conforme os padrões de qualidade acordados ao nível nacional, regional e internacional;
- ❖ Fortalecer os sistemas de informação de mercados dos produtos agrários;
- ❖ Desenvolver o agro-processamento para adicionar valor e fortalecer as ligações entre a agricultura e outros sectores de economia.

ACESSO A SERVIÇOS FINANCEIROS

- ❖ Aplicar parte dos fundos de investimento de iniciativa local para programas de desenvolvimento agrário;
- ❖ Promover a comparticipação dos diversos fundos de fomento nos programas de desenvolvimento local;

FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

- ❖ Fortalecer a capacidade institucional das associações de produtores:
 - Alfabetização funcional
 - Apoio técnico na elaboração de planos de negócios;

- ❖ Capacitar e desenvolver os recursos humanos existentes, principalmente nos distritos, no quadro da descentralização:
 - Treino especializado de técnicos e de extensionistas
 - Capacitação de Administradores, Chefes de Posto e de Localidade.

ABORDAGEM DE IMPLEMENTAÇÃO DA REVOLUÇÃO VERDE - FOCALIZAÇÃO

Concentração em culturas e espécies pecuárias estratégicas para o combate à fome e criação de emprego:

- ❖ Cereais (milho e arroz)
- ❖ Raízes e tubérculos (batata e mandioca)
- ❖ Fomento Pecuário (gado bovino e avicultura)

No contexto geográfico:

- ❖ Zonas de alto potencial agrário
- ❖ Perímetros irrigados
- ❖ As cinturas verdes (peri-urbanas)
- ❖ As zonas semi-áridas (potencial pecuário e faunístico)

No âmbito de acesso a Insumos:

- ❖ Importação de fertilizantes a granel
- ❖ Multiplicação local de sementes melhoradas
- ❖ Realização de estudos de viabilidade para a exploração de jazigos de fosfatos e calcário
- ❖ Promoção de uso de composto e guano
- ❖ Promoção da produção e uso de pesticidas locais (diatomites e outros)
- ❖ Desenvolvimento da cadeia de distribuição de insumos no meio rural

NO ÂMBITO DA MECANIZAÇÃO:

- ❖ Massificar a tracção animal
- ❖ Uso de tractores onde for apropriado

BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DA REVOLUÇÃO VERDE EM CABO DELGADO

1. Introdução

A provincia de Cabo Delgado, assim como as restante provincia do pais esta envolvida na Implementação da Revolução Verde (RV) e do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA) para a campanha 2008/2009, também denominada de **Campanha das Campanhas**.

Neste Âmbito, e numa primeira fase, para a campanha em curso, a Direcção Provincial de Agricultura de Cabo Delgado envolveu no processo 8 distritos nomeadamente Nangade, Mueda e Muidumbe - **Zona Norte**, Pemba Metugeó **Zona Centro** e Montepuez, Namuno, Balama e Chiure ó **Zona Sul**.

2. Produção de Culturas por Distritos

Para os distritos envolvidos foram planificados um total de 5000 hectares de Milho e 2500 hectares de arroz com produções estimadas de 15.000 toneladas para o milho e 10.000 toneladas para o arroz como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 1: Áreas e Produções por Distrito

Distrito	Cultura/Var	Area Plano	Area Real	Grau de Real %	Prod Plano	Prod Real	Grau Real %
Nangade	Milho/Matuba	200	150	75	600		
Mueda	Milho/Matuba	500	231	46	1500		
Muidumbe	Milho/Matuba	850	825	97	2550		
	Arroz/Ita 312	1500	1500	100	6000		
P/Metuge	Milho/Matuba	500	119	24	1500		
Montepuez	Milho/Matuba	700	656	94	2100	1105	53
Namuno	Milho/Matuba	700	711	102	2100	1138	54
Balama	Milho/Matuba	700	750	107	2100	1350	64
	Arroz/Ita 312	1000	1000	100	4000	1700	43
Chiure	Milho/Matuba	850	850	100	2550	1445	57
Total		7500	6792	91			

Com base nos dados apresentados na tabela acima, verifica-se que apesar de varios constrangimentos como o atraso no envios dos insumos (semente, Tractores, Adubo e gado de tracção), foi realizado 91% da área planificada no âmbito do PAPA.

3. Distribuição de Insumos

2.1. Semente

Para a realização do PAPA e fazer face a crise Mundial de alimentos, o MINAG disponibilizou as províncias vários pacotes tecnológicos, dos quais coube a DPA de Cabo Delgado o pacote tecnológico P2 (P2 inclui Semente, adubos, lavoura mecanizada ou com recurso a tracção animal).

Mas devido a vários constrangimentos de ordem operacional, disponibilizou-se apenas do lote inicialmente previsto a semente e a posterior os tractores. A semente disponibilizada não satisfazia as necessidades da província em relação as áreas planificadas.

Face a esta situação o Governo da Província mobilizou os produtores de semente de nível local, assim como os Centros de Investigação Agrária de Mapupulo (CIAM) e o Centro de Multiplicação de Semente de Nacaca (CMSN) a disponibilizarem as sementes por eles produzidas para responder a procura dos produtores.

Abaixo apresenta-se o plano de distribuição de semente adquirida ao nível central e o défice em relação ao plano.

Tabela 2. Semente disponibilizada (ton)

Distrito	Qtd sem	P. Adm	Localidade	Cultura/var	Area Plano	Qtd sem nec	Défice
Nangade	5	Ntamba	Sede	Milho/Matuba	150	4,5	1
			Mualela	Milho/Matuba	50	1,5	
Mueda	10	Sede	Miula	Milho/Matuba	90	2,7	5
			Litembo	Milho/Matuba	90	2,7	
			Mpeme	Milho/Matuba	100	3	
		Mbuho	Sede	Milho/Matuba	100	3	
			Namaua	Milho/Matuba	120	3,6	
Muidumbe	12	Chitunda	Nguri	Milho/Matuba	353	10,59	24,18
			Mienguelewa	Milho/Matuba	350	10,5	
			magaia	Milho/Matuba	150	4,5	
	7	Chitunda	Nguri	Arroz/Ita 312	1000	100	143
			Magaia	Arroz/Ita 312	500	50	
P/Metuge	10	Sede	Nacuta	Milho/Matuba	300	9	5
			Messanja	Milho/Matuba	200	6	
Montepuez	10	Namanhumbir	Sede	Milho/Matuba	300	9	11
		Mapupulo	Massingir	Milho/Matuba	400	12	
Namuno	12	Sede	Nicuita	Milho/Matuba	450	13,5	9
			Milipone	Milho/Matuba	250	7,5	
Balama	10	Sede	Ntete	Milho/Matuba	100	3	11
			Muripa	Milho/Matuba	100	3	
		Mavala	Npaca	Milho/Matuba	200	6	

		Npiri	Namara	Milho/Matuba	200	6	93
			Sivaca	Milho/Matuba	100	3	
	7	Sede	Ntete	Arroz/ITA 312	200	20	
			Muripa	Arroz/ITA 312	150	15	
	Mavala	Npaca	Arroz/ITA 312	250	25		
	Sivaca	Sivaca	Arroz/ITA 312	200	20		
	Kwekwe	Tauane	Arroz/ITA 312	100	10		
Jamira		Arroz/ITA 312	100	10			
Chiure	12	Mazeze		Milho/Matuba	100	3	13,5
		Sede		Milho/Matuba	150	4,5	
		Ocuca		Milho/Matuba	150	4,5	
		Katapua		Milho/Matuba	100	3	
		Chiure velho		Milho/Matuba	150	4,5	
		Namongelia		Milho/Matuba	200	6	

De referir que a quantidade de semente disponibilizada foi muito a baixo da real necessidade e do planificado, visto das 150 toneladas de semente de milho planificada para o PAPA, foram disponibilizadas apenas 81 toneladas tendo um défice de 69 toneladas e das 250 toneladas de semente de arroz planificadas foram disponibilizadas 14 toneladas tendo como defice 236 toneladas.

Para fazer face a situação de défice de semente, a DPA através de produtores locais de semente, do CIAM e do CMSN disponibilizou quantidades de semente de acordo com o défice.

2.2. Quantidade de Semente disponibilizada pela DPA

Tendo-se verificado que as quantidas de semente disponibilizadas para o PAPA, não satisfaziam o plano de áreas, a DPA junto dos Governos Distritais e dos produtores locais de semente, alocou 236 toneladas de Semente de Arroz e 69 toneladas de semente de Milho e outras quantidades de diferentes culturas não prioritárias para o PAPA, mas necessárias para a campanha normal.

3. Tractores

A Província é beneficiária de 10 tractores para a implementação do PAPA, tendo recebido numa primeira fase 5 tractores.

Tabela 3: Plano de distribuição dos 5 tractores

Tractor Marca	Implementos			Distrito	Beneficiário
	Charruas	Grade	Atrelado		
New Holand	1	1	1	Mueda	Ass. de Npeme
New Holand	1	1	1	Muidumbe	Sr. Giboia Issa
New holand	1	1	1	Balama	Manuel Simões
New Holand	1	1	1	Chiure	Jamal Nhaquela
New Holand	1	1	1	P/Metuge	Antonio Mestre

Até ao momento não tinham sido disponibilizadas ainda as juntas de tração para o PAPA 2009/2010.

4. Analise do Grau de cumprimento por distrito.

4.1. Distrito de Montepuez

Tabela 4: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	Area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Grau de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Mapupulo	260	192	7800	3700	4100	74	750	326	44
Mirate	250	184	7500	3600	3900	74	570	313	55
Namanhumbi	190	138	5700	2700	3000	73	570	235	41
Sede	0	142	0	4080	4080		0	231	
Total	700	656	21000	14080	6920	93	2100	1105	53

O distrito de Montepuez cumpriu em 73% de área em relação ao plano e em 53% no concernente a Produção.

Registou-se uma perda de 550 kg de semente no posto administrativo de Namanhumbir e um acrescimo de 4080 kg para fazer face as perdas e as baixas quantidades de semente disponibilizada pelo nivel central. Foram também alocadas 2840 kg de semente para o Posto de Namanhumbir para fazer face a semente perdida. O distrito teve como rendimento médio de 1,7 ton/ha para a cultura do milho.

Tabela 5: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Mapupulo	Mapira	10	10	100	1	10
	Amendoim	5	5	100	0,9	4,5
	Feijao Nhemba	10	10	100	3	30
Mirate	Mapira	15	15	100	1	15
	Feijao Nhemba	10	10	100	3	30
Namanhumbir	Feijao Nhemba	10	10	100	3	30
Sede	Arroz	10	10	100	0,8	8

O distrito produziu para o PAPA provincial as culturas de mapira, amendoim, feijão nhemba e arroz com os seguintes rendimentos 1 ton/ha, 0,9 ton/ha, 3 ton/ha e 0,8 ton/ha respectivamente

4.2. Distrito de Namuno

Tabela 6: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	Area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Grau de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Hucula	50	42	1500	500	1000	84	150	67	45
Machoca	50	46	1500	1000	500	92	150	74	49
Meloco	50	51	1500	1500	0	102	150	82	54
Sede	450	516	13500	7050	6450	115	1350	826	61
Ncumpe	50	32	1500	1000	500	64	150	51	34
Papai	50	24	1500	800	700	48	150	38	26
Total	700	711	21000	11850	9150	102	2100	1138	54

O distrito de Namuno cumpriu o plano de áreas em 102% e o de produção em 54%. Este distrito assim como os outros distritos da provincia previam um rendimento por ha de 3 ton/ha devido ao fornecimento de pacotes tecnologicos completos (semente, fertilizantes, maquinarias), não tendo sido disponibilizado o pacote completo, os distritos produziram as culturas em sequeiro e sem fertilizantes, tendo obtido um rendimento de apenas 1,7 ton/ha.

Houve um apoio de nivel local em sementes totalizando 9.150 kg de milho para complementar a semente disponibilizada ao nivel central.

No distrito para além das culturas prioritarias de nivel provincial, também produziu culturas no âmbito do PAPA Provincial, nomeadamente mapira, mandioca, f.nhemba, amendoim e batata doce.

Tabela 7: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Hucula	Mapira	10	10	100	0,9	9
Meloco	Mandioca	10	10	100	10	100
	Arroz	10	10	100	0,8	4
Nicuita	F.Nhemba	40	47	118	0,6	28
Ncumpe	Amendoim	20	21	105	0,6	13
	B.doce	25	12	48	10	120
	Arroz	25	25		0,7	10
Sede	Arroz	80	80	100	0,7	35

Das culturas praticadas, as culturas de batata doce e mandioca tiveram os maiores rendimento registados de 10 ton/ha.

Para a cultura de arroz, em todos os postos onde a cultura foi realizada registaram-se grandes perdas por estiagem, sendo Meloco 5 ha perdidos, Ncumpe 11 ha perdidos e sede 30 ha perdidos. As perdas registadas deveu-se principalmente a estiagem registada na fase de desenvolvimento da cultura.

4.3. Distrito de Balama

Tabela 8: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	Area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Gra u de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Sede	200	250	7500	3000	4500	125	600	450	75
Npiri	300	300	9000	5000	4000	100	900	540	57
Mavala	200	200	6000	2000	4000	100	600	360	60
	250*	250	7500	1000	6500	100	750	425	60
Sede	350*	350	10500	4000	6500	100	1050	595	57
Sivaca	200*	200	6000	1000	5000	100	600	340	57
Kwekwe	200*	200	6000	1000	5000	100	600	340	57

*arroz

O Distrito de Balama foi um dos beneficiários de semente de arroz, para além da semente de milho. Para a cultura do milho foram planificados 700 ha e realizados 750 correspondendo a 107% do grau de realização. Para a produção foram produzidos 1350 Toneladas contra os 2100 Toneladas do plano correspondendo a 64% da realização. O rendimento registado no distrito para a cultura do milho foi de 1,8 ton/ha.

Para a cultura de arroz foram planificados 1000 ha e realizados na sua totalidade. Da área planificada, previa-se uma produção de 4000 toneladas. Da área realizada obteve-se uma produção de 1700 toneladas o que corresponde a 43% de realização.

Igualmente aos outros distritos, o distrito de Balama reforçou o PAPA com semente de produção local num montante de 34.500 toneladas. De destacar que uma parte da semente do distrito também serviu para apoiar o distrito de M.Praia.

Tabela 9: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Sede	Mandioca	10	10	100	6	60
	Amendoim	20	20	100	0,6	12
	Feijao nhemba	10	10	100	0,8	8
	hortícolas	30	30	100		
Mavala	Mandioca	5	5	100	8	40
	Amendoim	10	10	100	0,6	6
	Feijao nhemba	10	10	100	0,8	8
Kwekwe	Mandioca	5	5	100	8	40
	Mapira	30	30	100	1	30
Npiri	Feijao nhemba	10	10	100	0,8	8

O distrito de Balama no âmbito do PAPA local produziu mandioca, amendoim, feijao nhemba, hortícolas e mapira com rendimentos de 8 ton/ha, 0,6 ton/ha, 0,8 ton/ha e 1 ton/ha respectivamente.

4.4. Distrito de Chiure

Tabela 10: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	Area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Grau de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Mazeze	100	100	3000	1000	2000	100	300	170	57
Sede	150	150	4500	2700	1800	100	450	255	57
Ocuá	150	150	4500	2800	1700	100	450	255	57
Katapua	100	100	3000	1000	2000	100	300	170	57
Chiure velho	150	150	4500	1500	3000	100	450	255	57
Namongelia	200	200	6000	3000	3000	100	600	340	57
Total	850	850	25500	12000	13500	100	2550	1445	57

O distrito de Chiure realizou as actividades planificadas no concenrente as áreas em 100% com um acréscimo de semente de produção local de 13.500 kg para fazer face ao

défice da semente do PAPA e produziu um total de 1.445 toneladas de milho contra 2.550 toneladas do planificado. A produção abaixo do planificado deveu-se pelo facto de o rendimento por ha obtido de 1,7 ton/ha ser abaixo do rendimento previsto inicialmente de 3 ton/ha. O rendimento abaixo do previsto deveu-se principalmente pelo facto do pacote tecnologico não incluir o uso de fertilizantes e rega, tendo sido produzido o milho pelo sistema familiar em sequeiro e sem adicção de fertilizantes.

Tabela 11: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Sede	Mandioca	10	10	100	8	80
	Arroz	5	5	100	0,7	3,5
	Amendoim	5	5	100	1	5
	Mapira	5	5	100	0,8	4
Chiure Velho	Mandioca	5	5	100	8	40
	Arroz	5	5	100	0,7	3,5
	Amendoim	10	10	100	1	10
	Mapira	5	5	100	0,8	4
Ocua	Arroz	10	10	100	0,7	7
	Mapira	10	10	100	0,8	8
Namongelia	Mandioca	5	5	100	8	40
	Arroz	10	10	100	0,7	7
	Mapira	10	10	100	0,8	8
Katapua	Arroz	50	25	50	0,7	17,5
Mazeze	Amendoim	5	5	100	1	5

Para o PAPA Provincial, o distrito produziu as culturas de Mandioca, Mapira, amendoim e arroz onde teve com rendimentos 8 ton/ha, 0,8 ton/ha, 1 ton/ha e 0,7 ton/ha respectivamente.

Das culturas planificadas foi cumprido o plano de áreas com excessão da cultura de arroz no posto de Katapua, que tinha como plano 50 ha tendo-se realizado 25 ha devido a dificuldades na lavoura e abertura de novas áreas com utilização da enxada de cabo curto.

4.5. Distrito de Nangade

Tabela 12: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Gra u de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Ntamba	200	150	6000	5000	-500	75	600	200	33

O distrito de Nangade teve como plano de 200 hectares dos quais realizou 150 hectares e colheu 133 hectares, tendo perdido 17 hectares, dondo obteve um rendimento de 1,5 toneladas por hectare resultando uma produção total de 200 toneladas o que corresponde a uma realização de 33%.

Tabela 13: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Sede	Mandioca	25	25	100	8	200
	Ananas	20	20		10	200

Para o PAPA provincial nas culturas de mandioca e ananas o distrito teve como rendimentos 8 ton/ha e 10 ton/ha respectivamente.

4.6. Distrito de Mueda

Tabela 14: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Grau de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Sede	280	280	8400	5000	3400	100	840	420	50
Mbuho	220	283	6600	5000	1600	129	660	425	64
	500	563	15000	10000	5000	113	1500	845	56

O Distrito de Mueda registou uma perda de 12 hectares na cultura do milho no âmbito do PAPA, mas contudo obteve como percentagem de realização tanto para área assim como para a Produção de 113% e 56% respectivamente.

O rendimento registado para a cultura de milho foi de 1,5 toneladas por hectares.

Tabela 15: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Sede	Amendoim	25	25	100	0,8	20
Mbuho	Feijao nhemba	50	50	100	1,5	75
Sede	Batata doce	5	5	100	10	50
Chapa	Hortícolas	25	10	40		160
Negomano	Ananas	5	5	100	10	50

4.7. Distrito de Muidumbe

Tabela 16: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	Area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Grau de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Chitunda	850	825	25500	12000	13500	97	2550	1238	49
	1500*	1500	150000	70000	80000	100	6000	1800	30

*arroz

O distrito de Muidumbe foi um dos beneficiários da cultura de arroz no PAPA Central para além do distrito de Balama, onde o seu rendimento foi de 1,2 toneladas por hectare. Para o milho o distrito registou um rendimento de 1,5 toneladas por hectare.

Tabela 17: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Chitunda	Feijão nhemba	50	50	100	1,5	75
Sede	Batata doce	5	5	100	12	60

Para o PAPA provincial o distrito produziu feijão nhemba e batata doce com rendimentos de 1,5 ton/ha e 12 ton/ha respectivamente.

4.8. Distrito de P/Metuge

Tabela 18: Áreas e Produções do PAPA Central

Posto Adm	Area		Sem nec kg	Sem rec kg	Sem acr kg	Grau de real %	Producao		Gra u de Real %
	Plano	Real					Plano	Real	
Sede	500	563	15000	10000	5000	113	1500	732	49

O distrito de P/Metuge teve um rendimento mais baixo da cultura de milho na ordem de 1,3 tonelada por hectares.

Tabela 19: Áreas e Produções do PAPA Provincial

Posto Admn	Cultura	Plano ha	Real	Grau de real %	Rend t/ha	Produção
Sede	Arroz	20	20	100	0,9	18
	Feijão nhemba	10	10	100	1	10
	Batata doce	3	3	100	10	30
	Ananas	1	2	200	20	50
Mieze	Arroz	10	10	100	0,9	9
	Batata doce	2	5	250	10	50
	hortícolas	6	10	167		96
	Ananas	2	2	100	20	40
Nacuta	Feijão nhemba	20	20	100	0,9	18

5. Plano de Produção do PAPA 2010

Em quase todos os distritos foram esboçados os planos de distribuição de semente, visto esta já ter sido disponibilizada.

Os planos de distribuição de semnete do PAPA para a campanha 2009/2010 pode ser observado nas tabelas abaixo:

Tabela 20: Áreas e Produções Cultura de Arroz

DISTRITOS	Area Plano ha	Plano de Prod (t)	Qty Semente (kg)
Balama	2.500	3.750	250000
Muidumbe	4.000	6.000	400000
Montepuez	2.000	3.000	200000
Namuno	2.000	3.000	200000
Chiure	2.000	3.000	200000
M.Praia	2.000	3.000	200000
Palma	500	750	50000
TOTAL	15.000	22.500	1500000

Para a campanha 2009/2010, foram planificados 15.000 hectares de arroz envolvendo 7 distritos nomeadamente Palma, M.Praia, Muidumbe, Montepuez, Namuno, Balama e Chiure com uma produção estimada de 22 500 toneladas.

Tabela 21: Áreas e Produções Cultura de Milho

DISTRITOS	Area Plano Ha	Plano Prod (t)	Qty Semente (kg)
Balama	1.050	3150	31500
Muidumbe	1.445	4335	43350
Montepuez	1.050	3150	31500
Namuno	1.050	3150	31500
Chiure	1.360	4080	40800
Nangade	300	900	9000
Mueda	685	2055	20550
P/Metuge	580	1740	17400
TOTAL	7.520	22560	225600

Para a cultura de milho prevê-se uma área de 7 520 hectares envolvendo 8 distritos nomeadamente Nangade, Mueda, Muidumbe, P/Metuge, Montepuez, Namuno, Balama e Chiure com uma produção estimada de 22 560 toneladas.

6. Considerações Finais

Em relação ao primeiro ano de implementação do PAPA, de nível Central como o Provincial, notam-se resultados positivos advindo tanto do envolvimento massivo dos produtores individuais assim como associados também da boa qualidade da semente disponibilizada e da boa assistência garantida aos produtores.

Houve em quase todos os distritos boa aceitabilidade da semente fornecida de milho e de arroz, e registou-se uma boa percentagem de germinação.

De um modo geral o PAPA é considerado como um projecto de mais valia, visto ter em muitos casos incrementado a produção dos produtores e ao nível do distrito para as culturas de milho e arroz; e com isto surgem grandes expectativas para a campanha 2009/2010.

7. Constrangimentos na Implementação do PAPA

Ao longo do percurso da implementação do PAPA muitos factores adversos foram registados, tendo-se também em conta o facto de ser este o seu primeiro ano de implementação.

Alguns destes constrangimentos são abaixo enumerados:

Fase Inicial

- ✚ Disponibilização tardia de insumos;
- ✚ Inexistência de interessados na aquisição dos tractores;
- ✚ Fraca mobilização dos produtores por parte das estruturas locais;
- ✚ Atraso no desembolso de fundos;
- ✚ Não aderência dos cantineiros/Produtores na compra de semente
- ✚ Falta de clareza no processo de pagamento dos tractores

Fase de Implementação

- ✚ Uso de enxada de cabo curto para abertura de áreas;
- ✚ Condições climatéricas adversas ao longo da campanha;
- ✚ Pragas registadas em alguns distritos

Fase final

- ✚ Mau estado das vias de acesso para o escoamento da produção;
- ✚ Baixo preço do milho no mercado;

- ✚ Excedentes ao nível dos produtores com falta de mercado
- ✚ Quebra da cadeia de valor na fase final (agroprocessamento e comercialização)

8. Perspectivas para a Campanha 2009/2010

Para a campanha 2009/2010, espera-se fazer face aos constrangimentos registados na campanha finda no processo de implementação do PAPA, como já vem sendo verificado:

- ✚ Disponibilização atempada de sementes aos implementadores do PAPA (beneficiários e cantineiros);
- ✚ Envolvimento da UNAC no processo de distribuição de sementes;
- ✚ Mobilização dos beneficiários e identificação de interessados na aquisição de tractores e treinamento dos beneficiários da Tracção animal;
- ✚ Identificação de mercados para o escoamento do produto ao nível do produtor e do comerciante.

**PLANO ESTRATÉGICO A MÉDIO E LONGO PRAZOS NO
SECTOR DA AGRICULTURA CABO DELGADO**

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico a Médio e Longo Prazos no Sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Província de Cabo Delgado, visa orientar as acções de planificação tanto pela Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DPADR) assim como pelos vários actores no sector agrário, como é o caso das organizações não governamentais a operarem ao nível da província.

Este plano foi pela primeira vez estabelecida durante exercício de planificação do Plano Anual de Actividades e Orçamentos (PAAO) do ano 2002, sendo esta a primeira vez que é integralmente utilizado.

1. METODOLOGIA

A elaboração deste plano estratégico foi na base de um trabalho de laboratório que consistiu na uniformização das várias estratégias elaboradas no sector pelos vários intervenientes.

Em seguida, foram padronizadas as várias intervenções práticas tanto da Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural como pelas ONG's que operam ao nível da província de Cabo Delgado.

2. OBJECTIVOS DA DPADR

O objectivo geral do desenvolvimento do sector agrário e do desenvolvimento rural o de garantir *Garantir a Segurança Alimentar para Cerca de 1,3 Milhões de Habitantes da Província de Cabo Delgado*.

De acordo com as áreas prioritárias, a DAPDR tem como objectivos específicos a serem prosseguidos os seguintes:

- 1) Aumento dos Níveis de Produção e de Produtividade Agrícola;
- 2) Diversificar as Fontes de Rendimento em Famílias Produtoras do Algodão;
- 3) Promover o Maneio Sustentável dos Recursos Florestais e Faunísticos;
- 4) Promover a Prática da Agricultura Orientada para as Potencialidade da Província;
- 5) Promover o Desenvolvimento Rural e,

6) Melhorar a Qualidade dos Recursos Humanos.

Em relação ao objectivo específico 1) *o Aumento dos níveis de produção e de produtividade agrícola*, a DPADR estabeleceu acções específicas que poderão ser implementadas por qualquer interveniente. Essas acções resumem-se em:

a) Melhoria da Tecnologia no Processo de Produção

Na fase em que a província se encontra, a tecnologia pode ser vista em duas vertentes em que uma se baseia na introdução da semente melhorada e a outra na melhoria da tecnologia da enxada de cabo curto.

Os Bancos Distritais de Sementes (BDSs), resultam de um programa da DPADR de introdução e produção de semente melhorada na província, iniciado na campanha agrícola 2001/2002. A par deste programa, ocorre a disseminação de tecnologias relacionadas com a conservação de sementes através da construção de celeiros melhorados.

A introdução da mecanização agrícola via tracção animal (actividade a ser disseminada pela DPADR) e a criação de Parques de Máquinas (actividade a ser implementada pelo sector privado) são acções que visam a melhoria da tecnologia da enxada de cabo curto. Esta vertente constitui um dos meios encontrados pela DPADR para fomentar acções com implicações na economia dos tempos de trabalho agrícolas, no aumento das áreas de cultivo, melhoria no transporte dos produtos pós-colheita e aumentos de produção.

b) A Intensificação da Irrigação de Pequena Escala

Com este tipo de sistema de produção, a DPADR pretende intensificar o processo de transferência das águas de zonas de maior precipitação para as de menor, facilitando de certo modo a introdução de culturas raras mas com maior procura no mercado na província como é o caso das hortícolas e das fruteiras, para além da intensificação do cultivo de culturas do II ciclo.

Esta é uma das acções que está em franco desenvolvimento na província, de tal modo que mereceu a aquisição pelo estado de cerca de 200 bombas pedestrais as quais serão distribuídas às associações de produtores e produtores privados que demonstrem capacidade de gestão.

c) Extensão Rural

Fortificando a ligação Extensão Agrária ó Investigação ó Sector Produtivo.

Em relação ao objectivo específico 2) ò *Diversificar as Fontes de Rendimento em Famílias Produtoras do Algodão* ò, a DPADR estabeleceu acções concretas as quais devem merecer atenção principalmente por parte das empresas concessionárias nas zonas com maior potencial de produção da cultura do algodão uma vez conhecida a situação não encorajadora do preço do algodão caroço no mercado internacional. Tais acções resumem-se em:

a) Introdução de Culturas de Rendimento Alternativas

É o caso das culturas de Tabaco, Gergelim e Girassol que tratando-se efectivamente de uma reintrodução, devem ser largamente disseminadas tanto pelo sector estatal bem como pelas empresas fomentadoras da cultura do algodão.

Com a diversificação de culturas e acções combinadas com outros sectores como a saúde, espera-se alcançar algum resultado, especialmente nas zonas produtoras de algodão.

b) Diversificação de Culturas

Outra actividade a que se associa a diversificação de produção nas zonas produtoras de algodão, é a intensificação do fomento pecuário de pequenos ruminantes e aves (especialmente a Galinha do Mato), pelas suas características e adaptações para as condições naturais da província.

No concernente ao objectivo específico 3) ò *Promover o Maneio Sustentável dos Recursos Florestais e Faunísticos* ò, a DPADR estabeleceu as seguintes prioridades:

a) Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

O reflorestamento constitue prioridade no maneio comunitário dos recursos naturais, para colmatar os efeitos causados pelo abate indiscriminado de árvores para fins energéticos e materiais de construção.

O maneio dos recursos naturais será também alcançado através do treinamento dos camponeses em matérias de conservação e preservação dos recursos naturais. O estabelecimento de uma escola de formação em maneio dos recursos naturais e Agri-Bussiness é algo que já esta sendo executado.

b) Estabelecimento de Contratos de Concessão Florestal

A tónica dos estabelecimento de contratos de concessão florestal, é a obrigatoriedade das concessões apresentarem os seus planos de manejo onde consta o uso sustentável da floresta através do reflorestamento ou manejo das espécies nativas.

c) Estabelecimento de Pequenas Áreas de Conservação de Fauna

Devido ao crescente conflito homem/animal nos distritos com elevado potencial faunístico na província, o recurso ao constante abate de animais não se apresenta sustentável e como alternativa, a DPADR iniciou com o processo de identificação de zonas com elevada concentração de animais para um posterior estabelecimento de áreas de conservação que poderão variar de 10,000 a 30,000 hectares.

Estas áreas poderão ser adjudicadas à caçadores profissionais que em sociedades com comunidades locais, poderão gerir com ajuda de fiscais tanto da DPADR como os fiscais comunitários que vigiarão os animais que porventura tentem sair dessas áreas.

d) Prevenção e Controlo das Queimadas Descontroladas

As queimadas descontroladas são provocadas fundamentalmente pelos camponeses para a abertura de novas machambas para substituição das õvelhasõ, pelos madeiros e pelos caçadores furtivos.

A estratégia que deverá ser seguida para a prevenção e controlo das queimadas descontroladas, deverá ser através da resolução das suas causas que poderá ser via:

- Educação e disponibilização de conhecimento relacionados com os efeitos provocados pelas queimadas;
- Incremento das produtividades das machambas em uso de forma a que os camponeses não abram novas machambas e,
- Garantindo o cumprimento das leis e seus regulamentos.

Com o objectivo específico 4) õPromover a prática da agricultura orientada para as potencialidades da Provínciaõ a DPADR estabeleceu como prioridade:

a) Promover a prática da agricultura orientada para as potencialidades da Província

Esta promoção será através do Zoneamento da Província com Base nas Aptidões Culturais, ou seja, através da sobreposição de mapas referentes ao clima e solos obtemos um mapa de distribuição das culturas potenciais por distrito. A ideia fundamental é mapear toda a informação estatística de todos os sectores quer da agricultura, saúde, educação, turismo e outros de forma a desenvolver a província numa perspectiva de ordenamento do território.

Com objectivo específico 5) *õ Promover o Desenvolvimento Rural* ö, a DPADR pretende:

a) Aglutinar as várias iniciativas que são implementadas pelos vários intervenientes desde as Associações de Produtores Rurais, passando pelas Organizações Não-Governamentais até aos próprios intervenientes do estado.

A DPADR em coordenação com alguns intervenientes Não-Governamentais, iniciou o processo de estabelecimento de um Núcleo Provincial de Desenvolvimento Rural. O lançamento desta iniciativa está prevista, para o próximo mês de Outubro com o envolvimento de um número considerável de intervenientes do sector de desenvolvimento rural na província de Cabo Delgado.

b) No respeitante as acções relacionadas com a Promoção das Microfinanças, como uma estratégia impulsionadora do desenvolvimento rural, o sector entende que será através de união de esforços empreendidos pelos diversos actores no crédito rural, tais como a ADIPSA, o PAMA e o IRAM, para além dos operadores oficialmente licenciados como a AMODER e a GAPI, na concessão de créditos a grupos e/ou associações de camponeses e aos camponeses de contacto (modelo) de uma determinada zona.

c) A colaboração com o sector privado também torna-se uma via indispensável para o alcance do desenvolvimento rural, por exemplo, os CFM-Cabo Delgado, vendo o volume de exportações a reduzir devido as restrições ao sector madeireiro, manteve contactos com a DPADR no sentido de este impulsionar o aumento das produções e para isso, os CFM estão dispostos em fornecer sementes de melhor qualidade.

d) A Promoção dos Mercados Rurais deverá ser baseado no melhoramento das vias de comunicação, a divulgação dos preços, quantidades e locais de existencia dos produtos agrícolas.

e) A Promoção do Agro-Processamento de pequena escala, constitue uma via para o impulsionamento do desenvolvimento rural, tendo sempre em conta o zoneamento da província com base nas aptidoes culturais.

No sentido de alcançar o objectivo específico 7) *õMelhorar a Qualidade dos Recursos Humanos do Sector Agrário*ö, a DPADR estabeleceu as seguintes prioridades:

- f) Apostar na formação formal e não formal dos técnicos da Instituição.
- g) Formar o sector produtivo em técnicas agrárias e outras matéria de interesse, através da colaboração com a Escola Agrária de Bilibiza, o Centro Provincial de Formação Agrária de Pemba Metuge e a Estação Agrária de Mapupulo.

Para finalizar, dizer que a fortificação das relações entre a instituição e os intervenientes no sector agrário, é um factor preponderante como estratégia para o bom decurso do Plano Estratégico a Médio e Longo Prazos no Sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Província de Cabo Delgado.

SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO MAIS IMPORTANTES DA PROVINCIA

REGADIO DE N'GURI

Localização: Província de Cabo Delgado, Distrito de Muidumbe, Aldeia de N'guri e Aldeia de Miangalewa. 11°46' 43"S; 40° 06' 07.6"E (1ª Estação de Bombagem).

11° 47' 47.3"S; 40° 06' 20.7"E (2ª Estação de Bombagem).

Bacia hidrográfica: Rio Messalo.

Área: Projectado: 1000 ha; Construídos: 1000 ha; Actualmente irrigados: 0,0 ha.

Descrição da região: O regadio de N'guri situa-se no vale do rio Messalo, um rio de carácter permanente e do lado direito da estrada que liga Chai a Mocímboa da Praia. O clima da região classifica-se como sendo do tipo semi-árido húmido, com uma estação das chuvas bem demarcada e ocorrendo de Dezembro a Abril (dados climáticos de Muidumbe). A precipitação média anual é cerca de 1100 mm e a evapo-transpiração de referência média anual é na ordem dos 1500 mm.

O terreno é quase plano, constituído por formações aluvionares recentes e atravessado por diversos vales de cerca de 2 m de profundidade (antigos leitos abandonados), que se juntam ao rio Messalo (sujeito a cheias periódicas). No seu conjunto trata-se de solos aluvionares recentes, sujeitos, parcialmente, à acção das cheias, apresentando características variáveis, isto é, junto ao rio são arenosos e nas depressões longe do leito do rio são argilosos hidromórficos, podendo ainda ser diferenciados quanto à ocorrência ou não de inundações anuais ou periódicas, com graus sucessivos de textura mais pesada.

Descrição do regadio: O projecto de regadio de N'guri foi executado por uma equipa de técnicos coreanos em 1977, nos termos de um acordo de cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Popular e Democrática da Coreia. A fonte de água para irrigação é a lagoa de N'guri, e o regadio consiste de 2 estações de bombagem a diesel, de uma rede de canais de irrigação não revestidos e de uma rede de valas de drenagem que escoam o excesso de água para o rio Messalo.

O Rio Messalo funciona de facto como vala principal de drenagem. O campo está dividido em parcelas de 25 ha cada. A primeira estação de bombagem é composta

por um grupo de 4 motobombas de origem coreana que bombam a água da lagoa para um canal geral não revestido e que atravessa uma zona de solos arenosos (areia grosseira) com uma elevada taxa de infiltração. Este canal apenas se apresenta revestido na sua parte inicial onde ocorre a descarga da água para evitar a sua erosão.

A segunda estação de bombagem é composta por 3 motobombas, também de fabrico coreano, e destinam-se a elevar a água do canal geral para o canal principal do regadio também não revestido. Este canal principal conduz a água até ao campo agrícola, distribuindo-a por canais secundários e terciários. Nas tomadas de água dos canais secundários e terciários existem caixas distribuidoras da água. As comportas destas caixas foram retiradas do local.

Nos campos, a rega era feita por gravidade, através de bacias de inundação para a produção de arroz. Ao longo do rio Messalo existe um dique de protecção contra as cheias. A área total do regadio é de 1000 ha, tendo funcionado em pleno de 1981 (data da sua inauguração) até 1986, sob gestão da Empresa Estatal Agrícola de N'guri.

O regadio ficou totalmente inoperativo em 1993. Ainda nos anos 90, através de um projecto de cooperação italiana, iniciaram-se algumas actividades de aproveitamento destas terras. O regadio contudo não voltou a funcionar.

Existe actualmente uma sociedade denominada Sociedade Agro-industrial de N'guri que pretende fazer o fomento de gergelim e girassol na área do regadio mas em condições de sequeiro, para abastecer uma fábrica de óleos em Pemba. Não existe de imediato qualquer plano para a reabilitação do regadio.

Descrição de outras infra-estruturas associadas ao regadio: Existem infra-estruturas das antigas instalações da Empresa Agrícola de N'guri, num estado razoável de conservação. O parque oficial está funcionável e existe energia eléctrica nas suas instalações.

O regadio possui um dique de protecção contra as cheias do rio Messalo, mas sofreu alguns rombos e não está neste momento funcional. O regadio de N'guri dista cerca de 150 Km de Pemba, por estrada nacional actualmente em reabilitação. O mercado mais promissor para este regadio é a cidade de Pemba. Enquanto em funcionamento, o regadio chegou a fornecer batata e cebola para a província de Nampula.

Proprietário/Beneficiário: Estado. Actualmente os camponeses das aldeias vizinhas e antigos trabalhadores da Empresa Agrícola de N'guri são os utilizadores desta área mas em regime de sequeiro. A Sociedade Agro-industrial de N'guri, presta serviços na área agrícola para o fomento das culturas de gergelim e girassol.

Situação actual do regadio: O regadio não está operativo. As estações de bombagem estão inoperativas, podendo-se verificar na primeira sinais de calcinação e corrosão do equipamento. Há informações de estarem sujeitas a inundação causada pela subida do nível de água na lagoa. A segunda estação de bombagem está também inoperativa, e já foram retiradas peças das motobombas.

O canal geral do regadio, não revestido, atravessa uma zona de solos arenosos e sempre operou com enormes perdas de água devido à elevada infiltração desses solos. Daí a necessidade de terem um grupo de 4 motobombas para conseguir abastecer a água ao regadio, o que resulta num excessivo consumo de combustível (35 l/h/motobomba).

Não existem especificações técnicas das motobombas. São de origem coreana e nunca tiveram qualquer substituição de peças. Os canais de rega sofreram vários rombos, foram invadidos pela vegetação e as estruturas de divisão e tomada de água no campo estão danificadas e sem as respectivas comportas.

O dique de protecção contra as cheias do rio Messalo sofreu alguns rombos. O regadio nunca teve manutenção. Um estudo feito pelo INIA logo após a entrada em funcionamento do regadio (Noort e Haupt, 1982) chamava à atenção para a qualidade marginal da água de rega retirada da lagoa de N'guri (provavelmente resultante da bombagem de grandes quantidades de água o que terá contribuído para aumentar a concentração de sais na água da lagoa). Para melhorar esta situação, abriu-se um canal de 6 km de comprimento para que o rio Muera alimentasse a lagoa com água de boa qualidade. Este canal foi assoreado por falta de manutenção e sofreu um rombo num vão de 10 m. Segundo o mesmo estudo do INIA (1982), amostras de água do lençol freático na zona do regadio também mostraram níveis de salinidade consideráveis, e chamava-se atenção para que o sistema de drenagem fosse cuidadosamente gerido afim de evitar a salinização dos solos.

Culturas principais: A cultura principal deste regadio sempre foi o arroz, mas também se produzia batata, cebola e alho. Um estudo do INIA (Sitter e Jansen, 1977), apresentou uma proposta de utilização da terra no regadio de N'guri em função da aptidão destes solos para o arroz e algumas outras culturas seleccionadas (hortícolas, batata, milho, amendoim, e fruticultura). Actualmente os camponeses das aldeias próximas cultivam arroz pluvial, e a Sociedade Agro-Industrial de N'guri está a fazer o fomento para o cultivo de girassol e gergelim em condições de sequeiro.

Parecer técnico: O regadio é reabilitável, mas tal como foi concebido não parece ser neste momento, nem técnica nem economicamente viável. É necessário repensar alguns aspectos do seu dimensionamento.

Seria importante actualizar o conhecimento sobre os níveis de salinidade da água da lagoa de N'guri, do lençol freático e dos solos da área a irrigar. A solução de

desviar a água do rio Muera para a lagoa de N'guri é uma contribuição importante para a melhoria da qualidade da água de rega, mas o seu canal de alimentação precisa ser restabelecido.

Outro aspecto relaciona-se com o canal geral do regadio que atravessa uma zona de solos arenosos fazendo com que uma grande parte da água bombada (a custos bem elevados) se perca por infiltração. Uma solução poderia ser o revestimento do canal, mas também seria de avaliar a possibilidade de conduzir a água numa conduta e comparar os custos envolvidos em cada alternativa.

Todo o regadio, incluindo as estações de bombagem, deveria ser redimensionado para ser operado em função da área a irrigar, da ocupação e utilização prevista para o regadio e, principalmente, em função dos utilizadores que irão gerir o regadio no dia-a-dia. É recomendável iniciar por uma área mais modesta e gradualmente ir aumentando a área irrigada.

O sistema de drenagem deveria ser cuidadosamente revisto, em função dos níveis de salinidade que se detectarem na zona. O dique de protecção contra as cheias necessita ser redimensionado e restabelecido. Não foi possível avaliar o estado físico da rede de canais de rega e valas de drenagem devido à sua completa obstrução pela vegetação. Para efeitos de reabilitação, será pois necessário um levantamento mais detalhado do seu estado depois de completamente limpos. Há informações de alguns rombos ao longo do canal geral e o sistema de drenagem deve estar completamente obstruído.

Não seria de ignorar a possibilidade da utilização do rio Messalo como fonte de água para irrigação, uma vez estar mais próximo do regadio, garantir provavelmente água de melhor qualidade. Não podem contudo ser esquecidas as inundações periódicas deste rio e a eventual necessidade de obras de regulação do seu caudal e de protecção contra as cheias.

Existência de mapas, projectos executivos e outros estudos relevantes:

- ✓ Delegação Técnica da Coreia (1979). Projecto do regadio de N'guri. (com mapas e desenhos técnicos). DNA, Maputo;
- ✓ Sitter, A. e Jansen, A. (1977). Estudo da aptidão dos solos do vale do Rio Messalo. Projecto de regadio da Lagoa de N'guri na Província de Cabo Delgado. Comunicação n° 1 da Série de Pedologia do Instituto Nacional de Investigação Agronómica. Maputo. (mapa de solos e mapa de aptidão de solos) e,
- ✓ Noort, L.F. e Haupt, F. (1982). Parecer preliminar sobre os problemas de salinidade no regadio de N'guri, Cabo Delgado. Nota Técnica n° 8, Serie Terra e Água do Instituto Nacional de Investigação Agronómica, (esquema geral do regadio de N'guri).

REGADIO DE CHIPEMBE

Localização: Província de Cabo Delgado, Distrito de Balama, Aldeia de Chipembe.

13°11'47.8"S;38°37'03"E.

Bacia hidrográfica: Rio Montepuez.

Área: Projectada: 2000 ha; Construída: 160 ha; Actualmente irrigada: 0,0 ha

Descrição da região: A área onde se localiza o regadio é caracterizada pela ocorrência alternada de "interflúvios" e "dambos". Os interflúvios (colmas) situam-se nas zonas elevadas entre os vales dos rios e dambos que constituem por sua vez depressões compridas onde se acumula água resultante do escoamento superficial e da água subterrânea. Climaticamente a zona considera-se como semi-árida húmida. A precipitação média anual registada em Montepuez é de 932 mm, dos quais cerca de 85% ocorrem de Dezembro a Março, e que corresponde à estação das chuvas. A evapo-transpiração de referência média anual é de 1443mm, mas durante a estação das chuvas os seus valores médios mensais são inferiores aos valores da precipitação média para os mesmos meses, o que garante um certo sucesso para as culturas de sequeiro. O mesmo já não se verifica durante a estação seca, onde a irrigação se toma crucial para a garantia de qualquer actividade agrícola.

Na zona do regadio os solos foram identificados em três grande grupos: i) solos argilosos, vermelhos, muito profundos e com boa drenagem dos interflúvios, ii) solos argilosos, cinzento-escuros, profundos e de má drenagem dos dambos, e iii) os solos de transição entre os solos vermelhos dos interflúvios e os solos escuros dos dambos.

Descrição do regadio: O regadio de Chipembe foi projectado em 1979 no âmbito da Cooperação com a República Popular e Democrática da Coreia. A fonte de água é a albufeira da barragem de Chipembe construída sobre o Rio Montepuez no início dos anos 80, com uma capacidade de armazenamento de 25 Mm³. O regadio projectado cobria uma área de 2000 ha, dos quais 1290 ha seriam irrigados por aspersão e 710 ha por gravidade e está localizado imediatamente a jusante da barragem. Foram construídos 160 ha de regadio, dos quais apenas 120 ha foram intensivamente aproveitados até 1984/85.

O regadio encontra-se inoperativo há 12 anos, resultado da intensificação da guerra na zona que originou sérias dificuldades de gestão pela Empresa Estatal Agrícola de Chipembe e daí a ausência de manutenção do mesmo. A tomada de

água localiza-se na margem esquerda da albufeira, sendo composta por um poço e uma conduta de betão, com duas comportas no seu interior.

A capacidade máxima de vazão projectada para esta tomada é de 6 m³/s e é duas vezes superior ao caudal de projecto do canal principal (3 m³/s). O regadio actualmente compreende um sistema de rega por gravidade constituído por um canal principal na margem esquerda, uma rede de canais secundários e de canais terciários todos em terra com as respectivas tomadas de água, e um sistema de valas de drenagem para escoar o excesso de água para o rio.

Outras obras de arte em betão são as obras de derivação ou tomadas de água para os canais secundários e as pontes de passagem sobre o canal principal. Nas parcelas a rega fazia-se por bacias de inundação (arroz). Alguns troços dos canais de rega e de drenagem sofreram rombos e necessitam de reabilitação, assim como as tomadas de água.

Descrição de outras infra-estruturas associadas ao regadio: Existe uma barragem de terra com perfil homogéneo, com cerca de 1400 m de desenvolvimento no coroamento e uma altura máxima de 16 m. A obra foi abandonada devido ao eclodir da guerra naquela zona do país. As obras do descarregador de superfície foram abandonadas a cerca de um quilómetro da barragem.

Depois do enchimento do reservatório, o excesso de água ocorrido em anos de chuvas mais intensas transbordou o dique lateral esquerdo do canal de saída do descarregador e iniciou-se um processo de erosão em direcção à albufeira da barragem que dura há 12 anos, tendo criado uma enorme cratera que se encontra neste momento (Outubro, 2001) a menos de 500 m da albufeira. A profundidade na cabeça da cratera atinge uma altura até 6m.

A zona do regadio estava ainda dotada de alguma infra-estrutura habitacional e de escritórios, presentemente destruídos. As estradas de acesso ao regadio são em terra batida e dificilmente transitáveis durante a época das chuvas. A comercialização faz-se por agentes comerciais de outras regiões que enfrentam o sério problema da transitabilidade das vias de acesso. Os mercados mais relevantes são a cidade de Montepuez e Pemba. Existem também alguns mercados rurais ao longo da estrada e nas aldeias onde são vendidas algumas quantidades de produtos agrícolas. A zona do regadio não beneficia neste momento de energia eléctrica.

Proprietário/Beneficiário: O proprietário deste regadio é o Estado, tendo sido gerido aquando da sua construção pela Empresa Estatal Agrícola de Chipembe. Segundo informações locais, aquando da extinção desta empresa o regadio foi gerido pelo projecto dos 400.000 ha e depois pela empresa LOMACO.

Existe neste momento uma associação de agricultores (ULIMA) com 90 membros e constituída maioritariamente por antigos trabalhadores da empresa estatal que

vão fazendo algum aproveitamento das terras do regadio, mas em regime de sequeiro. Esta associação manifesta-se interessada em participar na reabilitação do regadio (limpeza dos canais e valas) e na sua gestão.

Situação actual do regadio: Existem cerca de 160 ha equipados para irrigação com canais não revestidos e uma rede de valas de drenagem, mas o regadio está completamente inoperativo. Os canais de rega, valas de drenagem, assim como a área cultivável do regadio encontra-se actualmente invadida por vegetação, tomando difícil uma avaliação detalhada do estado físico actual do regadio.

Foi possível observar que o canal principal de rega sofreu 4 rombos, dos quais um, o de maiores dimensões e situado logo depois da tomada de água, foi recentemente reparado para impedir danos maiores no regadio. Supõe-se que toda a rede de canais de rega secundários e terciários assim com a rede de valas de drenagem necessite de reparação, pois desde a sua construção nunca foi feita qualquer manutenção.

Culturas principais: A principal cultura deste regadio foi a cultura do arroz tendo-se chegado a fazer duas colheitas por ano atingido inicialmente rendimentos à volta das 6 ton./ha. Com o eclodir da guerra e as dificuldades de gestão do empreendimento, os rendimentos do arroz baixaram até atingir as 0.5 ton./ha em 1987. Também se chegou a cultivar hortícolas na área circundante à albufeira irrigando através de 3 motobombas que já não existem no local.

Parecer técnico: O maior problema desta obra reside na erosão do canal do descarregador de cheias, cuja ravina se encontra neste momento bastante perto da albufeira pondo em perigo a Barragem de Chipembe. Esta situação foi reportada em vários relatórios técnicos anteriores e foram também apresentadas propostas de soluções provisórias e de emergência assim como o seu respectivo orçamento.

Não foi ainda tomada uma decisão e a época das chuvas que se aproxima irá aumentar ainda mais a situação de risco (grave) desta obra. O regadio é recuperável, mas qualquer acção de reabilitação e operacionalização do mesmo não fará sentido sem antes se proceder à urgente resolução do problema da erosão que ameaça a barragem.

A existência da associação agrícola ULIMA, maioritariamente constituída por antigos trabalhadores da Empresa Agrícola, poderá garantir o aproveitamento do regadio, mas é de considerar a necessidade de capacitação dos seus membros em termos de tecnologia de agricultura irrigada, assim como operação e manutenção do regadio. Sendo a Barragem de Chipembe uma obra pública, a sua operação e manutenção deveria ser da responsabilidade do representante do Estado no local. Obras Públicas, conforme tem sido norma no que respeita a gestão de outras obras similares.

As dificuldades de escoamento e comercialização da produção agrícola devido ao mau estado das estradas poderão comprometer a viabilidade e sustentabilidade do empreendimento.

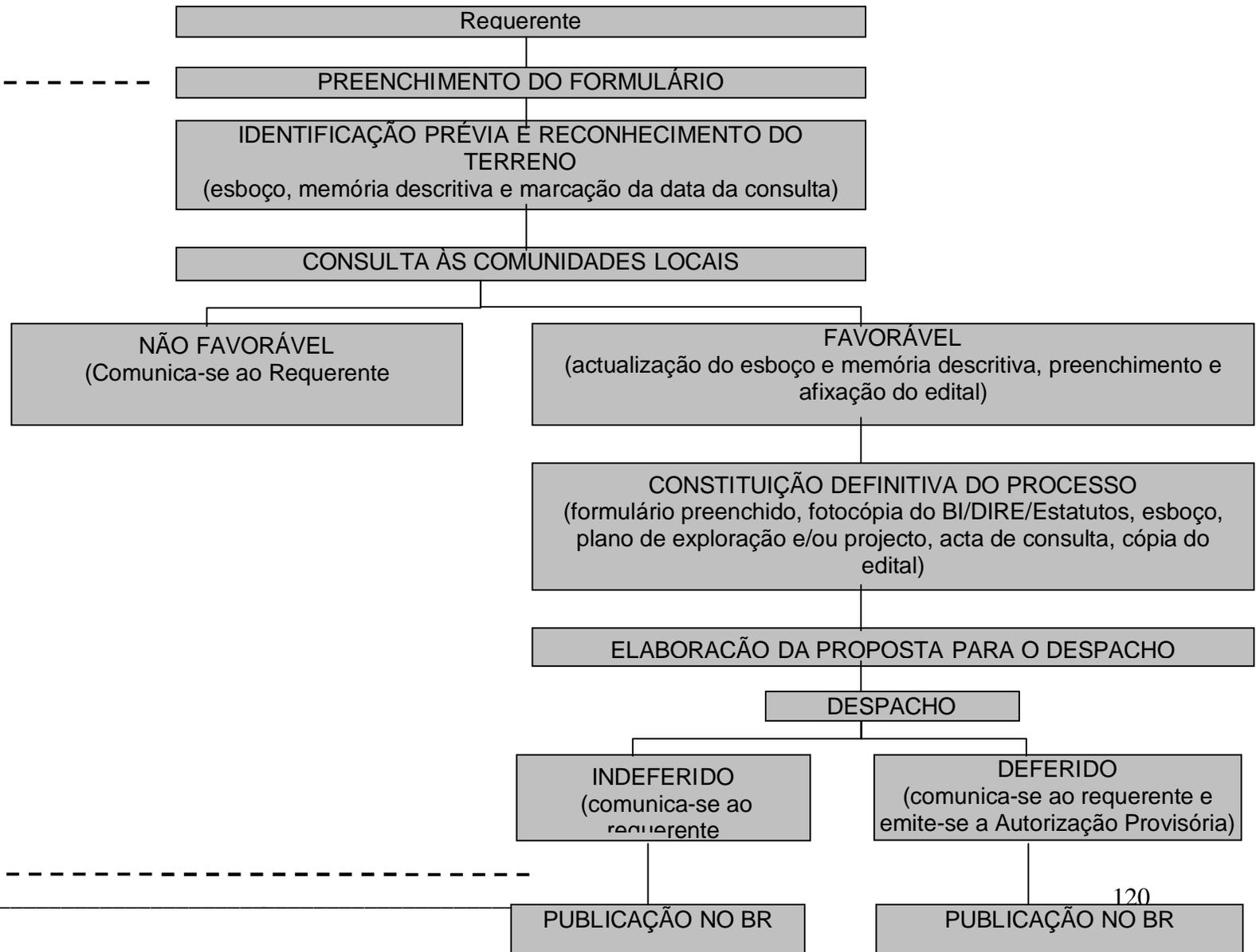
Existência de mapas, projectos executivos e de outros estudos relevantes:

- ✓ Delegação Técnica da Coreia (1979). Projecto do Regadio de Chipembe. Preparado no âmbito da Cooperação com a República Democrática e Popular da Coreia. Direcção Nacional de Águas em Maputo. (possui mapas e desenhos técnicos da obra);
- ✓ Construtora Integral de Cabo Delgado (1980). Plano de construção do regadio de Chipembe (sem qualquer mapa ou desenho). Localizado na DPADR de Cabo Delgado, Serviços de Geografia e Cadastro;
- ✓ Kauffman, J.H. e Tonev, K. (1981). Os solos da zona do regadio de Chipembe, Montepuez. Avaliação da aptidão para o arroz de inundação e outras culturas. Série Terra e Água do Instituto Nacional de Investigação Agronómica. Comunicação n.º13. (possui mapa de solos e de avaliação da aptidão) e,
- ✓ Vários relatórios técnicos de avaliação e inspecção à Barragem de Chipembe e Regadio de Chipembe (1999-2001). (possuem mapas, desenhos técnicos e fotografias).

LICENCIAMENTOS

PROCESSO SIMPLIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DO DIREITO DE USO E APROVEITAMENTO DA TERRA

- 90 DIAS -



LICENCIAMENTO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Regimes de Exploração Florestal

Exploração para consumo próprio

1. As comunidades locais poderão, em qualquer época do ano, extrair os recursos florestais necessários ao seu consumo próprio, isentos de pagamento de taxa de exploração florestal.
2. Os produtos florestais extraídos para consumo próprio das comunidades locais, só poderão circular dentro do Posto Administrativo em que a comunidade está inserida.

Exploração por licença simples

1. A exploração por licença simples só será permitida às pessoas singulares moçambicanas, às pessoas colectivas constituídas, exclusivamente, por cidadãos Moçambicanos, e às comunidades locais que pretendam explorar os recursos florestais para fins comerciais, industriais e energéticos.
2. A cada operador nacional será emitida apenas uma licença simples válida por um ano, até o limite de 500 metros cúbicos, ou equivalente, independentemente das espécies.
3. A cada licença simples corresponderá uma área contígua equivalente ao volume a explorar, de acordo com o plano de manejo simplificado, ouvido o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

Período do Licenciamento

1. O licenciamento para a exploração dos produtos florestais madeireiros é feito anualmente, devendo os respectivos pedidos ser submetidos ao Governador Provincial através dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, no período que vai de 2 de Janeiro a 15 de Fevereiro, do ano em que o requerente pretende realizar a exploração.
2. Os pedidos de licença efectuados, serão objecto de decisão observando-se os prazos estabelecidos pelas normas de funcionamento dos Serviços da Administração Pública.

Requisitos para a exploração de lenha, carvão e matérias de construção

1. O pedido de licença simples é dirigido ao Governador Provincial contendo, nomeadamente:

a) Requerimento feito em formulário próprio acompanhado dos elementos essenciais de identificação dos requerentes e da área;

b) Comprovativo de cidadania moçambicana, em caso de pessoa singulares;

c) Comprovativo de ser uma sociedade constituída, exclusivamente, por cidadãos moçambicanos, em caso de pessoa colectiva, reforçado pela junção dos documentos de identificação dos sócios;

d) Esboço topográfico, em triplicado, à escala de 1:50.000 baseado na carta da região com indicação das picadas existentes, estradas, povoações, e outras referências particulares;

Requisitos para exploração de produtos madeireiros.

1. O pedido de licença simples é dirigido ao Governador Provincial contendo, nomeadamente:

a) Requerimento feito em formulário próprio acompanhado dos elementos essenciais de identificação dos requerentes e da área;

b) Comprovativo de cidadania moçambicana, em caso de pessoa singulares;

c) Comprovativo de ser uma sociedade constituída, exclusivamente, por cidadãos moçambicanos, em caso de pessoa colectiva, reforçado pela junção dos documentos de identificação dos sócios;

d) Esboço topográfico, em triplicado, à escala de 1:50.000 baseado na carta da região com indicação das picadas existentes, estradas, povoações, e outras referências particulares;

e) Parecer do Administrador do Distrito, precedido de consulta às comunidades locais, conforme procedimento previsto no presente regulamento;

f) Plano de maneio simplificado;

g) Plano de exploração;

- h) Indicação dos previsíveis mercados;
- i) Indicação do número de postos de trabalho a serem criados e outros benefícios para as comunidades locais;
- j) Declaração do requerente de não ter formulado qualquer outro pedido de licença simples para o ano em exercício.

2. Do plano de manejo simplificado referido na alínea f) do número anterior deverá constar:

- a) O inventário preliminar indicativo das principais espécies existentes na área;
- b) A estimativa da quantidade, qualidade e natureza dos produtos;
- c) O quantitativo médio anual de exploração;
- d) A menção dos meios industriais e mecânicos a utilizar no ciclo completo de exploração.

3. Compete aos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia verificar o cumprimento dos requisitos do pedido e se os mesmos estão correctamente dirigidos e ainda se estão em anexo ao requerimento todos os documentos exigidos. Se constatar alguma anomalia, o requerente deverá, de imediato, ser informado para supri-la como condição para o seu pedido ser recebido e iniciar a marcha processual.

4. No acto do depósito, os Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia devem emitir a favor do requerente, um documento comprovativo da existência ou não de outro pedido anterior ainda válido sobre a mesma área, através da emissão da certidão negativa.

5. Caso esteja em curso algum pedido, deverá ser facultado ao requerente o número do respectivo processo, a data da sua entrada e a identificação do requerente.

Regra do Primeiro Depositante

1. Se duas ou mais pessoas tiverem requerido a mesma área ou área parcialmente coincidente para a exploração dos mesmos produtos florestais ou de produtos que sendo diferentes a sua exploração não possa ocorrer em simultâneo, o direito à licença pertence àquele que validamente tiver apresentado em primeiro lugar o pedido, tendo como meio de prova o número de entrada e a data de emissão do documento a que alude o número 4 do artigo anterior.

2. Em caso de desistência, revogação ou caducidade de um determinado pedido segue-se a regra da sequência dos requerentes, devendo os Serviços de tutela notificar o requerente

imediatamente a seguir para exercer o seu direito, no prazo de 30 dias, contados da data da notificação.

CONCESSÕES

Exploração sob regime de concessão florestal

1. Considera-se concessão florestal, a área do domínio público delimitada, concedida a um determinado operador, através do contrato de concessão florestal, destinada à exploração florestal para o abastecimento da indústria, mediante um plano de manejo previamente aprovado.
2. A exploração, sob o regime de concessão florestal, será permitida a qualquer pessoa singular ou colectiva nacional ou estrangeira, bem como às comunidades locais interessadas em explorar os recursos florestais para fins comerciais, industriais ou energéticos, em função da capacidade do operador e de acordo com o plano de manejo elaborado observando o regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental e aprovado pelo sector.
3. Os produtos florestais madeireiros destinados às indústrias nacionais de contraplacados, folheados, aglomerados, painéis, parquet-mosáico e similares, beneficiam de uma redução na taxa de exploração, a definir por diploma específico do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Constituição do processo

1. Os pedidos de concessão florestal são dirigidos às seguintes entidades:
 - a) Governador Provincial, quando se trate de áreas até o limite máximo de 20.000 hectares;
 - b) Ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural, quando se trate de áreas entre 20.000 a 100.000 hectares;
 - c) Conselho de Ministros, quando se trate de áreas que ultrapassem a competência do Ministro.
2. O pedido de exploração florestal em regime de concessão florestal deverá ser organizado através de um processo legal de concessão devidamente numerado, devendo conter os seguintes elementos:
 - a) Requerimento acompanhado de fotocópia do documento de identificação. No caso de pessoas colectivas e sociedades dever-se-á juntar fotocópia dos estatutos constitutivos;

- b) Carta topográfica, em sextuplicado, donde constem todos os elementos identificativos do terreno, em especial os limites, rios, lagoas, estradas, caminhos, picadas e os aglomerados populacionais;
- c) Memória descritiva na qual constarão a descrição geral das áreas florestais, assinaladas na carta e a indicação das principais espécies existentes, objectos da exploração, com referência à qualidade e natureza dos produtos, inventário florestal preliminar, quantitativo médio anual de exploração, grau de industrialização e os mercados de abastecimento, menção dos meios industriais e mecânicos a serem utilizados no ciclo completo de exploração, projecções de instalações sociais;
- d) Meios de garantia da transformação dos produtos florestais obtidos, bem como a capacidade técnica e industrial de processamento;
- e) Declaração da administração local, acompanhada do parecer favorável das comunidades locais ao pedido de exploração, conforme procedimento previsto no presente regulamento, ou a acta da negociação com o titular da área, quando se trate de áreas tituladas para o uso e aproveitamento da terra;
- f) O levantamento de todos os direitos de terceiros existentes na área pedida e proposta da sua harmoniosa integração com a exploração requerida;
- g) A referência da intenção do requerente de aproveitamento dos desperdícios da exploração para fins energéticos.

Tramitação

1. Reunidos os elementos referidos no artigo anterior, o processo é depositado, junto aos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, observando-se a regra do primeiro depositante.
2. Compete aos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, o seguinte:
 - a) Prestar informação cadastral baseada na carta sobre a situação jurídica do terreno;
 - b) Verificar a idoneidade do requerente, baseando-se na existência ou não de infracções;
 - c) Verificação do inventário florestal preliminar apresentado pelo requerente;
 - d) Publicação de edital, por três dias em jornal de grande circulação, por conta do interessado para eventuais reclamações de terceiros;
 - e) Afixação de editais durante trinta dias nos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, na secretaria das administrações de distrito, nos postos administrativos e nas localidades.

3. Em caso de reclamação, esta deve ser submetida através dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, até trinta dias após o término do prazo da publicação.

4. Após a comunicação do despacho de deferimento, o requerente deve, no prazo de cento e oitenta dias, apresentar o respectivo plano de maneio, sob pena de caducidade da autorização com perda a favor do Estado de qualquer quantia eventualmente paga.

5. O indeferimento será igualmente comunicado ao requerente para, querendo, interpor recurso no prazo legal, que será recebido com efeito suspensivo.

6. O original do processo de concessão será arquivado na Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia competente, o duplicado nos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, o triplicado na DINAGECA e o quadruplicado para o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, e o quintuplicado nos Serviços Provinciais de Cadastro respectivos.

Contrato de concessão florestal

1. Observados os termos referidos nos artigos anteriores, aprovado o plano de maneio em conformidade com o número 2 do artigo 25 apresentado pelo requerente e tomada a decisão sobre o pedido pela entidade competente, é celebrado o contrato de concessão florestal sendo o Estado representado pelo Governador Provincial.

2. Por Diploma conjunto dos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Plano e Finanças, de acordo com a extensão da área e o seu potencial económico, será estabelecida a taxa anual da concessão florestal.

3. Do contrato de concessão florestal deverão constar, nomeadamente:

a) As espécies objecto da exploração;

b) A duração do contrato;

c) A comparticipação e benefícios para as comunidades locais;

d) Os mecanismos de controlo e fiscalização das actividades do concessionário;

e) A quota de exploração por espécie nos primeiros cinco anos da concessão;

f) As projecções das instalações industriais e sociais a serem implantadas.

4. O concessionário deverá, no prazo de trinta dias contados a partir da sua assinatura, proceder à publicação no Boletim da República, do contrato de concessão.

Início da Exploração Florestal

A exploração florestal na concessão inicia após reunidas as seguintes condições:

- a) Que tenham sido vistoriadas as instalações sociais e industriais estabelecidas;
- b) A delimitação dos blocos de exploração anual, devidamente assinalados com tabuletas, de acordo com o plano de manejo;
- c) A determinação do quantitativo e qualitativo das espécies objecto de exploração;
- d) O pagamento da taxa anual da concessão;
- e) O pagamento da totalidade da taxa de exploração, de acordo com o volume de corte anual constante do plano de manejo aprovado pelo sector.
- f) A emissão da licença anual de exploração.

Pedido de Renovação da Concessão

1. O titular da concessão poderá solicitar a sua renovação até 12 meses antes do termo do prazo de validade da concessão, nos termos seguintes:

- a) Requerimento com os fundamentos técnicos do pedido de renovação da concessão;
- b) Apresentar memória descritiva actualizada;
- c) Plano de manejo;
- d) Relatórios pormenorizados contendo a indicação dos investimentos realizados no período da concessão anterior;
- e) Quaisquer aumentos ou reduções de investimentos e de volumes na exploração subsequente.

2. A entidade competente nos termos deste regulamento, poderá conceder a renovação do contrato de concessão por um determinado período fixando os termos e condições que entender apropriados ou recusar a sua renovação. Num e noutro caso deverá comunicar o respectivo despacho ao requerente, até noventa dias antes do termo da concessão.

Direitos do titular da concessão

1. São direitos do titular da concessão florestal os seguintes:

- a) Realizar, na área da concessão, em regime de exclusividade, a exploração, investigação, estudo dos recursos florestais constantes no respectivo contrato de

concessão, e com este objectivo desenvolver as operações e trabalhos que se mostrem necessários;

b) Usufruir, na área da concessão, dos terrenos necessários para a realização dos trabalhos de exploração florestal, nomeadamente, a implantação das respectivas instalações industriais, sociais e de gestão, sujeitos ao pedido de uso e aproveitamento da terra, nos termos da legislação respectiva;

c) Dispor dos produtos florestais resultantes da exploração, nos termos da concessão;

d) Opor-se à atribuição, parcial ou total, a terceiros da área de concessão para os mesmos fins ou finalidades incompatíveis na vigência do contrato de concessão;

e) Processar os produtos florestais resultantes da exploração de outros operadores, nos termos a acordar entre as partes.

2. O uso de outros recursos naturais existentes na área concessionada carece de licença ou autorização das autoridades competentes.

Obrigações do titular da concessão

O titular da concessão florestal obriga-se a:

a) Estabelecer uma unidade industrial de processamento;

b) Realizar uma exploração sustentável dos recursos florestais de acordo com o plano de manejo aprovado;

c) Respeitar os direitos de terceiros existentes na área da concessão;

d) Permitir o acesso das comunidades locais aos recursos naturais de que estes careçam para o consumo próprio;

e) Explorar os recursos florestais existentes na área, em harmonia com as normas costumeiras das comunidades locais respectivas, salvo excepções legais;

f) Contratar fiscais ajuramentados para garantir a fiscalização da concessão, em conformidade com as disposições legais;

g) Dar preferência às comunidades locais, no recrutamento da mão-de-obra para a concessão;

h) Efectuar o pagamento da taxa anual da concessão florestal e das respectivas taxas de exploração.

Duração do contrato de concessão

1. O contrato de concessão florestal tem a duração máxima de cinquenta anos renováveis a pedido do interessado.
2. O pedido de renovação será feito um ano antes do fim da sua validade.
3. Na determinação da duração de cada contrato de concessão florestal, ter-se-á em conta a extensão da área, o seu potencial florestal, a capacidade da indústria de processamento instalada e a sustentabilidade da exploração florestal.
4. A transmissão do contrato de concessão florestal carece de autorização do Governador Provincial, sem prejuízo dos procedimentos legais sobre a transmissão de direitos.

EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FAUNA BRAVIA

Licenças de caça

1. Só é permitido o exercício da caça aos indivíduos munidos de licença de caça e demais documentos legalmente exigidos.
2. As licenças de caça serão de dois tipos distinguidos por cores a estabelecer por Diploma Ministerial conjunto dos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Turismo, sendo uma para nacionais e outra para estrangeiros.
3. São condições para a obtenção da licença de caça:
 - a) Ser maior de 18 anos;
 - b) Não padecer de anomalia psíquica ou deficiência fisiológica que torne perigoso o exercício de actos venatórios;
 - c) Declaração do requerente em como não está, por disposição legal ou decisão judicial, proibido do exercício de actos venatórios ou de porte e uso de armas de fogo.
4. Da licença de caça deverá constar:
 - a) O número e data da emissão;
 - b) O período de validade;
 - c) A fotografia tipo passe e actual do titular;

- d) O nome completo, data e local de nascimento do titular;
- e) A nacionalidade e residência habitual do titular;
- f) A proibição ou não de porte e uso de arma de fogo, e outras condições impostas por lei para o titular;
- g) A indicação das espécies objecto da licença;
- h) A tabela de observações do comportamento do titular.

5. A licença de caça é pessoal e intransmissível.;

6. Só será permitido o exercício de caça aos caçadores munidos de licença de caça designadamente para uma das modalidades a seguir mencionadas

- a) Licença Modelo A;
- b) Licença Modelo B;
- c) Licença Modelo C;
- d) Licença Modelo D;
- e) Licença Modelo E;
- g) Licença Modelo F.

7. Cada modelo de licença corresponde a um tipo de caça, instrumentos de caça a utilizar, tipo de caçador, espécies a abater e local de caça.

8. Qualquer das licenças referidas no número anterior conterà a validade da época venatória a que respeita.

Emissão da licença

Os requerimentos para pedidos de licença deverão ser apresentados em formulários próprios, a serem aprovados por Diploma Ministerial conjunto dos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Turismo.

Licença modelo A

1. A licença de caça modelo A destina-se ao exercício da caça desportiva nas coutadas oficiais e nas fazendas do bravio por cidadãos nacionais e estrangeiros.
2. A licença de caça referida no número anterior, habilita o seu titular a abater a caça miúda ou grossa, conforme o constante da respectiva licença.
3. No processo de licenciamento do exercício da caça prevista no presente artigo, deve ser ouvido o Ministério da Juventude e Desportos, no que se refere à prática desportiva da actividade.

Pedido

1. O pedido de licença modelo A, é feito pelos concessionários das coutadas oficiais ou das respectivas fazendas do bravio, em nome dos caçadores beneficiários conforme a quota estabelecida para o concessionário e é dirigido ao Director Nacional das Áreas de Conservação ou ao Director Nacional de Florestas e Fauna Bravia respectivamente, conforme se trate de coutadas oficiais ou fazendas do bravio.

O pedido deverá conter

- a) O nome do caçador beneficiário da licença;
- b) A identificação do concessionário, com referência à coutada oficial ou fazenda do bravio respectiva;
- c) Os requisitos legais necessários à atribuição da licença, nos termos do presente regulamento;
- d) A quota de espécies a que lhe foi atribuída para a respectiva época venatória, ou para o caso das fazendas do bravio, o plano de maneio aprovado;
- e) A indicação das espécies que se pretende caçar, bem como os instrumentos e meios a serem utilizados na caça e o caçador guia responsável.

Licença modelo B

1. A licença de caça modelo B, destina-se ao exercício da caça desportiva nas zonas de utilização múltipla, exclusivamente, pelos cidadãos nacionais.

2. Ao abrigo da licença referida no número anterior, os respectivos titulares ficam habilitados a abater as espécies de caça constantes da licença, utilizando os instrumentos e meios permitidos para a caça das respectivas espécies.

O pedido de licença modelo B, deverá conter:

- a) O nome do requerente;
- b) Os requisitos legais exigidos para a concessão da licença nos termos do presente regulamento;
- c) A indicação da área onde este pretende realizar a caça;
- d) O período de caça;
- e) As espécies objecto de caça;
- f) Os instrumentos e meios permitidos a serem utilizados na caça.

4. Os titulares das licenças de caça modelo B, deverão no acto do pedido, apresentar o comprovativo de seguro de responsabilidade civil por danos a terceiros ou caução à ordem dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia respectivos para garantir o pagamento de multas e eventuais danos a serem causados pelo caçador, seus auxiliares ou acompanhantes.

5. O pedido de licença modelo B deverá ser dirigido ao Governador da Província através dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, respectivos.

Licença modelo C

1. A licença de caça modelo C, destina-se ao exercício da caça comercial pelos operadores das fazendas do bravio.

2. A licença referida neste artigo é requerida pelo operador da fazenda do bravio, devendo apresentar:

- a) Nome do caçador beneficiário da licença;
- b) A identificação da fazenda do bravio e respectivo titular;
- c) O plano de maneio da fazenda do bravio;
- d) As espécies a serem objecto de caça;
- e) O período de caça;

A licença modelo C, está isenta do pagamento de senhas de abate, devendo no entanto, suportar os custos decorrentes da sua emissão, das vistorias, das guias de trânsito e dos respectivos certificados de troféus.

O pedido de licença de caça modelo C, é dirigido ao Director Nacional de Florestas e Fauna Bravia.

Licença modelo D

1. A licença de caça modelo D, destina-se à caça nas florestas de utilização múltipla para o consumo próprio do requerente, e é exercida, exclusivamente, por cidadãos nacionais.

2. Ao abrigo da licença referida neste artigo, os respectivos titulares ficam habilitados a caçar espécies de caça miúda, com a utilização dos instrumentos e meios permitidos para cada espécie constante da respectiva licença.

3. O pedido de licença modelo D, é efectuado pelo próprio interessado, e dirigido ao Governador da Província, através dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia respectivos, devendo conter:

- a) O nome do requerente;

- b) Os requisitos legais exigidos para a atribuição da licença nos termos do presente regulamento;
- c) A indicação do local onde pretende exercer a caça;
- d) A indicação das espécies objecto da caça e dos instrumentos e meios permitidos a serem utilizados;
- e) A indicação, se for o caso, dos acompanhantes ou de auxiliares.;

Caça comunitária

Zonas de caça comunitária

A exploração de fauna bravia pelas comunidades locais para consumo próprio será feita nas seguintes zonas:

- a) Caça nas zonas de uso e de valor histórico-cultural;
- b) Caça nas zonas de utilização múltipla;
- c) Caça nas coutadas oficiais;
- d) Caça nas florestas produtivas.;

Caçador comunitário

1. Só será reconhecido o direito de caça nos termos do artigo anterior a pessoa singular que sendo membro de uma determinada comunidade local, de acordo com as normas e práticas costumeiras, esta lhe reconheça a qualidade e a idoneidade de caçador comunitário.
2. A qualidade de caçador comunitário é intransmissível.
3. Os caçadores comunitários são reconhecidos pelos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia respectivos, mediante declaração verbal do requerente comunitário, acompanhado no mínimo por cinco membros que prestem testemunho, sem prejuízo das diligências a serem feitas pelos serviços para a necessária confirmação.
4. Os caçadores comunitários deverão, no exercício da sua actividade, observar as obrigações dos caçadores previstas no artigo 49 do presente regulamento, e em especial assegurar a protecção das comunidades locais, contra os ataques de pessoas e bens pelos animais bravios.

Licença de caça modelo E

1. A licença de caça modelo E, destina-se à obtenção da caça miúda para o consumo próprio pelas comunidades locais, e é exercida pelos caçadores comunitários nos termos do artigo anterior.

2. Compete aos conselhos locais, proceder ao licenciamento dos membros da comunidade local para o abate das espécies de caça miúda para consumo próprio, observando os planos de maneio das coutadas oficiais, e as normas de sustentabilidade das zonas de uso e de valor histórico-cultural, em coordenação com os Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia.

3. A caça exercida nos termos deste modelo está isenta de taxa.

Pedido

Nos procedimentos e requisitos necessários à obtenção da licença modelo F, aplicam-se os previstos nos artigos antecedentes, com as devidas adaptações, consoante o requerente, local e a espécie objecto do pedido.

Regulamentação

Compete aos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Turismo aprovar, por Diploma Ministerial conjunto, as normas de captura de animais bravios e apanha de ovos.

Translações de troféus

1. É nula a alienação, a título oneroso ou gratuito, de qualquer troféu não acompanhado da declaração do vendedor referente à transferência do manifesto, licença ou respectiva guia de trânsito.

2. A exportação de troféus carece de autorização do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sem prejuízo de outras autorizações e procedimentos deferidos a outras entidades.

Troféus achados

1. Qualquer pessoa que ache troféus de caça, deverá entregá-los contra recibo aos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, Direcção Provincial do Turismo ou à autoridade administrativa ou policial mais próxima, no prazo de 30 dias contados a partir da data do achamento.

2. Os troféus achados e entregues nos termos do número anterior serão vendidos em hasta pública, quando não sejam considerados património nacional, nos termos do artigo subsequente, e 20% do valor da venda será entregue ao que tiver achado.

Troféus considerados património do Estado

1. Determinados troféus, em função do seu tamanho, peso, forma, e outras características ou géneros, poderão ser declarados património nacional do Estado, devendo ser utilizados para museus, colecções oficiais, ou fins científicos.
2. Por Diploma Ministerial conjunto dos Ministros da Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Plano e Finanças e da Cultura, serão estabelecidas as características específicas de troféus a serem considerados património do Estado.